

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Recensão I

FABRI, Marcelo. *Desencantando a ontologia – subjetividade e sentido ético em Levinas*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997.

Marcelo L. Pelizzoli*

Uma obra tão bem desenvolvida quanto desafiadora, onde a questão da subjetividade em Levinas (desde os conceitos de Evasão, Temporalidade, Separação, Transcendência/Linguagem, Para além da Essência, Substituição, Ética e Responsabilidade) é pensada a partir da tentativa de superação radical da primazia de sentido da Ontologia (como lugar da absorção do Outro pelo Mesmo). O específico mostrado é a necessidade de quebrar o “encantamento da Essência”, inferindo o caráter ainda mítico-religioso acompanhante do *Logos*, mostrando como as diversas formas da vigência do Sagrado, e mesmo na arte, se coadunam com a perspectiva de identidade absoluta do saber no Mesmo, no seio de uma Totalidade a qual não permite o emergir da diferença e a dignidade singular do humano. O que está em jogo aqui, e que no fim desemboca na necessidade de uma perspectiva de uma ética eficaz, é a possibilidade de uma autêntica transcendência, a qual não poderá ser apenas reduzida à objetividade, bem como à esfera mítica do encantamento da Essência, do Ser, como horizontalidade e identidade.

A experiência de inteligibilidade neste nível, do saber da tradição ocidental, não pôde tratar da inadequação e heteronomia do que é exterior ao Mesmo – manifesto igualmente na constituição solipsista de uma identidade em seu poder e autonomia. A captação de toda realidade dos entes a partir de uma compreensão do Ser em seu histórico alargado – do Dito “interditando” a perspectiva do Dizer anterior – reporta-se à ontologia; esta “reduz o Outro ao Mesmo promovendo a liberdade, que é a identificação do Mesmo, que não se deixa alienar pelo Outro” (Levinas, apud Fabri, p. 10). Ética será então a “impugnação do Mesmo pelo Outro”, crítica e “meta-física” que precede a ontologia.

O trabalho do *Logos* grego é de conceituação e disto para uma perspicaz neutralização; e que, paradoxalmente, se constitui como egologia, a qual, concretamente, conduz à postura de guerra. A ontologia do primado do ser sobre o ente (Heidegger) leva igualmente, enquanto ontologia/apologia da natureza como Lugar, à liberdade do Mesmo e o irreconhecimento da alteridade. Cai-se aqui na religião do paganismo, onde o enraizamento do ser-á, o retorno a uma originalidade maior que a “humanidade do humano” e que evoca uma filosofia do sagrado não conseguem livrar-se das marcas da imanência ao mundo, já encantado.

* Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da FUCRS.

"No universo pagão os seres são reduzidos a funções e papéis. São figuras. Não existem como rosto" (Fabri, p. 12).

O autor, por conseguinte, descreve a concepção da subjetividade em Levinas como resistência à neutralidade do Ser, nas suas instâncias tanto mitológicas como "racionalistas", e as conseqüências filosóficas decorrentes (cf. Fabri, p. 13). Na verdade, pensa mesmo o aspecto de idolatria como premissa de contrabando de todo racionalismo. "O saber do Ocidente não é desde então a secularização da idolatria?" (Levinas, apud Fabri, p. 14).

A transcendência implicará então uma fuga da idolatria unificadora cosmológico-ontológica, do Uno como fonte de embriaguez irresponsável, na esteira do desencantamento da sacralidade do Ser; isto é romper com o repouso tético do significativo, bem expresso nas análises heideggerianas do caráter poético/quaternário do *Dasein* enlevado pelo advento do Ser, e da "paz dos bosques". Como superação, um sentido ético mais profundo, produzido pela linguagem, como a entende Levinas; poder de dessacralizar e responder ao outro como outro.

O autor levanta então, a partir disto, posições a serem desenvolvidas:

- ❑ Se a ontologia é o resultado de uma secularização da idolatria, o *Logos* não transcende o reino do mito, a contemplação do sagrado – campo primitivo do Mesmo.
- ❑ A ética de que fala Levinas é uma tensão permanente da linguagem, tensão da própria vida da subjetividade, que é uma resistência à circularidade Mito-*Logos*.
- ❑ A ética de Levinas é uma fenomenologia do sentido, esfera que abre a inteligibilidade. A crítica da ontologia não vem apenas para defender o Outro; mas antes, é o Outro como presença e ordenamento que lhe permite o critério filosófico da crítica à ontologia.
- ❑ O núcleo de sua ética é pois a denúncia do esquecimento do Rosto, sentido que funda a própria ética.
- ❑ O papel da poesia e do sagrado em Heidegger comprova a permanência do mito e idolatria no interior do discurso filosófico do Ocidente. Eis que o *autrement qu'être* levinasiano é resistência à anfibologia do Ser e do ente.

Fabri enceta assim para a subjetividade como vulnerabilidade e referência à alteridade, responsabilidade radical. "A subjetividade como Dizer é o psiquismo como um-para-o-outro, como Questão que leva a Deus, não como nostalgia ou negação do finito, mas como responsabilidade pelo Outro capaz de abrir a ordem do Infinito" (Fabri, p. 19).

Violence et métaphysique – essay sur la pensée de E. Levinas (In: L'écriture et la différence, de Jacques Derrida, p. 117-228). Resenha analítica.¹

Marcelo L. Pelizzoli*

Os questionamentos sobre a possibilidade, vida e morte da filosofia são sempre evocados no diálogo da questão sobre a subjetividade, sobre o si mesmo.

E hoje é possível pensar a diferença entre a filosofia como poder e filosofia como acontecimento (119).²

A fenomenologia é essencial para tais questões.

1. Aqui, o todo da história da filosofia é pensado unicamente a partir de suas fontes gregas. Os conceitos fundadores da filosofia são inicialmente gregos e não é possível filosofar fora de seus elementos. Mesmo a diferença ontológica de Heidegger é fraternal na descendência grega, submetida à dominação do esquecimento do ser (do mesmo).

2. Husserl e Heidegger prescrevem uma subordinação e uma transgressão, em todo o caso uma *redução da metafísica*.

3. A categoria da *ética* aí é dissociada da metafísica e ordena a outra coisa que ela, instância anterior e mais radical. Quando a lei e a relação ao outro reúnem a *arché*, eles perdem sua especificidade ética.

Estes três motivos indicam a única fonte e direção para a filosofia em geral. É no interior desta tradição que Husserl e Heidegger podem ser entendidos. A conceptualidade fundamental desta tradição está a apoderar-se (*s'empare*) da humanidade inteira; os três motivos predeterminam portanto a totalidade do *Logos* e da situação histórico-filosófica mundial. Nenhuma filosofia poderia os abalar sem começar por aí se submeter, ou sem acabar por autodestruir-se (121). Heidegger pensa o pensamento do ser do qual a irrupção teria produzido a Grécia.

Levinas quer abalar tudo isto, a fundação do pensamento do ser e da fenomenalidade:

1. Deslocamento do *Logos* grego; de nossa identidade e da identidade em geral; abandonar o lugar grego e talvez o lugar em geral, para uma *respiração*, para uma palavra profética; para o outro do grego (este será o não-grego?) Ele pode ser *nomeado*?

2. Tal pensamento se define como "metafísica".

3. Ele apela a relação ética. Isto sem apoiar a ética e a metafísica senão nelas mesmas.

A escatologia messiânica de Levinas porém não se assimila à mística judaica, teologia, *uma religião* ou *uma moral*. Quer se fazer entender em um *recurso à própria experiência*. O que há de mais irredutível na experiência: passagem e saída para o outro, o outro ele mesmo, outrem (123). A escatologia messiânica não está jamais na letra proferida: designa na experiência um espaço, um *oco (creux)* em que ela possa ser entendida e deve ressoar. Este *creux* é a própria abertura, a abertura da abertura, o que não deixa encerrar em nenhuma categoria, isto que na experiência resiste a todo filosofema.

* Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS.

¹ *A escritura e a diferença*, de J. Derrida, já foi traduzida e publicada em português. Não obstante, os tradutores resolveram, inexplicavelmente, deixar de fora o capítulo "Violência e metafísica – ensaio sobre o pensamento de E. Levinas". Neste sentido, o que apresentamos aqui é um resumo de estudo, com as posições fundamentais no tocante à crítica da crítica de Levinas a respeito de Husserl e Heidegger.

² Os números entre parêntese referem-se às páginas do texto original.

Que significa esta explicação e debordamento recíproco de duas origens e duas palavras históricas, hebraísmo e helenismo? E o que significa este apoio requerido da filosofia em que elas dialogam ainda? (124).

1 Violência da luz

Em TIPH (*Théorie de la intuition dans la phénoménologie de Husserl* - 1930), acerca de Husserl, o imperialismo da teoria já inquietava Levinas.

Uma filosofia da consciência seria sempre filosofia do objeto. Mesmo a consciência prática, axiológica, o é de objetos. Isto, mesmo que a fenomenologia husserliana nos leve para além da correlação S-O. "Intencionalidade enquanto relação com a alteridade", "exterioridade que não é objetiva", sensibilidade da gênese passiva, movimento de temporalização...eis algumas tentativas levinasianas.

Mas o sol da *epekeina tés ousias* iluminará para Levinas o acontecimento puro e a fonte inesgotável do pensamento (126). EE (*De l'existence à l'existant*) está sob o signo da fórmula do Bem além do Ser. Experiência não teológica, mas "ex-cedência". Tomando pé no ser, é uma "saída do ser e das categorias que o descrevem". "Ex-cedência" ética que designa já o lugar - ou não lugar - da metafísica como metafenomenologia, metaontologia, metateologia. A "ex-cedência" ética não projeta para a neutralidade do Bem, mas para outrem, fecundidade e generosidade antes que luz. A criação não o é senão do outro (127).

Levinas oscila entre a letra e o espírito do husserlianismo. A crítica se resume contra teoreticismo e objetivismo, que trairiam a análise intencional e o cerne da fenomenologia (128).

A cumplicidade entre a objetividade teórica e a comunhão mística, tal será o alvo de Levinas. Unidade pré-metafísica de uma só e mesma violência.

Husserl *a peut-être eu tort de voir, dans ce monde concret, un monde d'objets perçus avant tout* (TIPH). Heidegger iria mais longe, vendo inicialmente o mundo como "campo de ação e atividade ou de *sollicitude*". Husserl teria negligenciado a situação histórica do homem... "Busca uma historicidade e temporalidade do homem que não são apenas predicados, mas "a substancialidade mesma da sua substância" (130).

Mas Levinas, num deslocamento do conceito de história, mais tarde recorrerá a uma escatologia que "enquanto que além da história arranca os seres é jurisdição da história" (TI - *Totalité et infini*).

"A existência é irreduzível à luz da evidência", e "o drama da existência se exerce antes da luz" (EDE - *En découvrant l'existence avec Husserl et Heidegger*).

Em Heidegger, ele critica o casal (*couple*) dentro/fora, lembrando a oposição S-O (131). Busca fazer aparecer sob esta verdade e fundação e que aí se dissimula, "uma situação que precede a cisão do ser em um dentro e um fora" (132).

A estrutura do *Mitsein* será interpretada como herança platônica e pertencendo ao mundo da luz. Com efeito, através da experiência do *Eros* e da paternidade, através da expectativa da morte, deveria surgir uma relação ao outro que não se deixa mais compreender como modificação da "noção eleática do Ser" (TA - *Le temps et l'autre*). A multiplicidade aqui se submete ao império da unidade (132).

Levinas nos exorta a matar o pai grego. Um não grego dizendo-se grego, falando grego. Pode-se fingir falar uma linguagem?

O gesto platônico é insuficiente enquanto a multiplicidade e a alteridade não serão entendidas como *solitudo* absoluta do *existente* em seu *existir*. Por *existente* Levinas entende quase sempre o ente-homem, o ente na forma do *Dasein*. Este assim compreendido não é o ente (*Sein*) em geral, mas reenvia ao que Heidegger chama *Existenz*, "modo de ser, o ser deste ente que se *tient* aberto para a aberturidade do ser e nela" (133).

Do fundo desta solidão surge a relação ao outro. É para um pensamento da diferença originária que se orienta Levinas. Isto está em contradição com as intenções de Heidegger? E qual é a diferença a mais originária?

Na heliopolítica, do mundo da luz, "o ideal do social será buscado em um ideal de fusão... o sujeito... se abismando em uma representação coletiva, em um ideal comum... É a coletividade que diz "nós", que se volta para o sol inteligível, verdade, sentado um ao lado do outro, sem face a face... O *Miteinandersein* permanece ele também a coletividade do com e é em torno da verdade que ele se revela em sua forma autêntica. Mas não é pela preposição *mit* que se descreve a relação original com o outro" (TA, 134).

Sem intermediário e sem comunhão, proximidade e distância absolutas: "eros em que, na proximidade do outro, é integralmente mantida a distância, do qual a patética é feita desta proximidade e desta dualidade" Somente o outro, o todo outro, pode se manifestar como o que ele é, antes de toda verdade comum, em uma certa não manifestação e ausência; certa não-fenomenalidade; sua presença (*est*) uma certa ausência. A "lógica formal", da não-contradição, se encontra contestada aqui em sua raiz. Há uma ingenuidade que os impede de pensar o outro. Daí uma dupla consequência: não pensando o outro, eles não têm o tempo. Não tendo o tempo não tem a história. A alteridade absoluta dos instantes, sem o que não há tempo, não pode se produzir - constituir - na identidade do sujeito ou do existente. Ela vem ao tempo por outrem. (135)

Resultado: privar-se do outro, encerrar-se numa má solidão de solidez e identidade a si, reprimindo a transcendência ética. "O solipsismo não é nem uma aberração nem um sofisma; é a estrutura mesma da razão" (EE). Fenomenologia e ontologia seriam filosofia da violência. Através delas, toda a tradição filosófica teria parte ligada, em seu sentido e em profundidade, com a opressão e totalitarismo do mesmo. Velha cumplicidade entre a objetividade teórica e a possessão técnico-política, luz e poder (136).

"Talvez a história universal não seja senão história das diversas entonações de algumas metáforas" (Borges). Que linguagem escapará daí? Como se dará a metafísica do *Visage* como *epifania* do outro?

2 Fenomenologia, ontologia, metafísica

A transcendência metafísica é desejo.

O conceito de desejo é tão anti-hegeliano quanto possível. O desejo hegeliano é necessidade (*besoin*). Levinas aproxima-se de "temor e tremor", de Kierkegaard; o movimento do desejo só o é como paradoxo, como renúncia ao desejado.

Nem a intencionalidade teórica da necessidade esgotaria o movimento do desejo: ela tem por fim e sentido realizar-se, satisfazer-se na identidade. Ela é metafísica da separação infinita. Não absolutamente consciência da separação, como consciência judaica, como consciência melhorada...

(Aparte: A subsunção da alteridade em Husserl e em Heidegger é algo bastante sutil. Eles não afirmariam a prioridade do Mesmo *tout court*, ou "à la Hegel"; porém ela se perde na dialética do Mesmo e do Outro, presença-ausência... MLP.)

O desejo não é melhoramento. Ele é abertura e liberdade (136).

O infinitamente outro é invisível pois o ver abre apenas a exterioridade ilusória relativa à teoria e à necessidade. Inacessível ele é o mais-alto. Ele não pertence ao espaço, ele não é do mundo. Mas qual é a necessidade desta inscrição da linguagem no espaço no momento mesmo em que ele o excede?

O eu é o mesmo. A alteridade ou negatividade interior ao eu, a diferença interior não é senão uma aparência: uma *illusão*, um "jogo do mesmo", o "modo de identificação" de um eu do qual os momentos essenciais se chamam o corpo, casa, posse, economia... Pode-se

perguntar se a história pode ser história, *se há história* quando a negatividade é encerrada no círculo do mesmo e quando o trabalho não se choca verdadeiramente com a alteridade, e se dá a si mesmo sua resistência. Pergunta-se se a história ela mesma não começa com esta relação ao outro que Levinas coloca além da história.. Assiste-se aqui, certamente, a um deslocamento do conceito de historicidade (139).

A resistência absoluta é reservada apenas ao outro (outrem). Não se segue Levinas se não se aceita que a verdadeira resistência não é *real*, das coisas, mas *inteligível* (140).

Eu e outro não se deixam sobreobturar. O conceito sempre dado ao outro não pode se encerrar sobre ele. A dimensão dativa ou vocativa abrem a direção originária da linguagem, ela não poderia sem violência se debar compreender e modificar na dimensão acusativa ou atributiva do objeto. A linguagem não pode portanto totalizar sua própria possibilidade e *compreender* em si sua própria origem e próprio fim.

Não se tem a perguntar *qual* é este reencontro.

Não há conceptualidade do reencontro: ele é possível pelo outro, pela imprevisibilidade, "refratário à categoria". O conceito supõe uma antecipação, um horizonte em que a alteridade se *amortece* ao se anunciar e se deixar prever (141). Sem dúvidas este reencontro do imprevisível *ele-mesmo* é a única abertura possível do tempo, o único porvir puro, além da história como economia. Ele está *presente* no coração da experiência. Mas como *tracce* (vestígio). A própria experiência é portanto escatologia, por origem e de parte a parte, antes de toda conversação, todo dogma, artigo de fé ou filosofia.

Face a face com o outro, mantendo a distância. Levinas chama *religião*. Ela abre a ética. A relação ética é uma relação religiosa. A religiosidade do religioso. "Instala somente a linguagem em que nem o sim e nem o não são a primeira palavra" (TI), mas a interrogação. *Prière* exigente endereçada a uma liberdade, ou seja, mandamento: o único imperativo ético possível, pois respeita o Outro. Respeito imediato do Outro ele próprio, pois ele não passa pelo elemento neutro do universal e pelo respeito - kantiano - à Lei (142).

Esta restauração da metafísica permite radicalizar e sistematizar as reduções da fenomenologia e ontologia. A relação teórica não foi por acaso o esquema preferido da relação metafísica (cf. TI). É a liberdade teórica que face ao pensamento do ser não é senão a identificação do mesmo, luz em que eu me dou isto que digo reencontrar, liberdade *econômica*. Liberdade pré-metafísica. A razão seria natureza. A metafísica se abre quando a teoria se critica como ontologia, dogmatismo espontâneo do mesmo, quando, saindo de si, ela se deixa colocar em questão pelo outro no movimento ético. Se a ontologia é uma tautologia e uma egologia, ela tem sempre *neutralizado* o outro (143). Neutralização histórica, política, policial.

De TI: "*Ser e tempo* sustenta não mais que uma tese: o ser é inseparável da compreensão do ser (que se desenrola como tempo), o ser é já apelo à subjetividade. Para conhecer o ente é preciso ter conhecido o ser do ente. Afirmar a prioridade do ser sobre o ente é subordinar a relação com *alguém* que é um ente a uma relação com o *ser do ente*, impessoal, que permite a dominação, subordina a justiça à liberdade... modo de permanecer o mesmo no seio do Outro". O pensamento neutro do ser neutraliza outrem como ente. "A ontologia como filosofia primeira é uma filosofia do poder. Por um outro paradoxo, a filosofia do neutro comunica com uma filosofia do lugar, do enraizamento, das violências pagãs, entusiasmo, aberta ao sagrado, divino sem Deus (DL - *Difficile liberté*). "Materialismo vergonhoso" (144). Aqui se mantém as premissas de uma leitura não-marxista da filosofia como ideologia. Por definição, se o outro é outro e se toda palavra é para o outro, nenhum *Logos* como saber absoluto pode *compreender* o diálogo e o trajeto do outro. O Dizer a outrem precede toda ontologia. Ele é a relação última no ser. A ontologia supõe a metafísica. "Ao desvelamento do ser em geral como sentido do ser, preexiste a relação com o ente que se exprime, o plano da ética" (145).

O Rosto (*Visage*) não é somente face que pode ser superfície. Não é apenas como o quer a origem da palavra, isto que é *visto* (*vi*). Não tanto isto que vê as coisas – relação teórica – mas isto que muda seu olhar. A face não é *Visage* senão *no* face a face (146).

“O pensamento é linguagem e se pensa em um elemento análogo ao som e não à luz” (147).

Aliás, o *Visage* não *significa*. Ele não encarna, ele não sonha, ele não assinala outra coisa que si, alma, subjetividade... O pensamento é palavra, portanto imediatamente *Visage*. Nisto, a temática do *Visage* pertence à mais moderna da linguagem e do corpo próprio. O outro não se assinala por seu *Visage*, ele é este *Visage*.

O *Visage* não é uma metáfora, não é uma figura (149).

O *Visage* não *significa*, não se apresenta como um signo, mas *se exprime*, dando-se, *em* pessoa, em si, *ket autô*: “a coisa em si se exprime”. Expressar-se é *ser por trás* do signo. O escrito e a obra não são expressões mas signos para Levinas.

A altura e a magistralidade do ensinamento não estão do lado da escritura? Não se pode inverter todas as proposições de Levinas sobre este ponto? Mostrando, por exemplo que a escritura pode se trazer seguro, pois ela tem o tempo e a liberdade, escapando melhor que à palavra à urgência empírica? (150). O limite entre a violência e não-violência não passa portanto talvez entre a palavra (*parole*) e escritura, mas no interior de cada uma delas. A temática do *trace* deveria conduzir a uma certa reabilitação da escritura (151).

Tornado independente de seu “contexto teológico”, todo este discurso não se desmontaria?

Ser por trás do signo que está no mundo, é *ensuite* permanecer invisível ao mundo na epifania. Eu posso, eu devo somente falar a outrem, lhe apelar ao vocativo que não é uma categoria, um caso da palavra, mas o surgimento, a elevação mesma da palavra. É preciso que as categorias faltem para que outrem não falte; mas para isto é preciso que ele se apresente como ausência e apareça como não-fenomenalidade (152). Eu não posso falar *dele* senão *lhe* falando. O segredo, a separação, a invisibilidade de Gygés (“condição mesma do homem”) são o estado mesmo, o estatuto do que se chama a *psyché*.

Para que o *Visage* apresente outro sem metáfora, a palavra não deve somente traduzir o pensamento. É preciso certamente que o pensamento seja já palavra, mas sobretudo que o corpo permaneça também linguagem. A subordinação clássica da linguagem ao pensamento e do corpo à linguagem, Husserl e Heidegger o teriam ao fundo aceitado, segundo Levinas. Assim os temas do corpo próprio como linguagem e intencionalidade não podem contornar os obstáculos clássicos, e o pensamento não pode ser *d'abord* linguagem senão é reconhecido que ele é *d'abord* e irredutivelmente relação ao outro (153).

Outrem é desordem mesma da conceptualidade (154). Outrem não é mais um nome próprio, se bem que seu anonimato signifique apenas a fonte inominável de todo nome próprio. Seria necessário refletir este pensamento do outro *em geral* (que não é um gênero), pensamento grego no interior do qual esta *diferença* não especifica (se) produz (em) nossa história. Mas antes: que significa *outro* antes da determinação grega do *eteron* e a determinação judaico-cristã do *outrem*? Levinas recusa tal tipo de questão. Segundo ele, somente a irrupção de outrem permite aceder à alteridade absoluta e irredutível do outro. Seria necessário refletir sobre este *huic* de outrem do qual a transcendência não é ainda de um tu. É aqui que toma sentido a oposição de Levinas e Buber ou Marcel. Após ter oposto a altura magistral do *Vós* à reciprocidade íntima do Eu-Tu, é para uma filosofia do *Ele*, do Ele (próximo como estrangeiro distante), o que lembra o *Trace* (155). De um Ele que não seria objeto impessoal oposto ao *toi*, mas a transcendência invisível de outrem. (Nota 1 – Crítica de Levinas a Buber: 1. relação simétrica e recíproca, ferindo a separação e o segredo; 2. ser formal, podendo, “unir o homem às coisas antes que o Homem ao homem” (TI); 3. preferir a preferência, a “relação privada”, casual, esquecendo do universo. Mas há no

pensamento de Levinas, uma *requête do tiers* (terceiro), do testemunho universal...). (156) Descartes torna consciência que o infinito não somente não pode ser constituído em objeto (dubitável), mas o torna (*o cogito*) já possível como *cogito* no debordamento. Husserl "vê no *cogito* uma subjetividade sem nenhum apoio fora dela, ele constitui a idéia do infinito ela mesma, e se lhe dá como objeto" (TI). Ora, o infinito(mente)(outro) não pode ser objeto, pois que ele é palavra, origem do sentido e do mundo. Nenhuma fenomenologia pode portanto dar contas da ética, da palavra e da justiça.

"A nudez do *Visage* não é uma figura no estilo". Sempre pela "teologia negativa", é mostrado que esta nudez não é mesma abertura, pois esta é relativa a uma "plenitude *environnante*". A palavra nudez se traduz, portanto, depois de ter servido para indicar além de si mesmo. Esta nudez do *Visage*, palavra e olhar, não sendo nem teoria nem teorema, ela é aberta e exposta como desnudamento, súplica exigente... palavra a que se pode assistir... (157)

Totalidade para Levinas quer dizer totalidade finita. A guerra – pois há a guerra – é portanto a diferença entre o *Visage* e o mundo finito sem *Visage* (158).

No retorno às coisas mesmas se reencontraria o fundamento da metafísica – de Levinas – raiz comum do humanismo e da teologia: a semelhança entre o homem e Deus, *Visage* do homem e face de Deus. "[...] Outrem assemelha-se a Deus" (TI). E a dissimetria de minha relação ao outro, esta "*courbure* do espaço intersubjetivo significa a intenção divina de toda verdade". Ela "é, talvez, a presença mesma de Deus" (presença-ausência) (159). Nós somos "no vestígio (*Trace*) de Deus". Proposição prestes a se converter em ateísmo: e se Deus fosse um *efeito de trace*?

A face de Deus se furta sempre ao se mostrar. Tem-se aí as diversas evocações da Face de *Yahweh*, que não é jamais nomeado em TI. A face de *Yahweh* é a pessoa *total* e a presença *total* do "Eterno falando face a face com Moisés", mas que lhe diz também "tu não poderás ver minha face, pois o homem não pode me ver e viver..." (*Êxodo*). A face de Deus que comanda ao se esconder, é por sua vez mais e menos *Visage* que os *visages*. De onde, talvez, apesar das precauções, esta cumplicidade equívoca entre teologia e metafísica em TI (160).

O *Visage* (Rosto) não é nem a face de Deus nem a figura do homem: ele é a semelhança. Uma semelhança que seria necessariamente pensar antes ou sem o seguro do Mesmo (161).

3 Diferença e escatologia

Levinas nos alertara muitas vezes contra a confusão de *identidade* e *ipseidade*, do Mesmo e do Eu: *idem e ipse*. Tal confusão, como no grego *autós* e alemão *selbst*, é algo implícito, axioma silencioso, em TI. Não haveria diferença interior, alteridade fundamental e autóctone no eu. O amálgama do Mesmo e do Eu (tornado homogêneo) permite agora envolver na mesma condenação os filósofos gregos e os modernos da subjetividade – os mais cuidadosos em distinguir o Eu do mesmo e Outrem do outro.

"Não é o eu que me recusa ao sistema, como o pensava Kierkegaard, é o Outro" (TI). É enquanto existência subjetiva que o Outro se recusa ao sistema. O Outro não é eu, sem dúvida – quem não sustenta isto? – mas ele é *um* Eu, Levinas deve supor isto necessariamente (162). Esta passagem de um EU a Outro como a *um* Eu é a passagem à *eguidade* essencial, não empírica, da existência subjetiva *em geral*. Não é somente a Kierkegaard que agrada o filósofo Kierkegaard, e é porque seu discurso é filosófico e não relewa do egoísmo empírico. O nome de um sujeito filosófico, quando ele diz *eu*, é sempre de um certo modo um pseudônimo. Esta essência da existência subjetiva não é pressuposta pelo respeito ao Outro que não pode ser isto que ele é – Outro – senão enquanto existência subjetiva?

Levinas deveria portanto chegar até a noção de essência e de verdade da existência subjetiva (do Eu e do Eu do Outro). Tentar uma travessia para seu além, não se tem chance de aí chegar *na linguagem* (Levinas reconhece que não há pensamento antes da linguagem e fora dela) senão pondo formalmente e tematicamente o problema das relações entre a pertença e a travessia (*percebe*), o problema do encerramento (*clôture*) (163).

A Ética de Levinas é uma Ética sem lei ou conceitos, ele não quer determinar uma moral, mas a essência da relação ética em geral. Mas esta determinação não se dá como *teoria* da Ética, trata-se de uma Ética da Ética. É talvez grave que ela não possa dar lugar a uma ética determinada, leis, sem se negar e esquecer-se. Não seria ela uma Lei das leis? Conceito infinito, escondido no protesto contra o conceito (164).

Nós nos interrogamos sobre o sentido de uma necessidade: a de instalar-se na conceptualidade tradicional para a destruir. Esconde ela alguma fonte indestrutível e imprevisível do *Logos* grego?

À mesma época Levinas havia licenciado (*congédié*) o conceito de exterioridade. Ele quer mostrar que a *verdadeira* exterioridade não é espacial, que ela é absoluta, infinita – a do Outro – pois o espaço é o lugar do mesmo. Por que é preciso se servir ainda da palavra “exterioridade”, para significar uma relação não-espacial? E se toda “relação” é espacial, por que se precisa designar ainda como “relação” (não-espacial) o respeito que absolve o Outro? (165). Antes de ser procedimento retórico na linguagem, a metáfora seria o surgimento da própria linguagem E a filosofia não é senão esta linguagem, não pode senão lhe falar, dizer a metáfora ela mesma, isto que *revient* a pensá-la no horizonte silencioso da não-metáfora: o Ser. Espaço como *blessure* e finitude de nascimento, sem o qual não se poderia mesmo ouvir a linguagem, falar de exterioridade, V ou F. Este texto do olhar é também o da palavra. Pode-se portanto chamar *Visage* (166). Dizer que a exterioridade infinita do Outro não é espacial, é *não*-exterioridade, é *não*-interioridade, não poder designá-la senão pela via negativa, não é isto reconhecer que o infinito (in-finito, positividade por via negativa) não se diz? A linguagem filosófica pertence a um sistema de línguas; envolve uma certa equívocidade originária e irreductível. É preciso talvez que a filosofia assuma esta equívocidade, a pense e se pense nela, que ela acolha a duplidade e a diferença na especulação, na pureza mesma do sentido filosófico (167).

O infinitamente outro não seria isto que ele é, outro, se ele fosse infinidade positiva e se ele não guardasse nele a negatividade do in-definido, do *apeiron*. O infinito positivo (Deus) não pode ser infinitamente Outro. Se ele exige a alteridade infinita, é preciso renunciar a toda linguagem e à palavra infinito e outro (168).

O outro não pode ser o infinitamente outro senão na finitude e mortalidade. Desde que ele vem à linguagem, e somente então, e somente se a palavra outro tem um sentido... Querer neutralizar o espaço na descrição do Outro, para liberar assim a infinidade positiva, não é neutralizar a finitude essencial de um *Visage* (olhar-palavra) que é *corpo* e não metáfora corporal de um pensamento etéreo? Corpo quer dizer também exterioridade, localidade espacial, origem do espaço, sem sentido antes do *de*, inseparável da genitividade e do espaço que ele engendra e orienta: origem *inscrita*. Se o *Visage* do Outro não fosse *também, irreductivelmente*, exterioridade espacial, seria necessário distinguir ainda uma alma do corpo, pensamento e palavra (169). Não se poderia, na filosofia e na linguagem, no *discurso filosófico* salvar ao mesmo tempo o tema da infinidade positiva e o tema do *Visage* (unidade não metafórica do corpo, olhar, palavra e pensamento) (e mortal – MLP).

Se o *Visage é corpo*, ele é mortal. A alteridade infinita como morte não pode se conciliar com a alteridade infinita como positividade e presença (Deus). A transcendência metafísica não pode ser ao mesmo tempo transcendência para o Outro como Morte e para o Outro como Deus. A menos que Deus queira dizer Morte... (170).

Como a teologia negativa, uma filosofia da comunhão intuitiva se dá o direito de atravessar o discurso filosófico como um elemento estrangeiro. Mas o que advém quando não se dá mais este direito, quando a possibilidade da metafísica é possibilidade da linguagem? Quando a responsabilidade metafísica é responsabilidade da linguagem, por que o "pensamento consiste em falar" e a metafísica é uma linguagem com Deus (TI)? E se a palavra que deve instaurar e manter a separação absoluta é por essência enraizada no espaço que ignora a separação e a alteridade absolutas? (171). Se a luz é o elemento de violência, é preciso se bater contra a luz com uma certa outra luz para evitar a pior violência, do silêncio e da noite precedendo o discurso. É preciso tomar a finitude e historicidade a sério (172). Na história do qual o filósofo não pode escapar porque ela não é Totalidade, mas história das saídas da totalidade, movimento mesmo da transcendência, excesso sobre a totalidade sem o qual nenhuma totalidade apareceria. A história não é uma totalidade transcendida pela escatologia, a metafísica ou a palavra. Ela é a transcendência mesma. Se a palavra é um movimento de transcendência metafísica ela é a história e não o além da história. A metafísica é *economia*: luz contra luz, violência contra violência: filosofia. Este devenir é a guerra. Esta polémica é a própria linguagem. Sua inscrição.

Da violência transcendental

Não podendo escapar à ascendência da luz, a "metafísica" (de Levinas) supõe uma fenomenologia, sobretudo se quer ser discurso e ensinamento.

A. Levinas retém da fenomenologia o método. Mas é possível isolar o método?

B. Além do método ele retém o conceito de intencionalidade. De uma intencionalidade alargada além de sua dimensão teórica. Como desejo e transcendência metafísica. Husserl reprimiria o infinito pela *adequação* (174), resultado de uma *Sinngebung*, e supondo um *cogito* aberto ao infinito como infinito-objeto. "Se Husserl vê no *cogito* uma subjetividade sem nenhum apoio fora dela, ele constitui a idéia de infinito ela mesma e se dá como objeto" (TI). Como para Hegel, o "falso-infinito" seria para Levinas o indefinido, a forma negativa do infinito. Mas porque Levinas pensa a alteridade *verdadeira* como não-negatividade ele pode fazer do outro o verdadeiro infinito e do mesmo o falso-infinito. Como separar a alteridade da negatividade, como separar a alteridade do "falso-infinito"? (175). Levinas falaria do outro sob o nome do mesmo e do mesmo sob o nome do outro... Se a totalidade finita fosse o mesmo, ela não poderia ser pensar ou se pôr como tal sem devenir outra que si (é a guerra). (Aparte: Jogo lógico! O que implica esta crítica de Derrida, que Levinas não é filósofo? É preciso entrar no espírito da alteridade, como espírito do tempo - MLP).

A única posição eficaz: manter por irredutível o falso-infinito (em um sentido profundo da finitude originária). É talvez ao fundo isso que faz Husserl mostrando a irredutibilidade do inacabamento intencional, portanto da alteridade, e que a consciência sendo irredutível jamais poderia devenir consciência de si...

Mas há um tema mais rigorosamente husserliano que o da inadequação? E do debordamento infinito dos horizontes? (176). E a visão como inadequação da interioridade e exterioridade?

O horizonte não pode ser ele mesmo objeto, pois ele é a fonte inobjetivável de todo objeto em geral. A importância do conceito de horizonte é precisamente o de não poder fazer o objeto (*faire l'objet*) de nenhuma constituição e de abrir ao infinito o trabalho de objetivação. O *cogito* husserliano, nos parece, não constitui a idéia do infinito. Na fenomenologia, não há constituição de horizontes, mas horizontes de constituição. Que a infinidade do horizonte husserliano tenha a forma de abertura "in-definida", não é isto que o guarda seguramente contra toda totalização? (177). A intencionalidade não seria o respeito ele mesmo? Pois sem este fenômeno do outro como outro, não haveria respeito possível. O fenômeno do respeito supõe o respeito da fenomenalidade. A ética é a fenomenologia.

A pressuposição da fenomenologia é de uma ordem única. Ela não "comanda" nada, no sentido mundano (real), do comando. Ela é a neutralização mesma deste tipo de comando.

C. Basta que o sentido ético seja pensado para que Husserl tenha razão (178). Começar de direito pela possibilidade geral de um noema, que não é um momento *real* (*réel*), que não tem relação real com o que quer que seja de outro: o que quer que seja de outro não pode ser pensado senão na noematicidade. Isto significa em particular que, aos olhos de Husserl, a ética não poderia, na existência e na história, ser *subordinada* à neutralização transcendental.

Há na verdade dois sentidos do teorético:

O sentido corrente, como o protesta Levinas; e o sentido mais escondido no qual se mantém o *aparecer* em geral, do não-teorético em particular (179). Eu tenho um olhar para reconhecer isto que não se olha como uma coisa, como um teorema. Eu tenho um olhar para o *Visage* ele mesmo.

D. Mas se o sabe, o desacordo fundamental entre Levinas e Husserl não está aí. Mais que historicidade, é na questão de outrem. Outrem é feito fenômeno do ego, em sua esfera própria. Fazer do outro um *alter ego* é neutralizar sua alteridade absoluta (180).

a) Mas, outrem apresenta-se a mim como não-presença originária. É preciso que o outro apareça para um ego (em geral) para ser respeitado. Não se poderia nem falar nem ter algum sentido que seja do todo-outro se não houvesse um fenômeno do todo-outro, uma sua evidência como tal. Que o estilo desta evidência e fenômeno seja irreduzível e singular, mostrando uma não-fenomenalidade originária, Husserl o mostrou muito bem. Ele nos fala deste sistema, deste aparecer e impossibilidade de tematizar o outro em pessoa (181). É este aparecer do outro como isto que eu não posso jamais ser que é interrogado como *fenômeno intencional* do ego.

b) Afirmção mais central nas MC concerne o caráter *irreduzivelmente mediato* da intencionalidade visando outro como outro. Este não pode ser dado a mim de modo original mas por *présentation analogique*. Contrariamente às aparências, o tema da transposição *présentative* traduz o reconhecimento da separação radical das origens absolutas, relação dos absolutos absolvidos...

Outro *signo* desta alteridade em geral, que as coisas partilham com outrem, é que algo nelas se esconde e não se indica senão por participação, analogia e apresentação (182). A alteridade da coisa transcendente difere da alteridade irreduzível de outrem. Mas sem a primeira alteridade, a do corpo, a segunda não poderia surgir. Nenhum enriquecimento de perfis me dá o infinitamente outro. Não se me dá seu vívido como isto que me é próprio (*mir eigenes*).

Levinas fala *de fato* do infinitamente outro, que não é modificação intencional do ego - ele se priva do fundamento mesmo e da possibilidade de sua própria linguagem. O que é isto que o autoriza a dizer "infinitamente outro", no nível da descrição transcendental? (183) Retornar ao fenômeno intencional, em que outrem se dá à linguagem, é talvez se entregar à violência, do fato, facticidade, violência originária, transcendental, anterior à escolha ética.

c) Se o outro não fosse reconhecido como *alter ego* transcendental ele seria todo inteiro no mundo e não, como eu, origem do mundo. Recusar de ver nele um ego, neste sentido, é, na ordem ética, o gesto mesmo de toda violência. Se o outro não fosse reconhecido como ego, toda sua alteridade se desmoronaria. Se outrem fosse um momento real de minha vida egológica eu o perceberia *originaliter*. O outro como *alter ego*, outro como outro, irreduzível a *meu* ego, precisamente porque ele é ego (184).

O outro é para mim um ego do qual eu sei que ele tem relação a mim como a um outro. Mas como, na dissimetria de Levinas, o autor da violência não poderia jamais ser o outro ele mesmo, mas sempre o mesmo (ego) e que todos os ego são outros para os outros, a violência sem vítimas seria também uma violência sem autor. (Aparte: retórica... - MLP). 1. O infinitamente outro não pode ser isto que ele é se ele é outro, ou seja, outro *que*. Se ele fosse absoluto, ele não seria mais Outro, mas o Mesmo. 2. Ele não pode ser isto que ele é - infinitamente outro - senão sendo absolutamente o mesmo. Sendo outro que si, ele não é isto que ele é (185).

Significaria que a expressão "infinitamente outro" ou "absolutamente outro" não pode ao mesmo tempo ser dita e pensada; que o Outro não pode ser absolutamente exterior.

Somos surdos a afirmações deste tipo: "O ser se produz como múltiplo e como cindido em Mesmo e Outro. É sua estrutura última" (TI). Que é esta cisão *do ser entre* o Mesmo e Outro, uma cisão entre o Mesmo e o Outro, e que não supõe ao menos que o mesmo *seja* o outro do outro e o outro o mesmo que si? Mas como pensar ou dizer "outrem" sem a referência à alteridade do *eteron* em geral? (186).

O outro não é outro que sendo um ego, ou seja, o mesmo que eu (187).

Que eu seja também essencialmente o outro do outro, que eu o saiba, eis a evidência de uma estranha simetria de que Levinas não fala. Sem esta evidência, eu não poderia desejar ou respeitar outro na dissimetria ética. Outro como modificação de meu ego; é uma violência originária, pré-ética, irredutível, de origem transcendental. Esta origem é ao mesmo tempo não-violência, pois abre a relação ao outro. É uma *economia* (188). Violência como origem do sentido e do discurso no reino da finitude (189).

Isto que quer dizer "outro" é a fenomenalidade como desaparecimento. Terceira via excluída pelos contraditórios (revelação e dissimulação, *o trace do outro*)? Mas o fenômeno supõe sua contaminação original pelo signo.

O discurso não pode pois se ele é originalmente violento, senão *se fazer violência*, se negar por afirmar, fazer guerra à guerra que ele institui, sem poder se apropriar desta violência (190). O discurso se escolhe pois violentamente contra o nada ou o *non-sens* puros, e, na filosofia, contra o niilismo. Para que não seja assim, a escatologia de Levinas deve ter mantida sua promessa até não poder mais se produzir no discurso como *escatologia* e idéia da paz além da história. Triunfo messiânico. Mas este horizonte aqui e agora não pode ser dito; a escatologia não é possível senão *através da violência* (191). Ignorar a irredutibilidade de tal violência é arriscar-se a uma pior violência, do dogmatismo infinito pré-kantiano que não põe a questão da responsabilidade do seu próprio discurso filosófico (191).

Nenhuma filosofia responsável de sua linguagem pode renunciar à ipseidade em geral, e menos ainda a filosofia ou escatologia da separação. Entre a tragédia originária e o triunfo messiânico, há a *filosofia*, em que a violência se volta contra si no saber, em que a finitude originária aparece e em que o outro é respeitado pelo mesmo. Por que uma experiência é impossível, impensável, se não for vivida como a *minha* (ego em geral)? A filosofia que é discurso desta razão como fenomenologia não pode por essência responder a uma tal questão, pois toda resposta é dada por uma linguagem e a linguagem é aberta pela questão.

Husserl o sabia. E ele chamava arqui-factalidade (*Urstatsache*), fatalidade não empírica, transcendente, essência irredutivelmente egótica da experiência (192). Nada pode aparecer fora da pertença do "meu mundo" por um "Eu sou". Deus também é o que é pela efetuação da minha consciência. O que significa que antes de toda fé, ateísmo, linguagem sobre Deus, a divindade de Deus deve ter um sentido para um ser em geral. Este "a priori subjetivo" é a única possibilidade de fazer frente ao totalitarismo do neutro, a uma "Lógica absoluta" sem pessoa... (193).

A questão da egoidade como arquifactualidade transcendental pode ser repetida mais profundamente pela arquifactualidade do "presente vivo". Não há experiência que possa ser vivida fora do presente. Somente a unidade atual de meu presente vivo permite a outros presentes de aparecer como tais nisto que se chama a memória ou a antecipação (194).

Este movimento de liberação da alteridade absoluta no mesmo absoluto é o movimento da temporalização na sua forma universal o mais absolutamente incondicionada: o presente vivo. Ele é originalmente trabalhado pela morte. O presente como violência é o sentido da finitude, o sentido do sentido como história (195). Esta abertura silenciosa da questão sobre a história como finitude e violência permite o aparecer da história *como tal*: ela é o apelo a uma escatologia que dissimula sua própria abertura. Interpretação do grego pelo não grego... Esta abertura é a de uma questão posta na inversão da dissimetria transcendental à filosofia como *Logos*, finitude, história, violência. Estranho diálogo entre a palavra e o silêncio.

Da violência ontológica

O presente da presença e a presença do presente supõem o horizonte, a antecipação pré-compreensiva do ser como tempo. Se o sentido do ser foi sempre determinado como presença, a questão do ser posta no horizonte transcendental do tempo é abalante (196). A fenomenologia não entrando na questão do ser resta dominada por uma metafísica da presença. Husserl afirma o ser (*Sein*) como não-realidade (*Realität*) do ideal (*Idea*). A idealidade é irreal, mas ela é - como objeto ou ser pensado (197).

"O primado da ontologia heideggeriana repousa sobre o truismo: para conhecer o ente é preciso compreender o ser do ente". Levinas pensa no truismo como não proposição judicativa, mas uma verdade anterior e fundadora de todo julgamento possível. Ora, o ser não é um simples predicado do ente, ele não é mais o sujeito. O ser do ente não aparece no domínio da predicação porque ele já está implicado em toda predicação e a torna possível (199).

Se a estranha diferença entre o ser e o ente tem sentido, é o sentido, pode-se falar em "prioridade" do ser em relação ao ente?

O ser *não sendo nada* fora do ente, não poderia o *preceder* de algum modo, nem no tempo, nem em dignidade etc.. Pré-compreender ou explicitar a relação implícita com o ser do ente (ser-ente do ente, entidade - *seinendheit*), não é submeter violentamente o ente ao ser. O ser é apenas o *ser-de* este ente e não existe fora dele como um poder estrangeiro, elemento impessoal, hostil ou neutro. Ora, o ser não é um princípio, um ente principal, uma *arquía*, tirano sem rosto. O pensamento do ser (do ente) é radicalmente estranho à busca de um princípio ou mesmo de uma raiz... (200). Não sendo filosofia primeira concernindo a arquente, a primeira causa que comanda, o pensamento do ser não exerce nenhum poder. Pois o poder é uma relação entre entes. "A ontologia como filosofia primeira é uma filosofia do poder" (TI). Radicalmente estranha à ética, ela não é uma contra-ética, nem subordinação desta a uma instância em segredo já violenta: o neutro. Se é verdade que o *Logos* não é *Logos* de ninguém segundo Heidegger, isto não implica anonimato da opressão, Estado... "Mas se o homem deve buscar a vizinhança com o ser, é necessário que ele aprenda a existir nisto que não tem nome" (Carta sobre o humanismo) (201).

O pensamento - a pré-compreensão do ser - *condiciona o reconhecimento* da essência do ente. Condiciona o *respeito* do outro *como isto que ele é*: outro. Sem este reconhecimento que não é um conhecimento, sem este "deixar-ser" de um ente (outrem) como existindo fora de mim na essência disto que ele é, nenhuma ética seria possível. O "deixar-ser" concerne todas as formas possíveis do ente. Se pertence à essência de outrem ser interlocutor e interpelado, o deixar-ser o deixará ser... (202).

O ser não é altura, ele não é senhor do ente, pois isto seria uma determinação do ente.

Por razões essenciais, e porque o ser não é fora do ente e que a abertura retorna à diferença ôntico-ontológica, é impossível evitar a metáfora ôntica para articular o ser na linguagem. Toda filologia que pretende reduzir o *sentido* do ser à origem metafórica da palavra "ser" falta a história do sentido do ser (203).

A relação com o ser do ente que não tem nenhuma relação em especial "relação de saber" não sendo um saber, o pensamento do ser não se confunde com o conceito de ser puro como generalidade indeterminada. Toda violência é, segundo Levinas, violência do conceito. TI interpreta o pensamento do ser como conceito do ser. Heidegger insiste: o ser *do qual ele é questão* não é o conceito ao qual o ente (por exemplo, alguém) seria submetido (subsumido). O ser não é o conceito deste predicado bastante indeterminado para cobrir a totalidade dos entes: 1. porque ele não é um predicado e/mas autoriza toda predicação; 2. porque ele é mais "velho" que a *presença* concreta do *ans*; 3. porque a pertença ao ser não anula nenhuma diferença predicativa mas deixa surgir toda diferença possível. O ser é portanto transcategorial e Heidegger diria dele isto que Levinas diz do outro: ele é refratário à categoria (TI) (205). (Nota 2: A violência do mesmo sobre outro não tem sentido; o mesmo não é uma categoria mas a possibilidade de toda categoria. É preciso confrontar as teses de Levinas com *Identidade e Diferença* (1957). Para Levinas o mesmo é o conceito, como o ser e o um são conceitos e estes três conceitos comunicam imediatamente entre si. Para Heidegger o mesmo não é o idêntico, e não é uma categoria. (cf. *Humanismo*, 163). Tratar o ser (e o mesmo) como categorias, ou a "relação ao ser" como relação a uma categoria que poderia ser ele mesma proposta ou subordinada a uma relação determinada (ética...) não seria interditar *d'entrée* de jogar toda determinação (ética por exemplo)? (206). Se o ser é sempre a deixar ser e se pensar é deixar ser o ser, o ser é bem o outro do pensamento... O pensamento e o ser, o pensamento e o outro são o mesmo, que não quer dizer idêntico ou um ou igual.

Como o outro, o ser não tem nenhuma cumplicidade com a totalidade finita, violenta, nem com a totalidade infinita. A noção de totalidade se reporta sempre ao ente. Ela é sempre "metafísica" ou "teológica" e é em relação a ela que as noções de finito e infinito tomam sentido (207). Para que o olhar do outro me comande, é necessário que eu possa deixar ser o Outro em sua liberdade de Outro e reciprocamente. Mas o ser mesmo não comanda nada nem ninguém. A melhor liberação a respeito da violência é uma certa colocação em questão solicitando a busca da *arché*.

Que significaria diferentemente a "exterioridade como essência do ser"? E que "a escatologia põe em relação com o ser, *para além da totalidade* ou a história e não com o ser para além do passado e presente"? (TI). A transcendência ético-metafísica supõe já pois a transcendência ontológica (208).

Levinas não dá crédito à diferença ontológica, entre ser e ente, em TI. Ele permanece metafísico (209).

O que nos propõe Levinas é um humanismo e uma metafísica. Trata-se, para a via real da ética, de aceder ao ente supremo, verdadeiramente ente ("em si", "substância") como outro. E este ente é o homem, determinado em sua essência de homem, como *Visage*, a partir de sua semelhança com Deus. Unidade da metafísica, humanismo e onto-teologia? "Outrem assemelha-se a Deus".

A questão do ser retrocede para alguém deste esquema, desta oposição dos humanismos, para o pensamento do ser que pressupõe esta determinação ente-homem, ente-Deus, do qual só a unidade pré-conceitual poder abrir a possibilidade.

A experiência do *Visage* seria possível, pode-se se dizer, sem o pensamento do ser? (211). O ser *ele mesmo* pode somente ser pensado e dito. Contemporâneo do *Logos*, ele mesmo é apenas como *Logos* do ser, *dizendo* o ser.

De fato, na existência, a relação com o ente que *se exprime* precede o desvelamento, o pensamento explícito do ser ele próprio. Segue-se que o ser, sendo sempre *de fato* já determinado sempre como ente é sempre já dissimulado. O ser não existe antes do ente – é porque ele é *História* – ele começa por se esconder sob a determinação. Esta determinação como revelação do ente (Metafísica) é o velamento mesmo do ser. Pois as “épocas” históricas são as determinações metafísicas (onto-teologia) do ser que se coloca assim ele mesmo entre parêntese. É nesta estranha luz do ser-história que Heidegger deixa ressurgir a noção de “escatologia” tal como ela aparece em *Chemins...*: “o ser mesmo... é nele mesmo escatologia”. Tal escatologia supõe que a guerra não é um acidente sobrevindo ao ser mas o ser mesmo. Mas não de forma hegeliana, pois ela não é pensada como negatividade.

A dissimulação original do ser sob o ente, anterior ao erro de julgamento, Heidegger chama errância. “Toda época histórica é uma época de errância” (*Chemins...*) Se o ser é tempo e história, é que a errância e a essência epocal do ser são irreduzíveis. Desde então, como acusar este pensamento de ser um novo paganismo do Lugar, um culto complacente do Sedentário? (TI, DL, 213). (Nota, p. 214; para Levinas, o ser (como conceito) seria a violência do neutro. O sagrado seria a *neutralização* do Deus pessoal. A “reação” contra a técnica não visaria o perigo da despersonalização, mas isto que precisamente libera do arbatamento pelo sagrado e do enraizamento no Lugar (ver as “desculpas” para Heidegger na mesma nota) (214).

O clima de uma filosofia jamais é totalmente exterior ao pensamento.

O pensamento do ser não é pois um culto pagão do Lugar pois o Lugar não é a proximidade dada mas prometida. O sagrado de que ele fala não pertence à religião; é *d’abord* a experiência essencial da divindade ou da deidade. “Não é senão a partir da verdade do Ser que se pode pensar a essência do Sagrado e da divindade...” (...*Humanisme*, 215). Já Levinas opõe Deus ao divino sagrado. Que os deuses ou Deus não possa se anunciar senão no espaço do sagrado e luz da deidade é ao mesmo tempo o *limite* e a *ressource* do ser finito como história (216).

“Quando eu digo que Deus não sendo um ser e sendo acima do ser... um ser mais elevado” (*Quasi stella matutina* – M. Eckhart). Eis a teologia negativa.

A transcendência para o ser habita e funda a linguagem e com ela a possibilidade de todo ser-conjunto; de um *Mitsein* bem mais original (Nota 1: O ser que pode interpelar o *Mitsein* não é terceiro termo neutro, verdade comum... *Mitsein* descreve uma estrutura originária de relação entre *Da-Sein* e *Da-sein* que é anterior a toda significação de “reencontro” ou de constituição) (217).

Só um *Visage* pode barrar a violência, mas *d’abord* porque só ele pode provocá-la. Também sem o pensamento do ser que abre o *Visage*, haveria apenas violência pura. O pensamento do ser não é jamais em seu desvelamento, estranho a uma certa violência. Que este pensamento apareça sempre na diferença, que o mesmo não seja jamais idêntico, isto significa *d’abord* que o ser é história, se dissimula na sua produção e se faz violência para se dizer. Um ser sem violência seria um ser que se produz fora do ente: nada, não história... Uma palavra que se produzisse sem violência não determinaria nada, não mostraria nada.

A predicação é a primeira violência. Uma linguagem pura de toda retórica, é possível? (218).

Uma ética sem lei e uma linguagem sem frase. Incoerência já que o *Visage* é tb. palavra e não só olhar; e é a frase que faz aceder do *bessoin* ao *désir*. Para Levinas a origem e possibilidade do conceito são som do mundo a outrem como todo-outro (219).

Separar a possibilidade originária da linguagem – como não-violência e dom – da violência necessária na efetividade histórica, é a aporia do pensamento na trans-historicidade. A origem do sentido é para Levinas é não-história, além da história. É necessário perguntar se a escatologia invocada pode se separar de toda referência à história.

Esta an-historicidade do sentido e sua origem é portanto isto que separa profundamente Heidegger e Levinas. O ser sendo história para este último, ele *não é* fora da diferença e se produz originariamente como violência (não-ética), como dissimulação de si em seu próprio desvelamento (220). O ser é portanto menos o *primum cognitum* que o *primum dissimulé* e estas duas proposições não se contradizem. Para Levinas ao contrário, o ser (entendido como conceito) é o *premier dissimulant* e a diferença ôntico-ontológica neutralizaria a diferença, a alteridade infinita do todo-outro. A diferença ôntico-ontológica não seria pensável senão a partir da idéia do infinito, da irrupção inatecível do ente todo-outro. Para os dois a dissimulação seria gesto conceitual. Para Levinas o conceito está do lado do ser, para Heidegger do lado da determinação ôntica (221).

Infinidade positiva – o que se recusa a ser determinação ôntica compreendida como tal a partir e na luz do pensamento do ser. É a infinidade ao contrário – enquanto operação concreta – que permitiria pensar diferença entre o ser e a determinação ôntica. Implicitamente ou não o pensamento da infinidade abriria a questão e a diferença ôntico-ontológica (222).

De Levinas, inspirado por uma verdade mais profunda que a “lógica” do discurso filosófico, o verdadeiro nome desta *resignação* do conceito, dos *a priori* e horizontes transcendentais, é o *empirismo*. Este não comete senão uma falta: a falta filosófica da intenção empirista sob a ingenuidade de certas expressões históricas. Ela é o *sonho* de um pensamento puramente *heterológico* em sua fonte.

“Empirismo radical confiando no ensinamento da exterioridade” (TI). A experiência do outro é irredutível, “experiência por excelência”. Mas pode-se falar de uma *experiência* do outro ou da diferença? O conceito de experiência não teria sempre sido determinado pela metafísica da presença? A experiência não seria sempre o reencontro de uma presença irredutível, percepção de uma fenomenalidade? (225).

O empirismo tem sido a pretensão filosófica da não-filosofia, incapacidade de se justificar. Mas esta incapacidade, quando é assumida com resolução, contesta a resolução e a coerência do *Logos* (a filosofia) em sua raiz em lugar de se deixar questionar por ele. Nada pode portanto solicitar tão profundamente o *Logos* grego que esta irrupção do todo-outro, sua mortalidade, seu outro.

É preciso sempre filosofar (226).

A Grécia não é um território neutro, sem fronteiras. O milagre grego é a impossibilidade para qualquer pensamento de tratar seus sábios como sábios de fora. Ao acolher a alteridade em geral no coração do *Logos*, o pensamento grego do ser é protegido contra toda convocação absolutamente *surpreendente*.

Nós vivemos na diferença entre o Judeu e o Grego, que pode ser a unidade disto que se chama história “...dilaceramento profundo entre os filósofos e os profetas” (TI). E o diálogo, a paz, teria a forma da reconciliação entre a tautologia formal e a heterologia empírica como em Hegel, ou a forma da separação infinita e transcendência impensável, indizível do outro? Pode-se dar conta do *accouplement* histórico do judaísmo e do helenismo?

EDITORAS

EDIPUCRS

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal - 1429
90619-900 - Porto Alegre-RS
Tel./Fax: (051) 320 3523
<http://ultra.pucrs.br/edipucrs/>
E-mail: edipucrs@pucrs.br

RÜDIGER, Francisco. *Comunicação e teoria crítica da sociedade. Adorno e a escola de Frankfurt*. 1ª edição. 1999. 261p. "Nestes tempos sombrios, marcados por análises fragmentadas e fragmentadoras, em que se proclama a explosão das velhas totalidades - das velhas narrativas, para se usar o jargão atual - eis um ensaio que retoma a boa tradição dialética sem concessões à fadidez intelectual vigente. E com um traço de ousadia: recupera como categoria de análise a noção de indústria cultural. Seguindo sugestões de Habermas, o autor assume, com plena consciência dos riscos, a tarefa de reconstruir as proposições críticas que se inscrevem naquela categoria, ainda que soterradas sob o peso de leituras parciais equivocadas. Com o propósito de retomar o sentido original, crítico e dialético do conceito, Francisco Rüdiger realiza ampla e cuidadosa leitura da Teoria Crítica. O autor centra sua análise em Adorno, considerado fora de moda, apocalíptico e nostálgico da alta cultura burguesa, segundo os ideólogos do neopopulismo de mercado e os defensores do relativismo valorativo no plano cultural. Questão essencial: a indústria cultural não se confunde com as empresas produtoras e nem com as técnicas de difusão dos bens culturais, dizendo respeito, antes de tudo, à extensão das relações mercantis ao conjunto da vida social, nas condições de crescente monopolização do capital. Hoje se vive o estágio final de um processo em que, segundo Adorno, o mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da máquina publicitária que se tornou a indústria cultural, desaparecendo a diferença entre cultura e vida prática. [...] O autor reconhece que a crítica à indústria cultural se encontra atualmente em situação tão ou mais difícil que à época de seu aparecimento, a ponto de a exigência de reflexão crítica ter se tornado ato desesperado e em que pese os momentos utópicos e emancipatórios contidos *in nuce* na cultura de massa. Conclusão pessimista? A leitura, altamente proveitosa, deste texto sugere interpretação alternativa. Adorno afirmou que a integração sistêmica não significa neces-

sariamente integração ideológica mas então, se é assim, brechas são possíveis e, talvez, nem tudo esteja perdido" (Carlos Roberto Winckler).

FLORES, Valdir. *Linguística e psicanálise. Princípios de uma semântica da enunciação*. 1999. 251p. "Muito se tem dito e escrito sobre a questão do sujeito em várias áreas do conhecimento científico. Não tanto, todavia, tem sido pensado quando se trata da linguística. As abordagens no campo dessa ciência têm excluído o sujeito de seu objeto de estudo. O trabalho de Valdir Flores busca justamente definir o objeto da linguística incluindo nele o sujeito que, embora tenha sido excluído do estudo da língua, a ela retorna como seu elemento constitutivo. Partindo de uma leitura epistemológica da linguística estrutural, o autor, neste trabalho, propõe que o estudo científico da linguagem estabeleça um diálogo com outras áreas do conhecimento. Para chegar a um modelo de análise semântica que dê conta de um sujeito dotado de inconsciente, busca subsídios nos conceitos da teoria da enunciação e da psicanálise. As conclusões o conduzem a afirmar, com extrema propriedade, que o objeto da linguística não pode ser entendido como um sistema de relações imanentes, mas como um atravessamento de relações que o constituem. Esta obra de Valdir Flores, que fala por si só, é o resultado de alguns anos de estudos e pesquisas que culminaram com a redação de sua tese de Doutorado, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da FUCRS" (Leci Borges Barbisan - Pós-Graduação em Letras/FUCRS).

BRANCATO, Braz A. A. *Don Pedro I de Brasil, posible rey de España. (Una conspiración liberal)*. Coleção História; 26. 1999. 480p. "[...] En nuestro caso, fue un hecho - en apariencia anecdótico - relacionado con el primer Emperador de Brasil, el que nos despertó un gran interés y, es justo decirlo, llamó nuestra atención a partir de una obra de Sérgio Correa da Costa, titulada *As quatro Coronas de D. Pedro*. En esta obra el autor transcribe un documento enviado por liberales españoles a D. Pedro I de Brasil, el año 1826, en el que le ofrecen la Corona de España. A este hecho, a primera vista sin mayor importancia, no le ha dedicado la historiografía brasileña, ni portuguesa más que escasas alusiones. Quizás la razón haya que buscarla en el hecho de que, tal eventualidad, no logara a producirse; no despertando el interés de los

historiadores de los países que, como veremos, estaban directamente involucrados en algo más que una anécdota, lo cual llegó a ser una verdadera conspiración de importancia mayor que la que se há dado hasta el momento[...]" (Introducción). No final do livro a transcrição de 6 documentos esclarecendo o assunto tratado.

EDITORA SARAIVA

Av. Marquês de São Vicente, 1697

01139-904 - São Paulo-SP

Tel.: (011) 961 3344 - Fax: (011) 961 3308

<http://www.saraiva.com.br>

Av. Ceará, 1360

90240-512 - Porto Alegre-RS

Tel.: (051) 343 1467 e 343 2986

Trabalho & Doutrina. Processo Jurisprudência.

Sob a direção de Valentin Carrion e selo da Editora Saraiva, chega ao mercado o número 19 da Revista Trabalho & Doutrina. Sob a ótica de três renomados juristas, a edição em tese traz como destaque o novo conceito de trabalhador avulso e suas repercussões sobre o sistema jurídico pátrio. A revista deste trimestre também reúne outros 19 artigos de relevante interesse da área trabalhista, como o do Dr. Cássio Mesquita Barros, Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que faz uma avaliação sobre o contrato de trabalho por prazo determinado. A par do ementário jurisprudencial selecionado para a presente edição são transcritas as seguintes decisões do TST: *Desmembramento do sindicato*, pelo Ministro Maurício Corrêa; *Estabilidade em sociedade de economia mista*, pelo Ministro Octavio Gallotti; *Legitimidade do Ministério Público*, pelo Ministro João Oreste Dalazen; e *Dissídio coletivo. Transação. Coisa Julgada*, pelo Ministro Milton de Moura França. Como homenagem do trimestre, figura o jurista Paulo Emilio Ribetto de Vilhena e, nas seções Conferências e Congressos, Novos Livros e Legislação, o leitor terá uma visão geral sobre os últimos acontecimentos do universo forense.

Trabalho & Doutrina. Processo Jurisprudência. Nº

20, março de 1999. Revista jurídica trimestral cujo diretor é Valentin Carrion. O assunto em estudo tem o título de *Limitações à autonomia da vontade coletiva* com artigos de: Aguiar Martins Feixoto, Alice Monteiro de Barros, Eduardo de Azevedo Silva, Francisco Osani de Lavor, Octavio Bueno Magano e Washington Luiz da Trindade. Outros artigos são: *A interpretação jurídica*, Benedito Calheiros Bomfim; *Sindicatos*, Dário Guimarães de Andrade; *Es-*

tabilidade gestacional, Edson Silva Trindade; *Despedida arbitrária do docente grave*, Fernando Donato Vasconcelos; *Base do adicional de insalubridade*, STF, Geraldo Magela e Silva Meneses; *Trabalho a tempo parcial*, José Afonso Dallegre Neto; *Sócio na execução*, José Augusto Rodrigues Pinto; *Pagamentos com títulos de dívida pública*, José Janguê Bezerra Diniz; *Previdência privada fechada. Competência*, José Luiz Vasconcelos; *Circulação de trabalhadores no Mercosul*, Maria Cristina Mattioli; *Embargos à execução com garantia parcial*, Paulo Roberto Brescovici; *Flexibilização e cooperativas*, Raimundo Simão de Melo; *Tutelas cautelar e antecipada*, Reis Friebe; *Execução de termo de compromisso*, Rildo Albuquerque Mousinho de Brito; *Cooperativismo e Direito do Trabalho*, Rodolfo Pamplona Filho e *Arematação no processo do trabalho*, Sergio Pinto Martins. A seção *Um jurista* fala de Osiris Rocha. Em *Novos livros* são anunciados os títulos: *Direito Constitucional*, *Direito do Trabalho*, *Direito Processual Civil*, *Direito Processual do Trabalho*, *Diversos*.

A edição de fevereiro/março 99 do LIS (Legislação Informatizada Saraiva) traz como destaque a inclusão do Decreto nº 2.876, que dispõe acerca do imposto de exportação sobre produtos industrializados na comercialização de cigarros e a Medida Provisória nº 1.733-56, que trata sobre o valor total anual das mensalidades escolares. Outras novidades dos produtos são a Lei nº 9.755, que dispõe sobre a criação de *homepage* na Internet, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações e a Emenda Constitucional nº 20, que modifica o sistema de Previdência Social, estabelecendo normas de transição. O LIS possui atualização bimestral e realiza pesquisas rápidas, cujos dados são diretamente transferidos para pareceres, petições e outros trabalhos. O usuário conta, também, com Suporte Técnico gratuito, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 18 horas. A assinatura, que pode ser efetuada na própria *Saraiva Data*, nas *Livrarias Saraiva* ou através dos *Agentes Saraiva Data* (vide relação em <http://www.saraiva.com.br>), custa R\$ 640,00 (3 edições) e R\$ 1.060,00 (6 edições), podendo ser parcelada em até 4 vezes, sem juros, através do cartão de crédito. Maiores informações sobre o produto e outros planos de pagamento podem ser obtidos pelo telefone (011) 961.3344, ramal 437 ou pelo e-mail: vendas.data@saraiva.com.br

Foram publicados em novas edições os "Códigos

gos Saraiva": *Código Civil* (50ª edição); *Código Comercial* (44ª edição); *Código Penal* (37ª edição); *Código de Processo Civil* (29ª edição); *Código de Processo Penal* (39ª edição) e *Código Tributário Nacional* (28ª edição).

MONTEIRO, Antonio Lopes & BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. *Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais*. (Conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas). 1998. 269p. O presente trabalho não tem a pretensão de ser inédito nem na forma nem no conteúdo. Procurou unir as duas coisas. O Seguro de Acidentes do Trabalho vem passando por fortes transformações que a maioria não consegue acompanhar. Semente os que militam na área conseguem a duras penas entender e aplicar um sem-número de normas expedidas nem sempre muito às claras, mas que interferem no dia-a-dia do processo acidental, dificultando os objetivos do mandamento constitucional de um trabalho com saúde e proteção aos que fazem a riqueza deste País. Os autores têm larga experiência nessas questões, visto que, Promotores de Justiça de Acidentes do Trabalho da Capital, puderam vivenciar inicialmente os problemas dos mais sofridos e suas dificuldades em alcançar os seus direitos decorrentes dos infortúnios laborais. Não se olvidaram as próximas transformações do Seguro de Acidentes do Trabalho, fazendo uma crítica construtiva e dando sugestões para melhorar os anteprojetos conhecidos. Enfim, este é o espírito com que foi escrita esta obra.

DONNINI, Rogério Ferraz. *A revisão dos contratos no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor*. 1999. 219p. O autor analisa nesta obra a revisão contratual no cenário nacional e estrangeiro, trazendo ainda vários julgados que se valeram da antiga cláusula *rebus sic stantibus* e tornaram menos rígido o princípio *pacta sunt servanda*. O Projeto de Código Civil n. 634-B, de 1975, já aprovado no Senado, posto preveja a teoria da imprevisão, dá um tratamento pouco atual à matéria, o que leva o autor a uma nova proposta legislativa. A revisão dos contratos no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor foi objeto de dissertação de mestrado, defendida pelo autor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), perante banca examinadora composta pelos Profs. Nelson Nery Júnior, Celso Antonio Pacheco Fiorillo e Luiz Antonio Rizzatto Nunes, sendo-lhe atribuída nota dez, com louvor. Destinada aos advogados, magistrados e membros do Ministério Público, a obra tem por finalidade

demonstrar que a teoria da imprevisão pode ser aplicada nas relações contratuais existentes entre particulares com muito menos rigidez e cautela, desde que cumpridos certos requisitos.

JESUS, Damásio E. de. *Crimes de porte de arma de fogo e assemelhados*. Anotações à parte criminal da Lei n. 9.437, de 20 de fevereiro de 1997. 1999. 129p. Sem prejuízo das demais condutas comissivas descritas no *caput* do art. 10 da Lei, outras figuras recebem nesta obra minucioso tratamento doutrinário, dentre as quais podemos destacar: omissão de cuidado, crime cometido com arma de brinquedo, disparo de arma de fogo, utilização de arma de uso proibido ou restrito, além das formas típicas qualificadas e da prática cometida por servidor público. Ante a incontestada periculosidade que constitui a melhor doutrina criminal do País, em todos esses tópicos o autor procura delinear a precisa extensão de cada tipo, perquirindo sua objetividade jurídica, descrevendo seus sujeitos e condutas típicas e explorando toda a casuística a eles relacionada. O escrito é enriquecido com a indicação de fontes jurisprudenciais e doutrinárias para um aprofundamento do estudo, de forma a suprir o profissional de todos os elementos necessários à sua imediata e eficaz aplicação prática no dia-a-dia. Uma parte introdutória do trabalho fornece embasamentos teóricos que justificam a definição dos crimes de porte de arma de fogo, seus precedentes na política criminal internacional, o respaldo constitucional da criação das novas figuras delituosas e suas relações com os critérios de incolumidade pública. Destaca-se aqui a definição da natureza jurídica dos delitos de porte de arma de fogo e figuras correlatas como crimes de lesão quanto ao resultado jurídico e de mera conduta quanto ao seu resultado naturalístico. O apêndice ao final da obra reúne o texto, na íntegra, da própria lei e de seu regulamento e transcreve vários outros atos normativos relacionados à regulamentação desses delitos.

JESUS, Damásio E. de. *Crimes de trânsito*. Anotações à parte criminal do Código de Trânsito (Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997). 2ª edição. 1998. 225p. Esta importante contribuição ao estudo dos crimes de trânsito vem atender a premente necessidade da comunidade jurídica, imposta por força da promulgação do novo diploma. Além da análise caso a caso de cada um dos delitos tipificados nos arts. 302 e seguintes do Código de Trânsito, o autor examina com precisão diversas questões relacionadas à própria sistemática da lei, analisando

tópicos como a aplicação, aos delitos de trânsito, das normas gerais do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais); a composição civil dos danos materiais resultantes da prática delitívosa; a possibilidade de aplicação do perdão judicial aos delitos de trânsito, dentre vários outros temas de indiscutível pertinência. Toda a exposição, ademais, vem precedida de um suporte conceitual que visa levar ao leitor aspectos doutrinários de relevante utilidade prática nas lides relacionadas com os delitos de trânsito. Assim, as seções preliminares do trabalho foram destinadas ao estudo da natureza jurídica dos crimes de trânsito (crimes de perigo, dogmática penal nos crimes de trânsito) e aos princípios fundamentais do Direito Penal de Trânsito. De notar a preciosa abordagem de pontos suscitados pelo autor ao longo do escrito, advindo conclusões importantes para a compreensão da atual sistemática dos delitos de trânsito, como a inadmissibilidade dos delitos de perigo abstrato ou presumido em nossa legislação e a qualificação dos delitos de trânsito, salvo algumas exceções, como crimes de lesão e de mera conduta ou de simples atividade. Por tudo isto, o presente trabalho mostra-se leitura indispensável para a atualização do profissional militante na área. São do mesmo autor as obras *Código Penal anotado* e *Código de Processo Penal anotado* (também em versão CD-ROM), *Direito Penal* (em 4 volumes), *Prescrição penal*, *Lei Antitóxica anotada* (vide abaixo), *Lei das Contravenções Penais anotada*, *Lei dos Juizados Especiais Criminais anotada* e *Novíssimas questões criminais*.

JESUS, Damásio E. de. *Lei antitóxica anotada*. 4ª edição revista. 1999. 181p. Cada dispositivo da obra traz minuciosos comentários que envolvem, sob variadas óticas, informações precisas, de alto valor prático e científico, a respeito de cada um dos aspectos legais passíveis de controvérsias, dissecando posições opostas e, afinal, oferecendo direcionamentos peculiares ao próprio autor. A jurisprudência incluída remonta às mais importantes decisões já proferidas no decurso de quase duas décadas da legislação que regulamenta o assunto em pauta, fruto, é claro, de ampla e amadurecida pesquisa realizada pelo autor. O trabalho prima pela clareza e pela propriedade das questões suscitadas, fornecendo segura fonte para a correta aplicação de cada um dos dispositivos legais ali previstos. Valendo-se da sistemática que adotou nas anteriores obras *Lei das contravenções penais anotada*, *Código de Processo Penal anotado* e *Código Penal anotado*, os

comentários que apontam para os debates correntes, entrelaçados eventualmente a outras fontes legais, acrescentados pela indicação de extensa e oportuna bibliografia, fazem desta obra uma ferramenta de inesgotável valor para o profissional que manuseia a Lei Antitóxica no cotidiano de seu trabalho e para os estudantes da matéria, que não podem prescindir da completude e da objetividade inerentes ao trabalho realizado pelo Prof. Damásio.

VIANA, Marco Aurelio S. *Da união estável*. 1999. 95p. A união estável é examinada desde o Código Civil, passando pelo Direito Comparado e pela jurisprudência anterior à Constituição de 1988, realçando-se a importância do trabalho que esta realizou, ao erigir suportes conceituais de que se serviria, depois, o legislador. Estudam-se os alimentos, a culpa e seus pressupostos, os critérios de fixação, reajustamento e revisão, os modos de cumprimento, os meios para assegurar o pagamento da pensão, os alimentos provisórios e a ação de alimentos. No exame do patrimônio é dada ênfase ao regime de bens, ao patrimônio comum e à elaboração de contrato escrito para reger a vida dos conviventes. Desenvolvem-se ainda temas como a administração do patrimônio comum e as dificuldades práticas decorrentes das relações com terceiros. No campo do direito sucessório, sustenta-se que a Lei n. 8.971/94 ainda vigora em relação a esse aspecto da união estável. Discute-se quando o convivente é herdeiro ou titular do direito à meação, assim como os vários aspectos que envolvem o usufruto e o direito real de habitação. Abre-se espaço, ainda, para o exame da conversão da união estável em casamento. As regras processuais merecem capítulo próprio. Nesse particular desenvolve-se estudo sobre a competência das Varas de Família para processar as lides decorrentes da união estável, ação declaratória, ação de dissolução da união estável, dissolução consensual, cautelar de separação de corpos, intervenção do Ministério Público, inventário e embargos de terceiro. Outros aspectos do tema são realçados, como a separação de fato, o concubinato adúltero, a união estável putativa, o concubinato múltiplo e as uniões estáveis sucessivas, estabelecendo-se suas conseqüências e a possibilidade de tutela por lei especial.

CUNHA, Sérgio Sêrvulo da. *O efeito vinculante e os poderes do juiz*. 1999. 275p. "[...] De modo que esta é uma investigação sobre o conceito de "efeito vinculante", tal como se encaixa essa expressão na EC n. 3/93 e na PEC n.

54/95, sem cuidar de outras acepções que tem e de outros temas que lhe são próximos, como por exemplo qual o tipo de decisão que teria esse efeito, e, dentro dela, quais as cláusulas realmente vinculantes. Esta investigação envolve portanto, entre outras, as seguintes etapas: a) se a expressão "eficácia *erga omnes*" significa o mesmo que força de lei; b) se "eficácia *erga omnes*" é o mesmo que efeito vinculante, tendo sido esta última expressão usada explicitamente naqueles projetos; c) se o efeito vinculante é elemento da eficácia *erga omnes* ou complemento seu; d) se o efeito vinculante é elemento da força de lei. Embora não se costuma falar em eficácia da lei, mas em força de lei, isso nos leva também e) a distinguir entre a eficácia da lei – que é ordinariamente eficácia *erga omnes* – e eficácia da decisão judicial, que costuma ser *inter partes*. Já se vê que f) essas indagações envolvem, como questão preliminar, a compreensão do que seja eficácia; e que g) se aproximam do que se costuma designar como força de coisa julgada" (da Introdução).

CZERNA, Renato Cirelli. O pensamento filosófico e jurídico de Miguel Reale. 1999. 190p. "Como poderá perceber facilmente o leitor do presente livro, ele versa tanto sobre o meu pensamento filosófico ou filosófico-jurídico, quanto sobre o de Renato Cirelli Czerna, que não se limita a expor minhas opiniões, mas dá as razões de seu assentimento e de suas discordâncias. A riqueza dos trabalhos ora publicados vem daí, do sentido e da força desse diálogo que se desenrola por mais de quatro décadas, desde quando convidei o Autor, recém-saído da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, para ser meu assistente na cadeira de Filosofia do Direito, com base tão-somente no mérito de suas provas escritas" (do Prefácio). Títulos do Índice: I – Criticismo ontogenesológico e tridimensionalidade. II – Sul pensiero filosofogiuridico di Miguel Reale. III – A dialética de implicação e polaridade no criticismo ontogenesológico. IV – Filosofia dos valores e unidade histórica. V – Funcionalidade histórico-cultural e antiformalismo. VI – Reflexões didáticas preliminares à tridimensionalidade dinâmica na "filosofia do direito". VII – "Experiência e cultura" em Miguel Reale. VIII – Inteleto analítico e razão sintética. IX – Miguel Reale e o historicismo contemporâneo. X – Miguel Reale e a cultura contemporânea.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. Teoria e prática dos Juizados Especiais Cíveis. (Lei n. 9.099/95 – Parte Geral e Parte Cível – comentada artigo por artigo). 1999. 267p. Representando São Paulo em Encontros Nacionais de Juizes Coordenadores

de Juizados Especiais, o autor teve acesso a informações jurisprudenciais e doutrinárias de profissionais de dezesseis Estados da Federação. Aos dados colhidos adicionou o material obtido com as pesquisas que realizou junto aos Colégios Recursais da Capital e do Interior do Estado de São Paulo. Sistematizando a obra, o autor, que também é Professor de Direito Constitucional da Universidade Paulista e membro do Instituto Ductor de Ciências Jurídicas de Campinas, SP, de forma objetiva responde aos problemas práticos enfrentados por todos aqueles que atuam no Sistema dos Juizados Especiais, utilizando quando necessário referências comparativas ao Código de Processo Civil e à jurisprudência dos Tribunais de São Paulo e dos Tribunais Superiores. Por fim, o autor analisa os principais aspectos do Projeto de Lei Complementar paulista n. 27/97 (atual Lei Complementar n. 851/98), que disciplina os Juizados Especiais do Estado de São Paulo. O autor publicou vários artigos e é co-autor dos livros *A Lei dos Juizados Especiais Criminais na Jurisprudência e Lei de Execução Fiscal Comentada e Anotada*.

REALE, Miguel. O projeto do Novo Código Civil. Situação após a aprovação pelo Senado Federal. 2ª edição, reformulada e atualizada. 1999. 276p. "Aprovado pelo Senado Federal o Projeto de Código Civil, é de toda conveniência tornar conhecidas as profundas alterações introduzidas no Projeto enviado pela Câmara dos Deputados, em grande parte como decorrência das modificações feitas pela Constituição de 1988 em matéria de Direito de Família. Ademais, em virtude do tempo decorrido, foi sentida a necessidade de rever ou completar vários dispositivos, em todas as partes do Projeto, numa obra de oportuna atualização. Todas essas questões foram objeto de análise em estudo de minha autoria, que me pareceu necessário completar com o Parecer lavrado pelo Senador Josaphat Marinho, como Relator-geral do Projeto no Senado. Por iguais razões foi conservado o Parecer elaborado pelo Deputado Ernani Satyro, relator da matéria na Câmara. Tem-se, desse modo, uma visão global das diretrizes firmadas ao longo do processo legislativo. Para demonstrar que, não obstante dezenas de emendas aprovadas, foram preservados a estrutura e os objetivos fundamentais do Anteprojeto inicial, julguei indispensável conservar, na presente segunda edição, a Exposição de Motivos incluída na primeira, mas com comentários atuais".

CERVEIRA FILHO, Mário. *Shopping Centers: direito dos lojistas*. 1999. 176p. Este livro destina-se a orientar o lojista quanto a três momentos distintos das relações contratuais com o empreendedor dos shopping centers: a fase pré-contratual, ou seja, de observância dos cuidados prévios à celebração do contrato; a fase contratual, em que são discutidos os encargos do lojista - por exemplo, o fundo de promoção, as despesas de condomínio - seus direitos, por exemplo, a possibilidade de impetrar medidas judiciais, como as ações revisional e renovatória; e, finalmente, a fase rescisória, em que são examinadas as implicações práticas do encerramento da atividade, da transmissão do ponto a terceiros, cobrança de multa contratual, pedido de indenização por danos patrimoniais ou morais e por lucros cessantes, dentre outros aspectos. A leitura mostra-se fundamental também ao advogado, uma vez que não há legislação específica sobre a matéria.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. *Direito Penal - parte geral. Sinopses jurídicas*; vol. 7. 1999. 197p. Índice: Título I: Da aplicação da lei penal. Título II: Do crime. Título III: Da imputabilidade penal. Título IV: Do concurso de pessoas. Título V: Das penas. Título VI: Das medidas de segurança. Título VII: Da ação penal. Título VIII: Da extinção da punibilidade.

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. *Teoria geral do processo e processo de conhecimento. Coleção Sinopses jurídicas*; vol. 11. 1999. 218p. Índice: Título I: Teoria geral do processo - Introdução; A lei processual; Princípios gerais do Processo Civil; Jurisdição; Ação; Competência; Das partes e seus procuradores; O Ministério Público no Processo Civil; O juiz; Os atos processuais; Pressupostos e nulidades processuais; Litisconsórcio; Intervenção de terceiros; Formação, suspensão e extinção do processo; Procedimento. Título II: Processo de conhecimento - Petição inicial; Antecipação da tutela; Da citação; Da resposta do réu; Da fase ordinatória; Do julgamento conforme o estado do processo; Teoria geral das provas; Depoimento pessoal; Prova documental; Prova testemunhal; Prova pericial e inspeção judicial; Audiência de instrução e julgamento; Sentença e coisa julgada; Teoria geral dos recursos; Dos recursos em espécie; Da ação rescisória.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. *Procedimentos especiais. Sinopses jurídicas*; vol. 13. 1999. 193p. "No estudo que se segue, procurou-se atentar para a ceder e a seqüência estabelecidas pelo legislador processual. Respeitou-se a divisão em duas partes: a dos proce-

dimentos especiais de jurisdição contenciosa, e a dos de jurisdição voluntária, que, como já referido, correspondem aos Títulos I e II do Livro IV do Código de Processo Civil. Embora seja esta uma obra de direito processual, recorreu-se sempre que necessário ao direito material, para melhor elucidar determinadas questões, lembrando sempre o caráter instrumental do processo, sem perder de vista a sua independência e autonomia". Título I: Dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa - Da ação de consignação em pagamento; Da ação de depósito; Da ação de anulação e substituição de títulos ao portador; Da ação de prestação de contas; Das ações possessórias; Da ação de nunciação de obra nova; Da ação de usucapão; Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares; Do inventário e da partilha; Dos embargos de terceiro; Da habilitação; Da restauração de autos; Das vendas a crédito com reserva de domínio; Da arbitragem; Da ação monitória. Título II: Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária - Das disposições gerais; Das alienações judiciais; Da separação consensual; Dos testamentos e codicilos; Da herança jacente; Dos bens dos ausentes; Das coisas vagas; Da curatela dos interditos; Da nomeação e remoção de tutor ou curador; Da organização e da fiscalização das fundações; Da especialização da hipoteca legal.

CARRION, Valentin. *Nova jurisprudência em Direito do Trabalho*. 1º semestre. STF, TST, STJ, TRTs. Repertório oficializado pelo TST. 1999. 722p. "O conhecimento da jurisprudência é valiosíssimo para o estudo do Direito. O legislador não consegue abranger todas as situações nem modificar a lei para adaptá-la à realidade, a cada instante. Por isso, a jurisprudência, com sua capacidade criadora, cada dia mais, cumpre essa missão: estabelece distinções, aponta sentidos, lima arestas, declara não só a vontade do legislador quando elaborou a norma, como o que ele desejaria, se neste momento se manifestasse. A mudança de critérios de julgamento dos tribunais modifica hábitos de comportamento, não só das partes no processo, como da vida extrajudicial, mesmo quando a letra da lei continua inalterada. Esta obra tem o mérito da qualidade na escolha dos julgados, da quantidade (necessária para que se tenha visão do conjunto), de sua rigorosa atualidade e de ser repertório oficializado pelo TST; todas as ementas deste volume são novas; como nas edições anteriores, nenhuma foi repetida; em cada verbete, as ementas são precedidas pelas súmulas do STF, TST e do STJ, bem como da última Orientação Jurisprudencial

oficial da Seção de Dissídios do TST; cada uma possui sinal gráfico que a distingue dos demais julgados; o índice alfabético, dividido em sub-verbetes, facilita a visão geral da distribuição dos temas, tornando rápida a pesquisa; além de decisões do STF, TST e STJ, são reproduzidas outras importantes de Tribunais Regionais do Trabalho; após a relação de súmulas dos Tribunais Superiores transcrevem-se as orientações jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais (SDI) e da de Dissídios Coletivos (SDC) e os precedentes normativos do TST em Dissídios Coletivos”.

LUZ, Valdemar P. da. Código de Processo Civil passo a passo. Prática Processual. Coleção prática forense. 1999. 780p. “Professor há longos anos em universidades no Rio Grande do Sul, ora residindo e lecionando em Florianópolis, o Autor traz na bagagem inúmeras obras que já o tornaram conhecido e consagrado como expositor de temas de Direito Civil e de Direito Processual Civil. Neste particular merecem menção *Manual do advogado* já em sua 12ª edição, e *Manual prático das petições judiciais*, na 11ª. O autor lança, agora, obra prática de grande utilidade não só para os iniciantes nas lides forenses, mas também para os professores de Direito Processual Civil e acadêmicos dos cursos de Direito, pois terão à mão excelente manual para ilustrar as aulas e facilitar o aprendizado, aliando, assim, de forma consciente, a prática à teoria de sala de aula. O exame atento do índice revela a real dimensão deste livro, com seu amplo elenco de modelos práticos, abrangendo atos judiciais praticados por todos os profissionais que participam de um processo, neles se incluindo petições iniciais, petições no curso do processo, contestações, recursos, despachos, sentenças, atos do escrivão etc. Desprezando, pois, reiterar a importância do Código de Processo Civil passo a passo, porquanto, ao preencher uma lacuna na bibliografia jurídica, entendemos que servirá de vigoroso subsídio para todos quantos almejem aprimorar seu aprendizado na área da prática forense”.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Terras particulares. Demarcação, Divisão, Tapumes. 4ª edição revista e atualizada. 1999. 614p. O livro evidencia a preocupação do autor de atualizar o manual doutrinário pátrio acerca das divisões e demarcações, com acentuado destaque para as questões de ordem processual que, segundo a experiência do foro, são as que mais atormentam os litigantes. Não se descuidou, porém, do exame do direito material que regula a comunhão sobre imóveis e os limites entre

prédios, visto que, nos procedimentos como os do juízo divisorio, não raro é impossível compreender e justificar as regras instrumentais sem se reportar aos preceitos do direito substancial, a cuja atuação aqueles se destinam. Ao longo da exposição, muitos vícios ou preconceitos, tanto de jurisprudência como de antiga doutrina, frutos de vetustos e injustificáveis praticismos, foram atacados de frente pelo autor, sempre no afã de compatibilizar as ações de divisão e demarcação com os modernos conceitos do processo civil e do direito de ação. O trabalho acha-se, ainda, enriquecido com esquemas de procedimentos, fluxogramas e formulários que, a par de tornarem mais compreensível a exposição doutrinária, serviram de roteiro seguro para os profissionais do Direito na vida forense, o que, à evidência, redundará em inegáveis vantagens de ordem prática para os leitores. O estudo da divisão e demarcação completa-se com o das ações de tapumes e paredes divisórias, que é feito dentro do mesmo prisma e sob as mesmas preocupações que se registram na análise das ações de extinção do condomínio e do conflito de limites.

ARAÚJO, Justino Magno & SARTORELLI, Renato. Alienação fiduciária e sua interpretação jurisprudencial. Jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo. Neste livro, fruto de paciente e meticuloso trabalho de pesquisa e compilação, os autores, ilustres juízes do 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, não se descuidaram da preocupação, única e exclusiva, de, ao lado de tornar mais ágil, prática e eficiente a consulta, muita vez superficial ao já casuístico repertório espalhado em dezenas e dezenas de volumes, condensar, de forma ordenada e sistematizada, a mais expressiva e recente orientação pretoriana, em torno do controvertido tema da alienação fiduciária em garantia e seus múltiplos desdobramentos, vertentes emanadas não só dos tribunais federais superiores, mas, também, do sodalício de que são integrantes, agora mais bem afeiçoado àquela matéria, pela ampliação da competência que se lhe atribuiu por força do Provimento n. 102/97 e da Lei Complementar Estadual n. 832/97. Assim, plenamente justificada a sua elaboração, que constitui um sugestivo painel de informações subsidiado pela jurisprudência paulista e nacional mais atualizada e, ainda, pelo interesse e alcance prático da obra, seu lançamento terá inestimável serventia a magistrados, advogados e estudiosos do Direito.

- Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1996, acompanhada de novas notas remissivas e dos textos, integrais, das Emendas Constitucionais e das Emendas Constitucionais de Revisão. 21ª edição, atualizada e ampliada. Foi autor da presente obra até a 15ª edição o Dr. Juares de Oliveira. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 1999. 267p.
- Tóxicos.** A Lei de Tóxicos (Lei n. 6.368/76), acompanhada da legislação complementar vigente (convenções, relação de medicamentos, dispositivos dos Códigos Penal Militar e de Processo Civil, crimes cometidos por organizações criminosas e por "lavagem" de dinheiro) e de índice alfabético-remissivo. Nesta edição: regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria n. 344, de 12-5-1998). Sistema Nacional Antidrogas (Decreto n. 2.632, de 19-8-1998). 5ª edição, atualizada e aumentada. Foi autor da presente obra até a 4ª edição o Dr. Juares de Oliveira. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 1998. 398p.
- Código Judiciário do Estado de São Paulo.** (Decreto-Lei Complementar n. 3, de 27-8-1969). Acompanhado de normas sobre a organização e divisão judiciárias do Estado de São Paulo (Constituição Federal, Constituição Estadual, leis, decretos, provimentos e resoluções), do Quadro Geral de Competências, relação de feriados municipais, índices e anotações aos textos. Inclui dispositivos dos regimentos internos do: Tribunal de Justiça - 1º Tribunal de Alçada Civil - 2º Tribunal de Alçada Civil. Tribunal de Alçada Criminal. Adendo especial: Lei Complementar n. 851, de 9-12-1998 (Sistema de Juizados Especiais). Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 1999. 894p.
- CLT Saraiva.** Texto do Decreto-lei n. 5.452, de 1º-5-1943, atualizado até a Lei n. 9.756, de 17-12-1998, e acompanhado de notas à Legislação Correlata, de Legislação Trabalhista Especial, de Regimento Interno do TST (excerto), de Súmulas do STF, STJ, TFR (em matéria trabalhista) e do TST (Enunciados 1 a 361) e de Índices Sistemático da CLT, Numérico da Legislação e Alfabético - Remissivo da CLT, da Legislação Complementar e das Súmulas. 25ª edição, atualizada e aumentada. Foi autor da presente obra até a 21ª

edição o Dr. Juares de Oliveira. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 1999. 987p.

SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Lei dos Juizados especiais civis anotada. Doutrina e jurisprudência de 21 Estados da Federação. 1999. 172p. [...] Este livro contém jurisprudência de 21 Estados da Federação e demonstra como os juizes brasileiros vêm interpretando a Lei n. 9.099/96. A importância disso reside no fato de que, por não caber recurso especial contra as decisões emanadas das Turmas Recursais, jamais haverá a uniformização de interpretação da referida Lei e, conseqüentemente, a elaboração de súmulas pelo Superior Tribunal de Justiça. Objetiva o autor, com esta obra, dar suporte àqueles que, habituados aos trabalhos praticados junto às Varas Cíveis, deparam-se agora com questões atinentes aos Juizados, seja por causa da coisa julgada e da litispendência, seja porque lhes vem a oportunidade de exercer o seu ofício perante os Juizados Especiais Cíveis, dos quais se espera que sirvam de instrumento para a solução definitiva da crise da Justiça em nosso país. Nota-se que cada vez mais as causas cíveis de menor complexidade vêm tomando espaço na Administração de Justiça em nosso país, principalmente por meio dos Juizados Especiais. Percebe-se, enfim, que a facilitação do acesso ao Judiciário constitui, sobremaneira, a primeira garantia do exercício da cidadania - que não se pratica somente pelo voto.

ABRÃO, Nelson. Direito bancário. 5ª edição revista, atualizada e ampliada pelo Dr. Carlos Henrique Abrão. 1999. 296p. Renomado comercialista da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, o Prof. Nelson Abrão lecionou por três décadas nas Pontifícias Universidades Católica de Campinas e São Paulo, militou por aproximadamente meio século na advocacia e, aliando o campo do conhecimento com o da efetiva prática, concebeu a monografia na sistemática de sua utilidade no complexo campo do Direito bancário. Plasmado na boa acolhida e fruto do passamento do idealizador da obra, coube a seu filho, doutor em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo e juiz de Direito em São Paulo, a partir da terceira edição, manter a monografia atualizada e provida das ampliações essenciais, voltadas para a realidade do setor, com as diretrizes da preservação e diminuição da crise financeira das instituições, tudo isso somado à característica surgida no enraizamento da informática, não deixando de abordar o aspecto do banco virtual e da legisla-

ção disciplinadora da lavagem de dinheiro. O trabalho foi acrescido de pontos relevantes, enriquecido com excerto jurisprudencial, representado pelas decisões mais específicas que fazem referência às instituições financeiras no cenário do judiciário, elevando-se a participação nos litígios subindo a quase 40% de todos os processos em andamento. Resultado dessa operacionalização, foram dados perfis particularizados respeitantes à teoria da culpa, ao padrão cogitado da responsabilidade objetiva do Banco Central em algumas situações, à securitização cada vez mais influente e aos ditames que cercam o ressarcimento dos danos material e moral, baseados nos elementos probatórios levados ao conhecimento da Justiça. Fundamental destacar que a monografia, apesar de sua composição ampliada e complexidade dos assuntos tratados, mantém o espírito de concisão, objetividade e, primordialmente, de retrato vivo das principais alterações que se apresentam com impressionante velocidade, na dialética da crise mundial e do saneamento local empreendido pelo Banco Central. Todos os aspectos acentuam o lado dinâmico da temática, revelando o pioneirismo da obra e sua destinação a todos aqueles que desejam adquirir subsídios legais, voltados para o conhecimento das atividades e operações bancárias, cujas dimensões e repercussões pontuam o papel primordial dos bancos na conjuntura econômica globalizada e de preponderante concorrência.

SANTOS, Regina Beatriz Tavares da Silva Papa dos. *Reparação civil na separação e no divórcio*. 1999. 197p. Nesta obra demonstra-se a aplicabilidade dos preceitos da responsabilidade civil no casamento e em sua dissolução, diante do princípio de que havendo ação lesiva, praticada por um dos cônjuges contra o outro, com a ocorrência de danos morais ou materiais, surge o direito do ofendido à reparação, tal como ocorre nas demais relações jurídicas. Assim, é desenvolvido o estudo da reparação de danos na separação e no divórcio, com a análise de seus antecedentes históricos e de seu tratamento pelo direito estrangeiro, da natureza jurídica contratual do casamento, das finalidades e dos efeitos jurídicos do matrimônio. Destacando o princípio da igualdade entre marido e mulher e os deveres conjugais de cunho pessoal e patrimonial, as causas e consequências do desfazimento da sociedade e do vínculo conjugal, a Autora apresenta soluções que visam à eliminação das deficiências e contradições existentes na legislação vigente e projeta-

da, bem como as noções fundamentais da responsabilidade civil, com sua adequação à dissolução do casamento. No presente estudo são fornecidos os subsídios legais, doutrinários e jurisprudenciais necessários à propositura, à defesa e ao julgamento de ações de reparação de danos decorrentes dos rompimentos matrimoniais.

CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. Legislação complementar, jurisprudência. 24ª edição atualizada e ampliada. 1999. 1.203p. A obra defende posições inconformistas sem deixar de apresentar a jurisprudência e a doutrina mais significativas. O jurista Antônio Lamarca escreveu, referindo-se a esta obra: "Condensar num livro só, de fácil manuseio, todo o vasto material da CLT e leis complementares, ... dizer o essencial... e conseguir ser original e expender idéias próprias, eis a consagração...". "O livro de cabecreira dos profissionais do Direito do Trabalho", o qualificou o Ministro do TST, Marcelo Pimentel. "... ao mesmo tempo, prática, informativa e reveladora de alta dose de juridicidade", a qualificou o mestre Ámaldo Süsskind. Disse o Ministro Coqueijo Costa, do TST: "... é tarefa louvável a de Valentin Carrion, persistir atualizando constantemente seus *Comentários à Consolidação*, editada com azeitado pelo seu grande público leitor..." "... obra que cada vez mais admira... Comentários claros, precisos, objetivos, *comme il faut*...", manifestou Arion Sayão Romita, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho. E o Ministro do TST Indalécio Gomes Neto: "... O conteúdo e a importância de seu trabalho são históricos, na medida em que, há muito, acompanha o aluno universitário, o advogado, os magistrados, todos que se entregam ao árduo ofício de conhecer e bem aplicar o Direito..."

NUNES, Luiz Antonio Rizzasto & CALDEIRA, Mirella D'Angelo. *O dano moral e sua interpretação jurisprudencial*. 1999. 1.095p. Este é o livro que todos os profissionais do Direito aguardavam. O dano moral e sua indenização é o tema jurídico mais palpante do momento. O Poder Judiciário tem assistido a uma verdadeira avalanche de ações judiciais, nas quais vítimas de toda a sorte de abusos pedem a condenação em indenização pelos danos morais sofridos. São pessoas atingidas em sua privacidade pelos órgãos de comunicação, consumidores negativos e cobrados ilegalmente pelos bancos, familiares que perderam parentes em acidentes de

automóvel, avião, trem, barco etc., vítimas de erros médicos, cidadãos violados por funcionários públicos, enfim, são dezenas de situações que mereceram reparo pela via da indenização do dano moral. O fato é que após a edição da Constituição de 1988, finalmente, a população brasileira abriu os olhos para esse direito fundamental, que tem recebido o benéfico do Poder Judiciário nacional. Foi por conta disso que a editora Saraiva resolveu encomendar este livro ao experiente professor Rizzato Nunes, autor de várias obras jurídicas, dentre as quais se destaca outra com o mesmo formato e de grande sucesso: O direito do consumidor e sua interpretação jurisprudencial. Desta feita ele associou-se à professora Mirella D'Angelo Caldeira e juntos produziram esta obra de fôlego, que com certeza será leitura de cabeceira de advogados, juizes, promotores públicos, procuradores, estudantes e de todos aqueles que pretenderem conhecer o assunto. Importante anotar desde já que esta obra não é uma simples coletânea de decisões judiciais, mas sim o resultado de extensa pesquisa, através da qual foi feita a seleção jurisprudencial, sendo que aquilo que é mais relevante foi comentado pelos autores, de modo a facilitar a consulta e o entendimento dos leitores. Tudo bem organizado em capítulos e índices, acompanhado de trabalho doutrinário sobre o tema. Assim, vem ao público mais este livro indispensável para os profissionais e estudantes do Direito.

NEGRÃO, Theotonio. Código civil e legislação civil em vigor. Com a colaboração de José Roberto Ferreira Gouvêa. 18ª edição. Atualizada até 5 de janeiro de 1999. 1.312p. "Esta edição inclui como novidades: a Lei 9.609, de 19.2.98 (s/proteção à propriedade intelectual de programa de computador); a Lei 9.610, de 19.2.98 (s/direitos autorais); a Lei 9.656, de 3.6.98, s/convênios (seguro privados de assistência à saúde), com menção, em rodapé, das alterações introduzidas por medida provisória. Podem ser lidas, também, a Lei 6.533, de 24.5.78 (s/as profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões), e a Lei 6.615, de 16.12.78 (s/a profissão de radialista). Contém, ainda, a Medida Provisória 1.754-12, de 14.12.98, que dispõe sobre a simplificação de arquivamentos na Junta Comercial e protesto de títulos de microempresas. A enumeração de leis relativas à correção monetária foi simplificada, porque vai perdendo interesse, felizmente. O leitor interessado poderá encontrá-la, mais extensa, na edição anterior. Publicamos, além disso, em notas de rodapé aos artigos correspondentes, o

texto das medidas provisórias que os alteraram e que nesta data pendem de aprovação pelo Congresso Nacional" (o Autor).

NEGRÃO, Theotonio. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor. Com a colaboração de José Roberto Ferreira Gouvêa. 30ª edição. Atualizada até 5 de janeiro de 1999. 1.933p. "A presente edição tem, como principais novidades: a criação do tit. Bem de Família, contendo a Lei 8.009/90, desdobrado do CPC, art. 649; a inclusão da Lei 8.629/93, sobre reforma agrária; as modificações trazidas ao CPC: pela Lei 9.649, de 27.5.98 (revogação dos §§ 1º e 2º do art. 36); pela Lei 9.668, de 23.6.98 (arts. 17 e 18 do CPC); pela Lei 9.756, de 17.12.98 (arts. 120 § ún., 481 § ún., 511-"caput" e §§ 1º e 2º, 542 § 3º, 545, 557-"caput" e §§ 1º-A, 1º e 2º; pela Med. Prov. 1.774-20, de 14.12.98 (arts. 188 e 485 do CPC); os arts. 41-A e 41-B da Lei 8.038, de 28.5.90, acrescentados pela Lei 9.756, de 17.12.98; o art. 24 da Med. Prov. 1.750-45, de 14.12.98 (s/dispensa do autenticação de xerocópias fornecidas por entidades públicas); o art. 7º da Med. Prov. 1.774-20, de 14.12.98, que acrescentou art. 4º-A à Lei 8.437/92 (medida cautelar fiscal). Lembramos que a edição em disco compacto desta obra (CD-ROM) facilita grandemente o trabalho complementar de pesquisa por parte do leitor, porque contém os *textos integrais de cerca de 9.000 acórdãos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça citados*. Além disso, no CD-ROM podem ser encontradas todas as referências bibliográficas das 30 edições do "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor" (o presente volume só consigna as que se encontram a partir da 27ª edição)" (o Autor).

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal comentado. Vol. 1 (arts. 1º a 393). 647p. Vol. 2 (arts. 394 a 811 e legislação complementar). 728p. 4ª edição revista e atualizada. 1999. Confirmando essa característica que lhe é peculiar, e que inúmeras vezes já foi atestada em salas de aula, conferências e obras jurídicas, a Editora Saraiva, com satisfação, vem a público trazer a 4ª edição revista e atualizada do Código de Processo Penal comentado, trabalho que teve desde seu lançamento expressiva acolhida pela comunidade jurídica. Apresentado em dois volumes, no primeiro deles são comentados os arts. 1º a 393 e, no segundo, os arts. 394 a 811 - garantindo perfeita distribuição da matéria além de contar, este, com os textos integrais e excertos da legislação complementar mais significativa, como a lei n. 6.368/76 (Lei de Tóxi-

cos), a 8.072/90 (Crimes Hediondos) e a 9.099/95 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais). No seu conteúdo, este primoroso trabalho destaca-se por ser uma obra intermediária dentro da bibliografia mais conhecida do autor: traz a precisão teórica de Processo Penal (apresentada em 4 volumes), sem descuidar dos exemplos práticos de Prática de Processo Penal, obra dirigida ao cotidiano forense (ambas editadas pela Saraiva). Além disso, a rica indicação bibliográfica, extraída da melhor doutrina pátria e estrangeira, os comentários precisos a cada dispositivo, sem descurar do sistema processual penal como um todo, a jurisprudência mais recente, o trabalho de atualização ao qual o autor se dedica diariamente, e, em especial, o seu posicionamento doutrinário moderno e consoante o que há de melhor no Direito Comparado também são alguns dos aspectos que tornam possível reconhecer esta obra como ímpar no mercado editorial, indispensável para o estado e a prática diária.

SHINTATE, Francisco Carlos Inouye & FEDERIGHI, Wanderley José (Orgs.). Ação de desapropriação. Teoria e prática. 1999. 329p. Este livro é uma síntese de como hoje são processadas as ações de desapropriação nas Varas de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo. É fruto de trabalho iniciado por volta de 1990, em reuniões periódicas dos magistrados então em exercício nas Varas especializadas, que procuraram adequar o processo de desapropriação ao sistema normativo da Constituição da República de 1988, não se olvidando da máxima *summum jus, summa injuria*. O ponto central da inovação no procedimento é a exigência do depósito integral do valor apurado em perícia judicial preliminar para a liminação prévia na posse, como decorrência do princípio constitucional da justa e prévia indenização. Tese escoteira, em princípio, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, veio a ser consagrada no Superior Tribunal Federal. O trabalho que vem a lume, antes de doutrinário, pretende ser prático, mostrando as soluções adotadas em cada fase do processo da ação de desapropriação. Os autores são magistrados na Comarca de São Paulo que exercem ou exerceram suas funções em Varas de Fazenda Pública, com competência para ações de desapropriação. Em sua atividade, têm-se deparado com diversas questões não abordadas pela doutrina ou pela jurisprudência, para as quais tiveram de construir soluções. São autores: Danilo Panizza Filho, Fernando Borba Franco, Francisco Carlos Inouye Shintate, José Roberto Peiretti de Godoy, Luis Paulo Aliende Ribeiro, Maria Adelaide de Campos França, Maria de Fátima dos Santos Go-

mes, Maria Fernanda de Toledo Rodvalho Podval, Paulo Magalhães da Costa Coelho, Pedro Aurélio Pires Maringolo, Sílvia Maria Meirelles Noves de Andrade, Venício Antonio de Paula Salles e Wanderley Sebastião Fernandes, juizes de Direito na Capital do Estado de São Paulo.

JESUS, Damásio E. de. Penas alternativas. Anotações à Lei n. 9.714, de 25 de novembro de 1998. 1999. 309p. Após uma introdução ao estudo das penas e das medidas alternativas, a obra reúne aspectos do texto da Lei n. 9.714/98, como a natureza, a disciplina e os pressupostos de aplicação das penas alternativas, a conversão da pena e a multa substitutiva ou vicariante. São igualmente analisadas as penas em espécie, a saber: prestação pecuniária; pena alternativa inominada; perda de bens e valores; prestação de serviço à comunidade; interdição temporária de direitos; proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública e de mandato eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependem de habilitação especial, de licença ou autorização do Poder Público; suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo; proibição de frequentar determinados lugares; limitação de fim de semana. Os capítulos finais dão especial destaque a assuntos correlatos ao regime das penas alternativas, tais como as Regras Mínimas das Nações Unidas sobre as Medidas Não Privativas de Liberdade (as Regras de Tóquio) e relatórios de congressos internacionais sobre penas e medidas alternativas. Já discorridos nas obras Código Penal anotado, Lei dos Juizados Especiais Criminais anotada, Novíssimas questões criminais e Temas de direito criminal - 1ª série, todas do mesmo autor e editadas pela Saraiva, esses tópicos vêm agora reunidos num só volume.

MAZZILLI, Hugo Nigro. O inquérito civil. Investigações do Ministério Público, compromissos de ajustamento e audiências públicas. 1999. 455p. No curso das investigações ministeriais, não raro surge a possibilidade de solução consensual, mediante *compromissos de ajustamento* que o Ministério Público toma do causador do dano, que deverá adequar sua conduta às exigências legais, sob cominações a serem pactuadas. Outras vezes, pode o Ministério Público valer-se de *audiências públicas* para colher subsídios de atuação, assim melhor conduzindo suas investigações, ou expedir as *recomendações* a seu cargo. Essas e outras questões correlatas são tratadas neste livro, que estuda a origem o conceito, a instauração, a instrução e o arquivamento do inquérito civil. Enfrentam-se

problemas controversos como competência, requisições, publicidade das investigações, recursos e remédios judiciais contra ilegalidades praticadas. Cuida-se da participação de advogados na instrução e no arrolamento do inquérito civil por associações civis. Discute-se o valor do inquérito civil no quadro instrutório, quando do julgamento da ação. Analisam-se os compromissos e ajustamento, bem como as audiências públicas e as recomendações de que o Ministério Público pode valer-se no desempenho de suas atividades constitucionais. Ao final, o livro contém úteis *Anexos e Modelos* (inquérito civil, quesitos, compromisso de ajustamento, audiências públicas etc.), com um minucioso índice alfabético-remissivo. A obra destina-se não só aos membros do Ministério Público que presidem os inquéritos civis, como também aos advogados que queiram acompanhá-los (requerendo sua instauração em benefício de associações civis e lesados, ou defendendo os investigados) e magistrados que serão chamados a decidir incidentes originados no inquérito civil (mandados de segurança, *Habeas-data* e *habeas-corpus* que questionem medidas constitutivas nele determinadas).

CARRIGÉ, W. A. Dicionário de Direito do Consumidor. Legislação, Jurisprudência, Doutrina, Comentários (assuntos por ordem alfabética). 1999. 588p. Obra inédita no gênero, que chega ao mercado com o objetivo de facilitar o acesso do consumidor, jurista e fornecedor a dados concretos sobre as relações de consumo. O livro reúne as mais diversas matérias sobre o tema, à luz da legislação, jurisprudência e doutrina. Trata-se de um instrumento dinâmico e eficaz para fácil consulta pelos próprios consumidores e fornecedores quanto a cada assunto específico (condições, planos de saúde, seguros, serviços públicos, casa própria, ensino, danos morais ao consumidor, preços, juros, correção monetária, contratos etc.). Subdividida em verbetes por ordem alfabética, esta obra revela-se de inegável utilidade a todos os profissionais da área. No final, o Dicionário de Direito do Consumidor apresenta também a legislação consumerista básica em vigor, como se pode constatar: ação civil pública, alienação fiduciária, cheque, consumidor, correção monetária, crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo, lei antitruste, juizados especiais de defesa do consumidor, loteamentos, multa, plano de saúde, plano real, seguros, entre outros.

Previdência Social. Lei n. 8.212, de 24-7-1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social. Lei n. 8.213,

de 24-7-1991 - Plano de Benefícios da Previdência Social. (Conforme republicação oficial de 14-8-1998). Decreto n. 2.172, de 5-3-1997 - Regulamento dos Benefícios da Previdência Social. Decreto n. 2.173, de 5-3-1997 - Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social. Dispositivos da CF/1988 e da Emenda Constitucional n. 20 (Reforma da Previdência). 2ª edição, atualizada. 1999. Coleção Saraiva de Legislação. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt.

EDITORA BERTRAND BRASIL

Av. Rio Branco, 99/20º andar

20040-004 - Rio de Janeiro-RJ

Tel.: (021) 263 2082 - Fax: (021) 263 6112

CARPINEJAR. As solas do Sol. Poemas. 1998.

127p. É o primeiro livro de poesia escrito por Carpinejar, jovem poeta paúcho. Ele apresenta um vale imaginário formado por dez colinas. Os versos são precedidos por uma narrativa que "costura" os capítulos. O protagonista da travessia é Avalor, que procura um "lugar seguro para guardar a morte". Encontra a si próprio ao extraviar as lembranças. Pode nunca ter saído de casa, pode estar no hospício - por isso a explosão lírica como um surto. É a viagem que corre nele. O deslocamento está centrado no tom pictórico da obra, na interação com a realidade psíquica das cenas, em mover-se na imobilidade das estruturas afetivas. Há na corrente dos versos um extenso bestiário - perdizes, potros, pombas, galos, faisões - no qual o viajante transfere seus sentimentos e os recebe de volta, pesados de outros hábitos, participando efetivamente da paisagem. Não somente vê, mas se mistura ao visto. Trata-se de imagens da violência emotiva e de uma agressividade não canalizada.

LORCA, Federico García. Sonetos do amor obscuro e Divã do Tamarit. Tradução Afonso Félix de Sousa. 1998. 109p. A Bertrand Brasil publica duas pequenas jóias de Federico García Lorca, um dos maiores poetas da língua espanhola: a edição bilingüe de Sonetos do amor obscuro e Divã do Tamarit. Na obra em questão, Lorca canta seu amor ilimitado, com felicidade e tormento, alegria e tristeza da carne e do coração, erguendo um brilhante monumento lírico-erótico. Nos onze sonetos que compõem a série, podemos encontrar os ecos da lírica amorosa da tradição literária espanhola: ora o timbre melancólico de San Juan de la Cruz, ora resso-

nâncias dos sonetos de amor de Quevedo, ora a plasticidade barroco-musical que constitui o cunho dos sonetos de Góngora, e também a influência da poesia de Shakespeare. Lorca canta o amor obscuro; o amor secreto; o temor da perda e da separação; a dor da obsessão e a angústia de que se impregnam o espaço e o tempo. Através da obscuridade linguística – fonte natural de metáforas e imagens belíssimas – o poeta lamenta as “túrbidas palavras” que vêm mordendo o espírito dos amantes. O drama do poeta expõe-se sem jamais descer ao vulgar, e sempre com aquela distância de que se projeta toda a verdadeira arte. É exigência da família de Federico García Lorca que se publiquem, em livro, *Sonetos do amor obscuro* acompanhados da coleção de poemas *Divã do Tamarit*. Ambos os conjuntos são, de fato, contemporâneos (1935/1936), e têm ainda como pontos de afinidade a circunstância de serem póstumos, e de terem uma atmosfera quase sempre onírica e sobretudo erótica.

CAVALCANTI, Geraldo Holanda. *Poesia reunida. Introdução de Álvaro Mutis*. 2ª edição. 1998. 225p. O livro reúne a obra completa de Geraldo Holanda Cavalcanti, escrita de 1946 até hoje. Sua leitura nos mostra, através dos poemas sempre elaborados com rigor e numa linguagem rica e original, o desenvolvimento de uma série de obsessões e traços de caráter, de visões e confissões desse processo incerto e perturbador que é o de chegar a ser homem e conquistar uma noção muito pessoal e intransferível de si mesmo, do mundo e das pessoas que nos acompanham em alguns trechos do caminho. Cada poema tem duas formas de ser lido: a primeira, por sua própria e particular virtude visionária, e a outra, como parte de um destino em curso, de uma vida em movimento marcada por certos signos e vestígios, que nos é revelada pela magia da poesia, por sua qualidade cerimonial e mítica que a aproxima da oração em voz alta. Uma das características da poesia de Geraldo Cavalcanti é a presença feminina, do corpo da mulher como obsessivo fruto que escapa de nós no mesmo instante em que acreditamos possuí-lo e decifrá-lo. As outras características são a evidência persistente do esforço estéril de nos comunicarmos com os outros e a profunda ironia contida em seus poemas, que dá aos mesmos um encanto peculiar e nos remete a grandes nomes da poesia inglesa.

FÉLIX, Moacyr. *Introdução a escombros*. 1998. 201p. No alto dos seus setenta e dois anos,

Moacyr Félix, nome consagrado da poesia brasileira, utiliza a seguinte autodefinição: “Vivendo e desvivendo, sou poeta como uma singularidade que se busca na totalidade histórica em que está inserida e que a condiciona...” Para realizar uma “ostense”, Moacyr Félix publica *Introdução a escombros* – seleção de algumas notícias e alguns textos, um livro diálogo-desabafo, uma ampla e definidora série de sentimentos. No livro, o poeta revela-se a favor da renovação das idéias e dos movimentos ligados libertariamente ao socialismo e contra os poderes de um neocapitalismo financeiro. Em sua atitude de indagação, negação e revolta, o autor tem sempre a preocupação constante com o questionamento dos mistérios da Morte, do Acaso, da Eternidade e do Cosmo.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Anuário de astronomia 1999*. 1998. 330p. É o décimo nono de uma série iniciada em 1981. O livro dá as informações exatas e minuciosas, úteis e instrutivas sobre os mais diversos calendários que irão ocorrer no ano, oferecendo aos interessados e estudiosos previsões sobre todos os fenômenos astronômicos de 1999. No capítulo sobre fenômenos astronômicos, o autor inclui *Notas Científicas*, que são pequenas monografias sobre fatos científicos da atualidade, tais como o fenômeno da Lua Azul, que ocorrerá duas vezes em 1999, uma janeiro e outra em fevereiro – fenômeno raro – e poderá constituir-se numa atração folclórica única neste fim de século. Há também detalhes sobre os trânsitos de Mercúrio, assim como as suas observações no Brasil. Além das *Astroraportagens dos fenômenos astronômicos*, ao lado do *Diário dos fenômenos astronômicos*, mantiveram-se o Sumário e o Índice acumulado das notas científicas publicadas de 1982 a 1999, que constituem um dos valiosos instrumentos auxiliares de pesquisa sobre os últimos avanços da astronomia e da astronáutica. O autor mantém também, neste Anuário de astronomia 1999, o Serviço de pesquisa, que dá direito ao leitor de receber informações complementares por reembolso postal.

JACQ, Christian. *Ramsés – O templo de milhões de anos*. Romance. Tradução Maria D. Alexandra. Ramsés; vol. 2. 1999. 369p. Após o grande sucesso de vendas do volume 1 da Série Ramsés – O filho da luz – e de figurar na lista dos livros mais vendidos dos principais jornais e revistas do país, a Bertrand Brasil lança agora o volume 2 – O templo de milhões de anos – que novamente encantará os leitores, dando assim continuidade à Série Ramsés em cinco volu-

mes. O magnífico faraó Ramsés, cujo reinado se encontra talhado em esculturas colossais, mudou profundamente a sociedade e a mentalidade egípcias. Amado pelo povo, soube cultivar a justiça, a prosperidade, a sabedoria e a beleza, onde reinou às margens do Nilo por mais de 60 anos. No segundo volume, já com 23 anos, o jovem príncipe assume o poder após a morte do pai, o faraó Sethi, soberano que reinou por 15 anos. Alvo do descrédito e do desdém de muitos que o rodeiam, Ramsés terá que provar a sua autoridade e competência para preservar o trono. Porém, as armadilhas do destino para destronar o jovem faraó são inúmeras: planos de tomada do poder por seu irmão Chenar, corrupção do cunhado Sary, ameaças de morte por um mago negro, que poderão causar o desequilíbrio espiritual no Egito, além de traições de amigos tidos como "Sésis". O apoio de sua amada esposa Nefertari e da mãe Touya é fundamental para que o soberano se mantenha no poder. Os volumes seguintes da Série Ramsés são: A batalha de Kadesh (vol. 3); A dama de Abou Simbel (vol. 4) e Sob a Acácia do Ocidente (vol. 5). Christian Jacq conseguiu, com a Série Ramsés, atingir a cifra de mais de cinco milhões de exemplares vendidos em mais de 25 países. Recriando a grandiosidade e o mistério dos tempos antigos, o egiptólogo francês fez ressurgir na França o interesse pelo Egito Antigo. Doutor em Estudos Egípcios pela Sorbonne, Christian Jacq desfruta de sólida reputação acadêmica, tendo alcançado o sucesso literário ao publicar, em 1967, seu primeiro romance - *O Ilustre Champollion*. Atualmente dedica-se à preservação de sítios arqueológicos ameaçados do Egito, e por tal razão criou o Instituto Ramsés, da qual por finalidade fomentar a sobrevivência da civilização egípcia. Lançada em 1995, a Série Ramsés, em cinco volumes, consagrou a carreira literária de Jacq.

WOODALL, James. *Jorge Luis Borges: o homem no espelho do livro*. Biografia. Tradução Fábio Fernandes. 1999. 419p. O livro é a mais completa biografia póstuma de um dos maiores expoentes da literatura do século 20. A obra de Woodall retrata o jovem panfletário obcecado por Walt Whitman e pela gíria argentina; o intelectual tímido sexualmente que se apavora desastrosamente no momento em que escreve o melhor de sua prosa; o guru das letras latino-americanas. Retrata também o homem solitário que passou a maior parte de sua vida isolado em sua mente, sohando acordado, inventando

muitas das construções e distorções de seus contos. Borges era um ser humano complexo, não almejava a fama, que veio a ocorrer nos anos 60, e jamais reconheceu a reviravolta literária que provocou. Cego, vivendo com a mãe, falecida dez anos antes dele, definiu-se assim: "Acima de tudo penso em mim como leitor, depois como poeta, e depois como escritor de prosa". O livro é o retrato oportuno de um escritor cuja magnífica capacidade de espantar e perturbar continua tão vívida quanto no auge de sua carreira.

GAIMAN, Neil & PRATCHETT, Terry. *Belas maldições*. As belas e precisas profecias de Agnes Nutt, Bruxa. Tradução Fábio Fernandes. 1998. 374p. Segundo o livro, o mundo vai acabar num Sábado. No próximo Sábado, e ainda por cima antes do jantar! O que é um grande problema para os anjos Aziraphale, emissário do céu, e seu colega Crowley, que na época de Adão ocupava o posto de Serpente do Paraíso. Eles precisam impedir o Apocalipse, porque a Terra é um ótimo lugar para se viver, pelo menos na opinião deles... Portanto, eles não têm outra alternativa senão encontrar e matar o Anticristo, a mais poderosa criatura do planeta. O problema é que o Anticristo tem onze anos e, ao contrário de tudo o que você já possa ter visto em algum filme, é um garoto que adora seu cachorro, se preocupa com o meio ambiente e é o filho que qualquer pai gostaria de ter. Além, claro, de ser indestrutível... Em *Belas maldições*, os autores se uniram para criar uma engraçadíssima sátira a filmes como "A Profecia" e "O bebê de Rosemary", num caldeirão que mistura personagens tão improváveis de se encontrar quanto tibetanos, alienígenas e os quatro motoqueiros do Apocalipse. Afinal, o que se poderia esperar nos anos noventa?

STEAD, Christina. *O homem que amava crianças*. "Um dos melhores romances deste século" (Walter Clemons, *Newsweek*). Tradução Mario Fondelli. 1998. 573p. Tolstói costumava dizer que "toda família infeliz é infeliz de um jeito todo especial" - um jeito que ela chama de felicidade. Para levar o leitor a conhecer em profundidade e precisão uma família, a Bertrand Brasil publica o romance *O homem que amava crianças*. No lar dos Polist, a usual oposição entre homem e mulher, que normalmente é amenizada por uma complacência, desenvolveu-se de forma completa. Sam e a mulher Henry têm filhos demais e já não se falam há muito tempo: brigam e se acusam diretamente,

mas quanto ao resto só se comunicam usando uma das crianças como intermediário. Cada um deles é o oposto do outro: a pálida obesidade de Sam, com seus olhos azuis e cabelos brancos de reflexos dourados, contrasta com a figura pardacenta e esquelética de Henny, assim como o natural bom humor dele bate de frente com a sôrnica irritabilidade dela. As crianças oscilam de um lado para o outro do universo à cata de esclarecimentos. No livro a autora parece ter lembrado com todos os pormenores sua vida em família e demonstra tê-la examinado detalhadamente quando adulta. Graças a esse conhecimento, ela foi capaz de imaginar com absoluto realismo a estrutura, a textura e a atmosfera da vida familiar.

SERENY, Gitta. Albert Speer: sua luta com a verdade. Tradução Milton Chaves de Almeida. 1998. 1.032p. Quem foi publicamente responsável pelos crimes do Terceiro Reich? Como Albert Speer, homem considerado sensível e inteligente, pôde se tornar cúmplice de tantos crimes? Ele sentiu remorsos? O que tornou Albert Speer tão vulnerável? As respostas e as tentativas de esclarecimento a essas e outras indagações estão no livro *Albert Speer: sua luta com a verdade*. Nomeado Ministro de Armamento e Munições por Adolf Hitler, em 1942, o arquiteto Alberto Speer (1905- 1981), cuja fidelidade ao Führer parecia total, foi condenado a 20 anos de prisão no julgamento de Nuremberg. Reunindo material de mais de doze anos de pesquisa, o livro possui ainda depoimentos inéditos de várias testemunhas e do próprio Albert Speer, que escreve uma verdadeira autópsia de uma época. Considerado "moralmente cego" quanto ao que se passava nos campos de concentração do Reich, Speer tornou-se incapaz de compreender a si próprio, pois afirmava nada saber acerca dos extermínios em massa cometidos contra o povo judeu. Ao longo do livro, o leitor é seduzido pelo enigma íntimo de Albert Speer. Gitta Sereny não impõe seu julgamento até o término da leitura, mas argumenta que Speer estava vivendo uma "grande mentira". Mais do que uma biografia ou uma tentativa de provar a culpa do acusado, o livro nos faz compreender como Speer deixou-se corromper pelo mal do nazismo.

KRIEGLER, Robert & BRANDT, David. *Vacas sagradas* dão os melhores hambúrgueres. Estratégias que rompem paradigmas para desenvolver pessoas e organizações preparadas para mudanças. Tradução Reinaldo Guarany. 1998. 361p. Em tempos de globalização, redução de

custos, reengenharia e qualidade total, o mundo dos negócios sofre com a velocidade das mudanças, que exigem soluções imaginativas e audaciosas. A competição está mais dura, e o cliente, por sua vez, mais exigente. As mudanças tecnológicas não param. A reorganização, a reestruturação e a terceirização são inevitáveis e urgentes. Entretanto, todas essas metas poderão ir por água abaixo se não houver uma chave apta a transformar a resistência naquilo que chamamos de Prontidão para mudança. Para orientar melhor os profissionais das áreas empresarial e administrativa, a Bertrand Brasil lança este livro. Neste guia inspirado e único, os autores nos mostram como idéias boas e eficazes somente irão adiante quando as pessoas estiverem motivadas a pôr em prática mudanças realmente necessárias. Segundo os autores, os processos, os sistemas e as estratégias são fáceis, mas são as pessoas que dificultam tais mudanças, pois têm uma resistência natural às mesmas. A Prontidão para mudança visa ao desenvolvimento de um ambiente Pronto para mudança, transformando a resistência em prontidão, motivando as pessoas para a mudança e promovendo o desenvolvimento das sete características pessoais da Prontidão para mudança - desembaraço, otimismo, audácia, ímpeto, adaptabilidade, confiança e tolerância para com a ambigüidade. A obra em questão é leitura fundamental para empresários, homens de negócios, economistas, administradores e profissões afins.

BURKE, James & ORNSTEIN, Robert. *O presente do fazedor de machados.* Os dois gumes da história da cultura humana. Tradução Pedro Jorgensen Junior. Ilustrações Ted Dewan. 1998. 348p. A história de como usamos nossas mentes desde a Pré-História até os dias atuais está descrita neste livro. Fazendo da totalidade da história humana e da cultura ocidental a sua tela, este livro retrata como, em cada grande etapa de inovação - do primeiro machado de pedra aos supercomputadores do mundo moderno - uma minoria dotada de capacidade de análise sequencial (os fazedores de machados) gerou tecnologias que lhe deram poder de controlar e moldar o restante da comunidade. Outras formas de tecnologia, mais antigas, nascidas da intuição e dos múltiplos talentos não verbais do cérebro, foram desvalorizadas, acabando por permanecer amplamente ignoradas. Hoje, dizem os autores, os efeitos cumulativos da tecnologia fazedora-de-machados nos trouxeram até um ponto em que é possível e

absolutamente necessário, para a nossa sobrevivência, nos reapropriarmos dessas antigas formas de conhecimento, que ainda sobrevivem nas culturas não-fazedoras-de-machados do mundo moderno. De tempos em tempos aparece um livro que muda nosso modo de pensar sobre nós mesmos, nossa cultura, nosso futuro. O presente do fazedor de machados faz as perguntas certas e começa a achar as respostas certas, num momento crítico, indicando um caminho para recuperarmos a esperança no futuro.

ROZÁRIO, Denira. Palavra de poeta – Cabo Verde e Angola. Entrevistas, antologias, bibliografias dos maiores poetas de Cabo Verde e Angola. 1999. 368p. O livro é continuidade do Palavra de poeta – Brasil e Palavra de poeta – Portugal. Assim como os seus antecedentes, este livro preserva o formato, a estrutura de aspecto didático e a organização cronológica e geracional: fotos, entrevistas, antologias (poemas escolhidos pelos autores) e bibliografia de doze poetas cabo-verdianos e quatorze angolanos. Nesta coletânea, Denira Rozário nos mostra como a poesia é um elemento de catarse. Seus autores a carregam como um fardo e uma bênção, uma liberdade compulsiva e uma forma de respirar. Palavra de poeta nos oferece um instigante painel da melhor poesia da língua portuguesa contemporânea. Contando com o subsídio financeiro e o apoio do Itamarati, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Fundação Cultural Brasil-Portugal, o livro proporciona ao leitor a compreensão das influências, das singularidades, das alegrias e das tristezas de cada poeta entrevistado.

SWIFT, Rachel. Satisfação garantida. O que as mulheres realmente querem na cama. Tradução Elizabeth Rocha Souza. 1999. 291p. Que tipo de homem as mulheres querem na cama? Como fazer sexo com uma mulher de maneira a tornar a relação mais prazerosa? Estas são algumas das perguntas que Rachel Swift responde no livro. Baseado em dicas, histórias e confissões de centenas de mulheres do mundo inteiro, a escritora pôde ter uma visão abrangente e detalhada dos desejos femininos. Ela aborda no livro todas as fases das relações sexuais, como bolnagem, fantasias, a penetração, o pênis, os mistérios do orgasmo feminino, entre outras, enfocando, em depoimentos anônimos e sinceros, os mais recônditos desejos das mulheres. A autora pede a colaboração de seus leitores visando uma maior troca de informações entre homens e mulheres. Isto é feito através de um

questionário (um para os homens e outro para as mulheres) que, se respondido, poderá proporcionar a todos uma excelente oportunidade para um maior conhecimento do sexo oposto.

LIVRARIA PIONEIRA EDITORA

Praça Direceu de Lima, 313
02515-060 – São Paulo-SP
Tel.: (011) 858 1939 – 858 3199
Fax: (011) 8580443
E-mail: pioneira@virtual-net.com.br
www.editorapioneira.com.br

GIGLIO, Auro del. Câncer – introdução ao seu estudo e tratamento. 1999. 151p. O objetivo do livro é o de introduzir o leitor nos princípios básicos do que se conhece hoje sobre a formação de tumores, sua nomenclatura e seu comportamento biológico, como a produção de metástases. Além dos conceitos básicos ligados à oncologia, o livro traz uma análise de como deve ser feita a abordagem clínica do paciente; indica a maneira correta para se interpretar biópsias e exames complementares; discute as modalidades terapêuticas mais empregadas hoje para o tratamento dos tumores; analisa os procedimentos aceitos para a prevenção e os efeitos da medicina alternativa sobre pacientes oncológicos. O livro traz ainda uma vasta bibliografia sobre o assunto e endereços de sites na Internet que fornecem informações sobre a doença. Com várias ilustrações e tabelas, o livro foi dividido em oito capítulos: Conhecimentos básicos da doença; Princípios da abordagem clínica do paciente com câncer; Modalidades terapêuticas para o tratamento do câncer; Os estudos clínicos: fonte do conhecimento em oncologia; A busca da informação; Prevenção do câncer; Medicina alternativa e câncer; A oncologia e a Internet.

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes, ALVARENGA, Marina & BIANCHI, Roberto. Manual de orientação – Estágio supervisionado. 1998. 101p. Os autores dão uma série de dicas para que os alunos se organizem através da definição de um projeto prático de estudo, aproveitando de forma eficiente a oportunidade que lhes é dada através do estágio, ou seja: a de verificar ou aplicar no dia-a-dia as teorias aprendidas na universidade, elaborando ao final uma monografia sobre a experiência vivida. Para os autores, a seriedade do projeto define um estágio de qualidade que, por sua vez, é uma oportunidade real para a obtenção de um bom emprego. O livro foi dividido em sete capítulos: Estágio, o que é? A elaboração do

projeto; Apresentação do projeto; Antes do relatório; generalidades; Tratamento estatístico dos dados; Relatório: apresentação; Sugestão para realização dos estágios.

TEIXEIRA, Nelson Gomes (Org.). *A ética no mundo da empresa*. Coleção novos umbrais. 1998. 118p. O livro reúne artigos escritos por executivos e políticos de renome, como o ex-ministro João Sayad, o ex-ônusl americano em São Paulo James Creagan e os empresários João Geraldo Piquet de Carneiro e Christopher Lund, entre outros. O objetivo dos autores é o de discutir a questão cada vez mais atual da ética no ambiente empresarial. Cada artigo originou um capítulo do livro, num total de doze capítulos: *Ética empresarial no Brasil e no mundo*, de Mário Ernesto Humbert; *A ética - parte essencial do setor empresarial*, de James Creagan; *Qual é o nosso padrão ético?*, de João Sayad; *Resgatar a função social da empresa*, de José Eduardo de Andrade Vieira; *Uma nova visão da ética empresarial*, de João Geraldo Piquet Carneiro; *Ética empresarial e inflação*, de Robert Appy; *A vertente positiva da ética*, de Carlos Montero; *Ética empresarial - a perspectiva na indústria*, de John Impert; *O empresário e a visão ética dos negócios*, de Christopher Lund; *O comportamento ético da empresa é importante?*, de Hugo Marques da Rosa; *A ética no mundo da empresa pública*, de Plínio Ansmann; *Bom senso e ética do dia-a-dia*, de Peter Nadan.

DRUCKER, Peter. *A profissão de administrador*. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. Biblioteca pioneira de administração e negócios. 1998. 187p. A obra acaba de ser lançada nos Estados Unidos e reúne treze artigos, que foram publicados numa das mais conceituadas revistas da área de Administração e Negócios, a *Harvard Business Review*, para a qual Drucker escreve desde os anos 60. O livro foi organizado e prefaciado por Nan Stone, editor da revista. Além de selecionar os artigos, Stone os dividiu em dois temas unificantes: *As responsabilidades do administrador e O mundo do executivo*. No primeiro bloco temático estão os textos: *A teoria do negócio; A decisão eficaz; Como tomar decisões sobre pessoas; O grande poder de pequenas idéias; A disciplina da inovação; Gerenciar para a eficácia da empresa*. No segundo bloco, foram reunidos mais seis artigos: *As informações de que os executivos realmente necessitam; O advento da nova organização; A nova sociedade de organizações; O que as empresas podem aprender com as instituições sem fins lucrativos; O novo desafio de produtivi-*

vidade; A gerência e o trabalho do mundo. O livro traz ainda uma entrevista com Peter Drucker sobre as implicações práticas, para os executivos de hoje, das mudanças anunciadas em seu livro *Sociedade pós-capitalista*, também publicado no Brasil pela Editora Pioneira. Tanto nos artigos quanto na entrevista, Drucker identifica e examina as questões mais importantes que são colocadas aos gerentes, desde a estratégia corporativa até o estilo gerencial e as mudanças sociais. Através das análises precisas de Drucker, o livro dá ao leitor a possibilidade de acompanhar a evolução das grandes mudanças ocorridas nas empresas e entender mais claramente o papel dos gerentes no esforço permanente para equilibrar mudança e continuidade.

FROLDI, Albertina Silva & O'NEAL, Helen Froldi. *Comunicação verbal*. Um guia prático para você falar em público. Testado e aprovado por universitários, professores, empresários e profissionais preocupados com a expressão oral. 1998. 201p. As autoras dividiram o livro em três partes. Na primeira delas, *Teoria*, é enfocada a comunicação de maneira geral - seus problemas, o processo interno do medo de se expressar e as técnicas que vão motivar o leitor a pôr em prática suas potencialidades. Na segunda parte, *Vícios e erros mais comuns*, Albertina e Helen procuram mostrar os equívocos mais corriqueiros que as pessoas cometem no exercício da expressão oral. Na terceira e última parte, *Tire suas dúvidas*, são apresentadas as formas corretas de se falar a língua portuguesa sem, contudo, dar ênfase às regras gramaticais. Nesta seção, o leitor vai poder tirar suas dúvidas quanto ao gênero de várias palavras, o plural, os superlativos, os coletivos, as fórmulas de tratamento, além de conhecer um pouco mais sobre alguns verbos irregulares, que merecem atenção especial como os verbos ir, crer, pôr, ver e vir. Aqui também são apresentadas as expressões idiomáticas mais usadas em inglês, francês, alemão, latim, hebraico e até em sueco e as abreviaturas empregadas nas referências bibliográficas. A obra traz ainda um apêndice, com dicas úteis ao iniciados, e um anexo contendo letras de música e poesias de Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes e Gilberto Gil, que têm por objetivo motivar a reflexão sobre a palavra, o ato de falar e o sujeito que fala.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do turismo*. 1999. 135p. O livro é uma síntese de todos os fatores que envolvem o turismo, oferecendo ao leitor uma análise sistemática dos principais conceitos do setor e a fundamentação metodo-

lógica dos elementos que contribuem para sua efetivação como atividade profissional. Dirigido a estudantes, profissionais da área e a todos os que se interessam pela atividade turística no País, o livro foi dividido em 12 capítulos, onde são analisados os antecedentes históricos do turismo, os tipos de serviço, o planejamento e fomento à área, o marketing aplicado ao setor, os impactos econômicos, físicos e culturais e o papel do poder público. Luiz Renato Ignarra é professor de Planejamento Turístico da Universidade Anhembi Morumbi e sócio-proprietário da CTI - Consultoria Turística Integrada, empresa que coordenou vários projetos na área, como o Plano de Desenvolvimento Turístico da Bahia e o Programa de Atração Turística do Estado do Rio Grande do Sul. Exerceu vários cargos públicos, entre os quais o de Coordenador de Turismo do Estado de São Paulo e o de Chefe da Assessoria Técnica da Presidência da Embratur.

MARTIN, K. Sperling A. Introdução à psicologia. Tradução Esméria Rowal. 1999. 268p. Os autores iniciam a obra com a discussão das funções orgânicas, que fundamentam as funções mentais. Entre os temas discutidos na obra estão as divergências e afinidades entre as diversas escolas de psicologia; a psicologia da primeira e da segunda infância; a psicologia da adolescência; as emoções e o desenvolvimento da personalidade; os ajustamentos e desajustamentos da personalidade; as neuroses. O livro foi dividido em dezoito capítulos: O estudo da natureza humana: uma abordagem científica; Sensação e percepção; Percepção; Aprendizagem; O pensamento; A memória; Inteligência e aptidões; Hereditariedade e meio ambiente; A psicologia da primeira infância; A psicologia da segunda infância; A psicologia da adolescência; Emoções e desenvolvimento da personalidade; Personalidade; Motivação e personalidade; Ajustamento e desajustamento da personalidade; Personalidade anormal; Os temas da psicologia social.

EASTERBY-SMITH, Mark, THORPE, Richard & LOWE, Andy. Pesquisa gerencial em administração. Um guia para monografias, dissertações; pesquisas internas e trabalhos em consultoria. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. Biblioteca pioneira de administração e negócios. 1999. 172p. Além de analisar a prática e os princípios da pesquisa gerencial, o livro traz uma ampla gama de métodos e técnicas de coleta de dados, desde entrevistas qualitativas e técnicas, como análise de incidentes críticos, até a amostragem e redação de questionários. Os autores também exaustivamente analisam as hipóteses

filosóficas que justificam a concepção da pesquisa e a escolha de diferentes metodologias, assim como suas dimensões política e ética. O livro foi dividido em sete capítulos: Introdução à pesquisa gerencial; Os ingredientes da pesquisa bem-sucedida; A filosofia da concepção da pesquisa; As políticas de pesquisa gerencial; Métodos qualitativos; Métodos quantitativos; Término da pesquisa.

CASSARRO, Antônio Carlos. Como obter e manter o sucesso no varejo. Biblioteca pioneira de administração e negócios. 1999. 134p. Escrito em linguagem direta e interativa, sempre estimulando a participação do leitor ao final de cada capítulo e no estudo de casos práticos, o livro é dirigido a lojistas, empresários, diretores, gerentes, supervisores de empresas de prestação de serviços, estudantes de Administração, Marketing, Publicidade e Propaganda, Ciências Contábeis, Informática, Turismo e a todos os que queiram abrir o seu próprio negócio e ser bem sucedidos. O livro foi dividido em dez capítulos: Armadilhas para o empresário; Colocando o cliente em seu devido lugar; A localização física e a concorrência; Divulgando a firma, os produtos e os serviços; Capacitando o pessoal; Informatização; Gerenciamento; Entusiasmo e motivação; Administrando estrategicamente; Soluções para os casos práticos.

LIMA, Iran Siqueira & LOPES, Alexsandro Broedel. Contabilidade e controle de operações com derivativos. Incluindo o FASB nº 133. 1999. 141p. A obra enfoca as operações financeiras realizadas com derivativos, que chegam a alcançar alguns trilhões de dólares nas bolsas mundiais, mas cujos procedimentos contábeis ainda não estão perfeitamente consolidados, no Brasil e no Exterior. Como o próprio nome indica, os derivativos são instrumentos financeiros que derivam ou dependem do valor de outro ativo e que se caracterizam, normalmente, como contratos padronizados entre as partes, em mercados secundários organizados, ou contratos *ad hoc* entre os agentes. Sinteticamente, os derivativos podem ser classificados como de Primeira Geração - contratos a termo, a futuro, opções de compra e venda, contratos de *swaps* - e de Segunda Geração - *straddle, strangle, strap, butterfly, canôr, box*, entre outros. O objetivo do livro é o de fornecer ao leitor informações que lhe permitam contabilizar as operações com derivativos, realizadas por instituições brasileiras, além de conhecer os principais aspectos do controle gerencial dessas

operações. O livro traz ainda uma análise do último pronunciamento do Financial Accounting Standards Board (FASB), que é o principal órgão normatizador da contabilidade nos EUA, cujas determinações passam a vigorar a partir de junho próximo.

CASSARO, A. C. Sistema de informações para tomada de decisões. 3ª edição revista e ampliada. Biblioteca Pioneira de administração e negócios. 1989. 129p. Ao tratar de informações para a tomada de decisões, Cassaro enfoca os conceitos básicos da teoria dos sistemas, os vários tipos de sistemas de informação, a metodologia para o desenvolvimento de sistemas e o próprio processo de tomada de decisões. O livro foi dividido em oito capítulos: A empresa e a importância dos objetivos; Gerência: funções gerenciais; Sistemas de informações; Tratamento, arquivamento e recuperação de informações; Sistemas de informações gerenciais; Desenvolvendo e implementando um SIG; Evolução dos sistemas de informações; Administrando a função de organização e informática.

EDITORA ARTES MÉDICAS SUL LTDA.

Av. Jerônimo de Ornelas, 670

90040-340 - Porto Alegre-RS

Tel.: (051) 330 3444

Fax: (051) 330 2378

www.artmed.com.br

Rua Francisco Leitão, 146 - Pinheiros

05414-020 - São Paulo-SP

Tel.: (011) 883 6160

NOGUEROL, Artur. Aprender na escola. Técnicas de estudo e aprendizagem. Tradução Jussara Haubert Rodrigues. 1999. 168p. Tanto as técnicas de estudo como as estratégias de aprendizagem (termos com os quais se denominam os conteúdos que, nos documentos do currículo, aparecem sob a epígrafe de "procedimentos") preocupam sobremaneira os docentes que vêem que seus alunos não progredem como seria de se desejar. Aprender na escola foi idealizado pelo espanhol Artur Noguerol com o objetivo de orientar a organização de atividades escolares para que os professores articulem, dentro da seqüência dos conteúdos conceituais de cada uma das áreas, os procedimentos (técnicas e estratégias) que os alunos devem dominar para aceder a esses conceitos. O livro pretende delimitar os marcos que, dentro da dinâmica da vida escolar, ajudem a estruturar a tarefa fundamental do docente: que seus alu-

nos aprendam e aprendam a aprender. Trata-se de um texto para a didática, para o ensino e para a aprendizagem. Ou, com mais precisão, de um bom instrumento para avançar na definição dos projetos curriculares da escola em um dos âmbitos que não são exclusivamente disciplinares, ainda que em íntima relação com eles. Muitas das idéias do livro surgiram a partir de uma experiência realizada pelo autor, com a ajuda do Departamento de Ensino da Catalunha, intitulada "A influência das técnicas no processo de aprendizagem dos alunos de 12 a 16 anos"

CHOMSKY, Noam. A luta de classes. Entrevistas a David Barsamian. Tradução Dayse Batista. Série Educação, Teoria e Crítica. 1999. 164p. Conhecido como um dos maiores linguistas contemporâneos, o autor também tem se destacado como um importante pensador das questões políticas e sociais da atualidade. Uma amostra de suas opiniões nestes campos está no livro *A luta de classes*, coletânea de entrevistas feitas pelo jornalista David Barsamian, amigo e companheiro ativista de Chomsky; é uma das poucas oportunidades de ver o escritor questionado pela imprensa, já que este é reconhecidamente avesso a entrevistas. As conversas foram gravadas no escritório de Chomsky no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e por telefone, entre 1994 e 1996. Nelas, ele fala sobre o capitalismo e a agenda da direita, com comentários que se revelaram proféticos. Aborda questões de política internacional, o papel das corporações na economia americana e mundial, a crescente crise e as disputas econômicas e sociais. O livro mostra o costumeiro olhar crítico de Noam Chomsky sobre uma gama de temas, questões e tensões sociais, de forma instigante, ousada, esclarecedora e profunda. O livro é um poderoso mapa para o capitalismo global emergente.

ZABALA, Antoni (Org.). Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. Tradução Ernani Rosa. 2ª edição. 1999. 194p. A escola que teve por objetivo a formação integral dos alunos sentiu a necessidade de abarcar todas as capacidades da pessoa. Para isso, foi necessário trabalhar na aprendizagem de uma série de conteúdos de diferentes características. Esse conjunto de aprendizagens que responde à pergunta "o que se deve ensinar?" é denominado conteúdos de aprendizagem e inclui tudo que é objeto de aprendizagem em uma proposta educacional. A fim de proporcionar aos educadores os instrumentos necessários para trabalhar com os conteúdos de aprendizagem em sala de aula, a Editora Artmed está lançan-

do Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. Como informa o título, o objetivo é centrar a atenção nos chamados conteúdos procedimentais, ou seja, os conteúdos de aprendizagem ligados ao "saber fazer". A obra faz uma revisão de diferentes propostas práticas sobre como podem ser tratados didaticamente esses conteúdos e mostra como trabalhar 42 conteúdos procedimentais pertencentes a diferentes áreas do Ensino Fundamental. O livro contém contribuições de vários educadores espanhóis. Inclui capítulos sobre "Conhecimento do meio natural", "Conhecimento dos meios social e cultural", "Música", "Artes plásticas", "Educação Física, Matemática e Língua", entre outros.

BODEN, Margaret A. (Org.) *Dimensões da criatividade*. Tradução Pedro Theobald. 1999. 244p. No livro, Boden coordena um grupo multidisciplinar de autores como Howard Gardner, do Projeto Zero da Universidade de Harvard, Gerd Gigerenzer, da Universidade de Chicago, e Colin Martindale, da Universidade do Maine. Os autores abordam questões como: "De onde vêm as novas idéias?", "O que é criatividade" e "Como podemos medir a criatividade de uma sociedade". Os diversos capítulos de *Dimensões da criatividade* refletem uma grande variedade de preocupações profissionais e abordagens teóricas. Os autores não procuram oferecer uma descrição harmonicamente compartilhada da criatividade, mas apresentam visões, até certo ponto, complementares. Apesar da diferença entre os temas e abordagens, a maioria deles pode ser conciliada, com grande proveito para o leitor.

RABITTI, Giordana. *A procura da dimensão perdida*. Uma escola de infância de Reggio Emilia. Tradução Alba Otmi. 1999. 196p. As melhores escolas de Educação Infantil do mundo, situadas na cidade italiana de Reggio Emilia, são o tema de dois novos lançamentos da Editora Artmed, *A procura da dimensão perdida*, de Giordana Rabitti, e *As cem linguagens da criança*, de Carolyn Edwards, Lella Gandini e George Forman. O livro de Giordana Rabitti é o estudo do caso de uma escola, La Villetta, com uma metodologia que faz o leitor entrar no mundo descrito e, de certa forma, revivê-lo e compreendê-lo de forma aprofundada. O livro inclui ilustrações a cores em papel couchê e vegetal, que permitem visualizar com perfeição os desenhos elaborados pelas crianças e as fotografias que mostram vários aspectos da escola. *As cem linguagens da criança* foi concebido após a estada de um grupo de educadores norte-americanos em Reggio Emilia, e

expressa tanto a visão dos visitantes quanto as reflexões dos educadores italianos que criaram e desenvolveram o sistema. O livro inclui entrevistas com os principais construtores da Abordagem Reggio Emilia, como Loris Malaguzzi, que, logo após a Segunda Guerra Mundial, ainda um jovem professor, interessou-se pela construção de uma nova escola e transformou a paixão momentânea por essa construção em um amor vitalício por seus pequenos alunos. O trabalho em educação de Reggio Emilia é, sem dúvida, um exemplo a ser seguido em escolas do mundo inteiro e uma informação imprescindível para os educadores que buscam subsídios para seu trabalho em Educação Infantil.

SMITH, Frank. *Leitura significativa*. Tradução Beatriz Afonso Neves. 3ª edição. 1999. 168p. Aprender a ler não envolve nenhuma atividade que as crianças já não tenham exercitado para entender a linguagem falada em casa ou para encontrar sentido no mundo visual que as cerca. Na verdade, aprender a ler deveria ser algo muito mais simples, dada a complexidade das aquisições visual e da linguagem anteriores. Mas sabemos que não é isto que acontece, pois os adultos frequentemente subestimam as conquistas intelectuais das crianças muito pequenas quando estas dominam a linguagem ou aprendem a usar os olhos. Estes são alguns dos pontos dos quais parte o livro *Leitura significativa* que já se tornou um clássico e chega agora a sua terceira edição. O autor leva as pessoas envolvidas no ensino da leitura a perceber que é apenas por meio dela que as crianças aprendem a ler e que os professores devem, portanto, garantir que a leitura seja sempre acessível e agradável a todas as crianças. Mostra que as crianças só aprendem a ler pelo uso de materiais que já entendem e que despertam o seu interesse. Tudo o que não podem relacionar com o que já conhecem perde o sentido. O livro inclui capítulos sobre problemas e possibilidades da memória, fonologia, significado, a leitura de letras, palavras e significado na era da eletrônica, entre outros. É um livro prático, apesar de abordar uma série de disciplinas teóricas, e, segundo o autor, sua ênfase é colocada mais naquilo que os professores devem saber do que naquilo que eles devem fazer.

FLAVELL, John H.; MILLER, Patricia H. & MILLER, Scott A. *Desenvolvimento cognitivo*. Tradução Cláudia Domelles. 3ª edição. 1999. 341p. A natureza e a maneira como se desenvolve o sistema cognitivo humano é o tema de *Desenvolvimento cognitivo*. Entre outras abor-

dagens, os autores apresentam as quatro principais teorias sobre a natureza e o desenvolvimento da cognição (aquilo que sabemos e pensamos) existentes na atualidade: a de Jean Piaget, a do processamento de informação, a neopiagetiana e a contextual. O livro está dividido em oito capítulos, que enfocam Aspectos gerais, O bebê, A criança dos 2 aos 6 anos, A criança dos 7 aos 12 anos e o adolescente, A cognição social, A memória, A linguagem, Questões e problemas. O livro destina-se a todos os leitores interessados em saber sobre o desenvolvimento cognitivo humano, incluindo estudantes e profissionais das diversas áreas da psicologia, educação e outras ciências humanas.

ABU EDITORA S/C

Caixa Postal 7750

01064-970 - São Paulo-SP

E-mail: editora@abub.org.br

http://www.abub.org.br

PAPE, Dionísio. *Evangelização: um estilo de vida*.

1ª edição. 1994. 195p. É difícil evangelizar? Para o autor, é a coisa mais natural do mundo. Em sua opinião, evangelizar é conversar com as pessoas e aproveitar as oportunidades que surgem; é viver perto de Jesus e contagiar os outros com a vida que Ele dá. O autor fala de suas viagens e de pessoas que encontrou: o fotógrafo francês, o engenheiro escocês, o tenente Evaldo, o capelão canadense, o colono argentino... Em cada oportunidade, ele conversa, conhece um pouco sobre a pessoa e depois compartilha sua fé em Jesus Cristo. É autor de: *Cristo é o Senhor, Um e um fazem três, Justiça e esperança para hoje*.

LYON, David. *O cristão e a sociologia. Uma perspectiva cristã*. Tradução: Sílvia Steuernagel. 1996. 102p. Muitos cristãos ficam desorientados quando se deparam com a sociologia. Alguns perdem a fé. Outros conseguem manter a fé, mas não sabem como juntar as duas coisas. São poucos os que conseguem utilizar os recursos da sociologia de maneira totalmente coerente com a fé cristã. David Lyon, professor de sociologia em Kingston, no Canadá, vem nos prestar um serviço muito valioso por meio deste livro. Ele mostra que não precisamos temer a sociologia, provando, aliás, que podemos aprender muito com seus *insights*. Além disso, ensina que devemos enfrentar os desafios da sociologia, dispondo-nos a contribuir para que ela se aperfeiçoe no conhecimento do ser humano e da sociedade.

LUCAS, Ernest. *Gênesis hoje. Gênesis e as questões da Ciência*. 1ª edição. 1994. 224p. Como é possível crer em Gênesis hoje? A ciência já não provou que é tudo mentira? O dilúvio não é um velho mito? Os cristãos podem acreditar na evolução? Muitas pessoas fazem perguntas desse tipo. Este livro vai ajudá-lo a: descobrir a relação entre a ciência e fé; resolver o quebra-cabeça em Gênesis 1 a 11; captar o significado de Gênesis 1 a 11 para nós, hoje. Dr. Ernest Lucas é cientista e teólogo, pós-graduado em Química pelas Universidades de Carolina do Norte e Oxford. Sua esposa, Hazel, é Ph.D. em Física.

FRESTON, Paul. *Fé bíblica e crise brasileira. Posses e política; esoterismo e ecumenismo*. 1ª edição. 1992. 161p. No livro o autor une a sociologia com a teologia e as disciplinas da espiritualidade cristã, e propõe caminhos para os seguidores da fé bíblica nesse momento de oportunidade e perigo. Fala de quatro desafios: da materialidade do discipulado; da ética bíblico-política; da ressecralização da sociedade; da unidade da igreja. Posses e política, esoterismo e ecumenismo. Temas arriscados, que é preciso examinar a partir de uma perspectiva radical e libertadora do que significa ser evangélico.

SNYDER, Howard. *Vinho novo, odres novos. Vida nova para a Igreja*. Tradução Norio Yamakami, Lucy Hiroshi Kono Yamakami e Daniel Yoshimoto. 1ª edição. 1997. O vinho novo do evangelho precisa de odres feitos por mãos humanas - estruturas - para alcançar o mundo. Mas, quando esses odres envelhecem e não são renovados, impedem o progresso do evangelho, dificultam o crescimento espiritual e prejudicam a vida da igreja. Precisamos aprender a deixar de lado nossos odres velhos, por mais úteis que tenham sido no passado, e procurar odres novos para novos tempos. Snyder apresenta algumas pistas para essa renovação, discutindo alguns "furos" reais ou potenciais de nossos odres velhos: o problema dos templos, o perigo do pastor *superstar*, o lugar dos pobres, ...e muito mais!

LEWIS, C. S. *Cristianismo puro e simples. Um autor famoso descobre o fascínio da fé cristã*. 5ª edição. 1997. 129p. Este é um livro extraordinário. Poucos homens conseguem fazer da teologia algo tão atraente e fascinante como C.S. Lewis. Sua capacidade de raciocínio e de comunicação acaba prendendo a atenção do leitor. Apresenta uma riqueza de comparações que permitem entender aspectos profundos da teologia. Uma leitura extremamente agradável

e edificante, do começo ao fim. "Espero que ninguém venha a pensar que a essência do autêntico Cristianismo, que apresento, seja proposta como uma alternativa aos credos existentes. É mais como um "hall", cujas portas se abrem para vários cômodos. Mas é nos cômodos que há conforto, cadeiras e refeições, e não no "hall". O "hall" é um lugar de espera, um lugar de onde se pode experimentar as várias portas, não um lugar para se viver. E, acima de tudo, é preciso questionar sobre qual porta é a verdadeira, não a que mais lhe agrada pela pintura ou por estar enfeitada..." (o Autor). O livro foi publicado anteriormente sob o título *Cristianismo autêntico*.

WHITE, John. Dinheiro não é Deus. Então por que a Igreja o adora? Tradução Lucy Hiromi Kono Yamakami. 1ª edição. 1996. 223p. Será que também não expulsaria os pregadores que arrancaram o dinheiro do povo usando programas de televisão? Será que também não gritaria de raiva, vendo os cristãos utilizando, sem pensar, técnicas de propaganda para vender livros, fitas, camisetas... e até para promover congressos e revistas de Escola Dominical? Será que não se zangaria com agências missionárias que trabalham no mesmo campo, competindo umas com as outras? Será que sua fúria não cresceria ao perceber que as campanhas evangelísticas se preocupam com o número de convertidos, mais do que com as pessoas em si? Com a paixão de um profeta do Antigo Testamento, John White declara que a Igreja é culpada de idolatria. Mas, assim como Deus concedeu várias oportunidades para o povo de Israel que seguia outros deuses, este livro também é um alerta para a Igreja. Um alerta para que ela examine sua relação com o dinheiro, as propriedades, o poder. Um apelo vigoroso ao arrependimento, porque o juízo cairá sobre os que se entregaram ao materialismo da sociedade moderna.

WHITE, John. Mais que uma obsessão. A alegria do compromisso com Cristo. Tradução de Lucy H. Yamakami. 1ª edição. 1995. 173p. Títulos do Sumário: A renovação do compromisso; O caminho da Cruz; Peregrino, estrangeiro, desterrado; A lealdade que implica ódio; O cristão e o sofrimento; Jesus o sofrimento; Tome a sua Cruz; Os cristãos, a lei e a perseguição; O caminho da fé; O primeiro passo e o último.

WHITE, John. As máscaras da melancolia. Um psiquiatra cristão aborda a problemática da depressão e do suicídio. Tradução de Yolanda Mirsa Krievn. 1987. 210p. A depressão usa muitas máscaras. Uma pessoa se sente "na

fossa"; outra, desesperada, corta os pulsos. Alguma correm incessantemente numa euforia maníaca; outras andam como se tivessem chumbo nos pés. O que é este monstro que escraviza tanta gente? É um problema de natureza espiritual, física ou demoníaca? Por que os cristãos também sofrem? Por que as pessoas se suicidam? Como funcionam as terapias modernas? Até que ponto surtem efeito? John White enfrenta estas questões com a capacidade de um psiquiatra experimentado e a sabedoria de quem conhece profundamente a Palavra de Deus. Ele oferece orientação e apoio a todos que lidam com as pessoas deprimidas, sejam médicos, conselheiros, pastores, amigos ou parentes.

WHITE, John. Ousadia na oração. Tradução de Yolanda Mirsa Krievn. 1ª edição. 1995. 206p. Este livro nos faz caminhar na ponta dos pés para entrar no Lugar Santo, onde, com toda a reverência, vemos os grandes homens da Bíblia em oração. Ouvimos a intercessão de Abraão a favor de Sodoma e Gomorra e assistimos à luta de Jacó com o Anjo do Senhor. Escutamos a confissão de Davi e o vemos dançando diante da Arca da Aliança. Escutamos a oração de Ana, mãe de Samuel, implorando um filho ao Senhor. Por fim, descobrimos que as orações de Jesus na cruz nos ensinam como enfrentar a morte. Através de todo esse processo, aprendemos como orar. E conhecemos melhor o nosso Deus que não só deseja ter companhia conosco, mas também toma a iniciativa para se comunicar com seus filhos. O livro ainda nos mostra o que acontece com os que oram e como eles são transformados por seu encontro com Deus.

STOTT, John. Os desafios da liberdade cristã. Os relacionamentos pessoais, o desânimo, a juventude, a estagnação. Tradução Milton Azevedo Andrade. 1ª edição. 1999. 64p. "[...] Neste livro o autor escolheu quatro problemas que são frequentes nos líderes cristãos, independentemente do seu nível de responsabilidade em sua missão. Poderíamos dizer que todo discípulo de Jesus Cristo enfrenta esses problemas, na medida em que se esforça por responder ao chamado do seu Senhor. O primeiro problema é o desânimo, ou como perseverar sob pressão; o segundo é o problema da estagnação ou da perda do vigor espiritual; em terceiro lugar, o problema dos relacionamentos, ou como tratar as pessoas com respeito; e, por último, um problema da juventude: como ser líder, quando se está numa idade relativamente jovem" (da Apresentação).

TOURNIER, Paul. *Culpa e graça*. Uma análise do sentimento de culpa e o ensino do evangelho. Tradução Rute Silveira Bismann. 1985. 218p. Todos somos constantemente cercados de críticas, às vezes mordazes e francas, às vezes silenciosas, mas nem por isso menos doloridas. Ficamos aprisionados em um implacável círculo vicioso: toda censura suscita um sentimento de culpa, tanto no crítico quanto no criticado, e cada um procura livrar-se como pode do sentimento de culpa. A culpabilidade está ligada ao relacionamento com os outros, às críticas alheias, ao desprezo social e ao sentimento de inferioridade. Neste livro o autor aborda as várias dimensões da culpa e o eficiente caminho para a cura.

EDITORA SANTUÁRIO

Rua Pe. Claro Monteto, 342

12570-000 - Aparecida-SP

Tel./Fax: (012) 665 2140 r. 149

e-mail: vendas@redemptor.com.br

ANJOS, Márcio Fabri dos (Org.). *Teologia em mosaico*. SOTER - Sociedade de Teologia e Ciências da Religião. 1999. 247p. As diferentes pesquisas relatadas neste lançamento revelam um estimulante quadro de percepções em diferentes áreas. Mostram também a estimuladora participação de tantos estudos na construção da reflexão teológica. Neste sentido, este livro é um precioso mosaico, cuja leitura propicia uma riqueza temática e o contato com os novos expoentes da Teologia no Brasil. Uma leitura que nos põe em contato com uma teologia jovem e atual.

BRUSTOLONI, Jílio. *Novena em louvor à Santíssima Trindade pela beatificação do servo de Deus Padre Vitor Coelho*. 1999. 38p. Pe Vitor foi um padre redentorista que se destacou nas missões por todo o Brasil e também na pregação da Palavra de Deus nas ondas da Rádio Aparecida. Faleceu em 1967 com fama de santo entre o povo. Esta *Novena em louvor à Santíssima Trindade* é para uso particular e tem a intenção de unir os brasileiros numa corrente de oração pela causa da beatificação de Pe. Vitor Coelho. Outras novenas editadas pela Santuário: *Novena Comunitária ao Espírito Santo*; *Novena Comunitária a N. Sra. Aparecida*; *Novena da Saúde*; *Novena de Frei Galvão*; *Novena Perpétua de N. Sra. Aparecida*; *Novena Perpétua de N. Sra. do Perpétuo Socorro*; *Novena a Santa Rita*; *Novena de Santo Afonso*; *Novena e Orações a São Geraldo Majela*; *Novena a São Judas Tadeu*; *Novena de São Se-*

bastião; *Novena do Divino Espírito Santo*; *Novena ao Sagrado Coração de Jesus*; *Novena de São Roque*; *Novena de São Francisco*; *Novena de São Miguel*.

FERREIRA, Francisco Albertin. *As bem-aventuranças de Jesus no Evangelho de Mateus*. 1999. 86p. As bem-aventuranças de Jesus, conforme aparecem no evangelho de Mateus 5,1-12, são interpretadas neste livro, sempre estabelecendo uma ligação entre o ambiente da época de Jesus e nossa situação atual. A reflexão e a análise do autor sobre cada uma das oito bem-aventuranças mostram como Jesus nos deu todas as coordenadas para construirmos o reino de Deus aqui e agora.

PELAQUIN, Ronaldo. *Com os meus olhos*. Meditando o Evangelho de São Mateus. 1999. 254p. Um lançamento oportuno para entender mais profundamente a mensagem de Jesus no Evangelho de Mateus. Os textos desse evangelista serão lidos e meditados durante todas as celebrações do Ano Litúrgico A. Por isso, Pe. Pelaquin criou uma forma gostosa de ler, entender e viver a mensagem de Cristo presente nesse Evangelho. São meditações em estilo radiofônico que nos estimulam a enxergar o mundo com olhos diferentes, com os olhos da fé.

BULEK, Maria. *Jesus, nossa paz*. 1999. 70p. Um livro para deixar no bolso da camisa e mostrá-lo a todas as pessoas, em qualquer lugar e a qualquer momento, pois muitos são aqueles que precisam de paz e, principalmente, de Jesus. Uma simples indicação desta obra já bastaria para atingir o objetivo de sua existência. Porém, melhor ainda vai ser se o leitor guardar no coração as mensagens que cada página traz. A autora sabe falar muito bem de paz e também sabe ensinar-nos a viver em paz. Fazendo isso, nós estaremos mais perto de Jesus, porque ele é nossa paz.

MANCÍLIO, Ferdinando. *Rezar o terço na cidade*. Subsídios para a pastoral urbana. 1999. 79p. A oração do terço ou do rosário constitui um modo de rezar muito saudável para muita gente, independente de seu nível social e do lugar onde vive. Desde que São Domingos o inventou para evangelizar os pobres ele está presente no meio do povo, principalmente do povo pobre, letrado, que reza do seu modo, com o coração. A proposta deste livro é aproveitar esse modo de rezar, adaptando-o para o contexto da cidade, para que o nosso povo aproveite ainda mais da sua oração, olhando para o mundo que o cerca, principalmente a cidade, de um jeito novo e mais cristão.

GAMBI, Orlando. Como eu dizia, Senhor... Coleção vida; 17. 1999. 158p. Muitos cristãos complicam seu modo de conversar com Deus. Talvez o que falta para eles é uma forma de rezar na simplicidade. Foi pensando nisso que Pe. Gambi escreveu este livro, que ensina um jeito fácil de se dirigir a Deus para dizer-lhe as coisas mais íntimas de nosso coração. É como se estivéssemos conversando com um amigo. E existirá melhor amigo do que Deus? A ele devemos agradecer quando a vida vai bem. Às vezes ela vai mal, então devemos confiar em Deus. De qualquer maneira, falemos de nossas esperanças e temores, de nossas alegrias e tristezas. Falemos, enfim, de tudo, mas falemos como quem crê e confia!

SOUZA, Antônio Carlos de Oliveira. Sacramentos: sete encontros com a ação do Espírito Santo. Coleção Paulo Apóstolo; 16. 1999. 91p. Os sacramentos são concretizações do Mistério de Deus, atingindo seu ponto mais alto da vida, morte e ressurreição de Jesus. Contudo, esse mistério continua sendo atualizado pelo Espírito na sua comunidade, a Igreja. Portanto, sempre é oportuno relatar os sacramentos na forma como hoje são realizados e vividos pela Igreja. Nessa ótica, este lançamento é bastante oportuno, pois consegue nos localizar dentro da relação entre os favores que o Deus-Amor continua fazendo para seu povo, através de sinais sensíveis, ritos e palavras.

FERREIRA, Pe. João José, C.Ss.R. Elementos cristológicos da consagração na vida religiosa. Coleção Cadernos de vida religiosa; 5. 1999. 56p. O autor é padre redentorista e possui amplos serviços de assessoria a Institutos de Vida Consagrada por todo o Brasil. É mestre em Teologia da Vida Religiosa pela Universidade de Salamanca. Neste quinto número ele desenvolve considerações muito densas e muito práticas sobre a consagração, um conceito de importância central na Teologia da Vida Religiosa.

ANJOS, Gervásio Fabri dos. Curso de noivos. Palestras, dinâmicas e orientações práticas. 1999. 60p. Este livro é o que estava faltando para a pastoral familiar. O autor, em seu trabalho como pároco e vigário, pôde acompanhar de perto a realidade das comunidades no que diz respeito às pastorais, em especial a Pastoral da Família. Partindo de sua experiência, procurou reunir neste livro palestras, dinâmicas e orientações práticas como subsídios de formação para os agentes pastorais: como fazer, como falar, o que transmitir, como prender a atenção, quais as técnicas a seguir, etc. Atento a essas indagações, o autor apresenta cami-

nhos e soluções, com a linguagem simples e objetiva de alguém que vivencia a questão.

DAHLE, Etienne. Festas e símbolos. Tradução de Pe. Afonso Paschotte, C. Ss. R. 1999. 156p. Pessah: Páscoa; Yom Kippour: "O grande perdão"; Socot: "a festa das tendas"; Shavouth: "Pentecostes"... Agnus Dei, o peixe, a pomba, a figueira, a água, a cruz... Tanto as festas como os símbolos começaram a existir no Antigo Testamento, ao longo da história do povo judeu, mas encontraram sua perfeita realização apenas com a vinda de Cristo Salvador. Debe-mo-nos maravilhar com os laços tão fortes que se criaram entre a nova e a antiga aliança. Entremos mais profundamente no mistério das Escrituras...

GUTMARRÉS, OFM Almir Ribeiro. Deus te dá a paz! Orações e textos espirituais para todos os dias do ano. 1998. 197p. Um livro de orações, de muitas orações, de variadas orações... umas breves e outras mais longas. Elas pedem solidariedade e apresentam a Deus o louvor. Há preces pelas famílias, pelos filhos, pelos doentes e pelos abandonados. Há pedidos de perdão, gritos de aflição, explosões de adoração. Há textos espirituais breves, pensamentos densos que ajudam a rezar. São, portanto, 366 orações e textos que acompanham o orante ao longo de todos os dias de um ano, para que cada dia da vida seja enriquecido por uma mensagem.

EDIÇÕES LOYOLA

Rua 1822, nº 347

04216-000 - São Paulo-SP

Tel. (011) 6914-1922 - Fax (011) 6163-4275

e-mail: loyola@ibm.net

www.loyola.com.br

BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 1998. 102p. O livro se divide em duas partes. A primeira, mais longa, trata da pesquisa na escola em geral, e quer dar algumas sugestões para transformar a atividade de pesquisa numa verdadeira fonte de aquisição de conhecimento. A segunda é uma tentativa de introduzir a atividade de pesquisa também naquela disciplina que, ao lado da matemática, é considerada a mais importante: língua portuguesa. As idéias expostas ali são bastante diferentes do que tradicionalmente se lê e se ouve a respeito das questões gramaticais. Algumas pessoas podem até se assustar com elas, mas este é um dos meus objetivos: sacudir a poeira acumulada durante séculos sobre o ensino da língua para ver o que realmente existe ali embaixo!

HOOKEER, Morna D. Inícios - chaves que abrem os Evangelhos. Tradução Barbara Theoto Lambert. 1998. 87p. Neste livro, resultado de uma série de conferências, as "Conferências Albert Hall", dadas em Victoria, Canadá, Morna Hooker demonstra a importância dos inícios dos quatro evangelhos. Se corretamente lidos, eles ajudarão o leitor a compreender todo o resto. Não se deve, contudo, esquecer que, pelo fato de provirem de uma cultura em tudo diferente da nossa, é fácil perder as indicações que nos dão. Os quatro capítulos deste livro, cada um deles dedicado a um dos evangelhos, fornecem um guia fascinante e lançam nova luz sobre textos que nos soam por demais familiares.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. A identidade crística. Sobre a identidade, a vocação e a missão dos leigos. 1999. 159p. "[...]Este livro foi escrito por uma leiga teóloga que antes de tudo é mulher, mãe de família e profissional em sua área. Maria Clara tem trabalhado intensamente na formação do leigo, seja na Universidade onde leciona, seja como vice-presidente mundial das Comunidades de Vida Cristã (onde ocupa este cargo há oito anos), seja, ainda, como coordenadora do Centro Loyola de fé e cultura, da PUC-RJ. É dessa experiência pastoral que brotam as reflexões aqui consignadas. São textos que refletem sobre a identidade do leigo na teologia e na Igreja, sobre sua missão no mundo e na sociedade de hoje, seja na família, seja nas mais diversas profissões. Refletem sobre realidades próprias do leigo (a sexualidade, o trabalho, a mulher), e sobre outras próprias de todo ser humano (a velhice, a morte) mas enriquecidas quando expostas por um leigo a partir de sua própria realidade e experiência[...]" (Francisco Ivern, SJ).

LADARIA, Luis F. Introdução à antropologia teológica. Tradução Roberto Leal Ferreira. 1998. 149p. Pode-se falar do homem a partir de muitos pontos de vista: filosófico, psicológico, médico, sociológico... O termo antropologia tornou-se em muitos casos um equívoco. É evidente que a palavra nos remete ao homem, nos mostra que ele é o objeto material do nosso estudo. Mas isso não basta; precisamos deixar claro o ponto de vista a partir do qual procuramos abordá-lo. O adjetivo teológica diz-nos qual é esse ponto de vista: trata-se do que o homem é na sua relação com o Deus Uno e trino revelado em Cristo. Ao mesmo tempo, indica-nos, pelo menos nas suas linhas mais gerais, o método que precisamos seguir para alcançar o objetivo: o estudo da revelação cristã. Procuremos introduzir-nos na antropolo-

gia teológica, ou seja, na disciplina, melhor, na parte ou setor da teologia dogmática que nos ensina o que somos à luz de Jesus Cristo revelador de Deus. Não é fácil determinar o gênero literário de uma introdução como esta. Ela não deve transformar-se num resumo da matéria, mas tampouco deve contentar-se em indicar onde é possível estudar as questões com maior amplitude, sem nem mesmo formulá-las ou pelo menos indicar o que, na opinião do autor, seria um princípio de solução. O autor procurou evitar ambos os extremos, oferecendo em linhas gerais os conteúdos fundamentais da antropologia teológica e ao mesmo tempo dando certo espaço à informação relativa às diferentes opiniões sobre os problemas mais importantes.

ZUURMOND, Rochus. Procuraís o Jesus histórico? Tradução Fredericus A. Stein. Coleção Bíblica Loyola; 24. 1998. 127p. Na atual proliferação de estudos sobre o Jesus histórico, é tanta a divergência e a projeção da imaginação dos pesquisadores, que a voz do bom senso de Rochus Zuurmond chega como uma brisa suave. Depois de dois séculos e três ondas de discussões em torno do assunto, a reconstituição do Jesus histórico continua tão subjetiva como antes, se não impossível. Pois Jesus nunca foi testemunhado fora do contexto da fé cristã (e daqueles que a combatiam). É impossível crer em Jesus sem ler os textos iniciais como testemunhos da fé. Com esta consciência, o Autor apresenta uma sóbria, mas relevante síntese das questões em pauta e explícita o que o historiador e o teólogo podem dizer a respeito. O autor é professor de Teologia Bíblica na Universidade Livre de Amsterdam, Holanda.

BENTZ, Ron. Deus, o dinheiro e você. Como ser financeiramente livre. Tradução e adaptação: José Maria Monteoliva Ramos, SJ. 1998. 111p. A maioria dos brasileiros se encontra afita por questões de dinheiro. Neste livro, obra patrocinada pela Faculdade São Luís, por ocasião de seu Cinquentenário, um católico leigo, homem de negócios, aponta para sinais de esperança e apresenta possíveis saídas para essa fonte de conflito no seio das famílias. Mais de dois mil versículos bíblicos fazem referência ao uso do dinheiro. Nessa rica fonte, aliada ao ensinamento da Igreja, Ron Bentz pode encontrar conselhos práticos que podem ajudar a livrar-nos definitivamente de dívidas; viver dentro de nosso orçamento; tomar decisões de consumo lógicas; ensinar nossos filhos a fazerem bom uso do dinheiro; planejar investimentos fundamentais para o futuro; viver a alegria de poder

ajudar o próximo. A liberdade financeira faz parte do plano de Deus para todos os cristãos. E você pode viver essa liberdade, se estiver atento ao caminho que a Palavra de Deus lhe indica.

Um dia por vez. Meditações diárias para dependentes em recuperação. Tradução Barbara Theoto Lambert. 1998. 373p. Trechos escolhidos para ser utilizados no tratamento de dependentes químicos na fase de recuperação. Para cada dia se escolheu um pensamento que leve o dependente em recuperação a viver um dia por vez, na perspectiva de que a dependência é uma doença a ser enfrentada cotidianamente. Os pensamentos foram retirados do programa dos Doze Passos, na perspectiva cristã de apelo ao Transcendente como forma de vencer-se a si mesmo e às dependências, além da busca de uma forma comunitária de vida, especialmente nos grupos de recuperação.

EDITORA MODERNA LTDA.

Rua Pe. Adélino, 758

03303-904 - São Paulo-SP

Tel.: (011) 6090 1300 - Fax: (011) 6090 1501

www.moderna.com.br

PELLEGRINI, Domingos. *Água luminosa*. Capa e ilustrações: Orlando Pedroso. Coleção veredas. 1998. 78p. Após o sucesso da saga regionalista Terra-Vermeilha, o escritor paraense Domingos Pellegrini lança agora *Água luminosa*. A obra é voltada para o público infanto-juvenil e conta a história de dois amigos de classes sociais diferentes, mas próximas, um pobre e o outro de classe média baixa. Os jovens enfrentam dificuldades comuns para a sua idade como o desemprego, a falta de perspectiva, as desilusões e os problemas financeiros. Cenário perfeito para a entrada de um terceiro e fundamental personagem: um malandro que usa os dois garotos para aplicar golpes. A história envolve o leitor do princípio ao fim abordando temas universais como a esperteza, o valor do trabalho e a honestidade. Nesta obra, Pellegrini mostra toda a sua agilidade, que fez de Terra-Vermeilha um sucesso literário. No final, *Água luminosa* atinge seu objetivo, ao reafirmar o valor de uma boa amizade em qualquer situação.

FELJO, Mário. *Revanche*. Capa e ilustrações: Faifi. Coleção veredas. 1998. 158p. Você conseguiria esquecer um crime praticado contra a sua família? Este novo livro do historiador e jornalista carioca Mário Feljó envolve o leitor nesta

questão tendo como fundo histórico os bastidores da ditadura militar no período logo após o golpe de 64. Está tudo lá, em forma de ficção. O horror dos porões da ditadura, a violência, a guerrilha, a repressão e a loucura de um jovem envolvido numa trama policial. O texto faz diversas referências a acontecimentos reais como o movimento social de resistência à ditadura liderados pelos grupos políticos de esquerda que estavam na clandestinidade.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime*. Coleção polêmica. 4ª edição. 1998. 63p. Fazendo uso de antigos relatos, o historiador Renato Ribeiro analisa aspectos interessantes e comportamentais do Antigo Regime. As boas maneiras, o surgimento do garfo e do talher, o lugar certo que a pessoa deve ter à mesa numa cerimônia oficial, e assim por diante. Obra indispensável para pesquisadores. O livro chega em sua 4ª edição pela Moderna.

PATERSON, Katherine. *O mestre das marionetes*. 1999. 206p. *Duas vidas, dois destinos*. 1998. 207p. Tradução de Ana Maria Machado. A publicação quase que simultânea de dois livros pela Editora Moderna da escritora norte-americana Katherine Paterson não só permite ao leitor conhecer um pouco mais sobre esta autora, mas também deixa claro que as idéias que norteiam seus pensamentos estão intimamente ligadas ao universo juvenil. *Duas vidas, dois destinos* se passa durante o período da Segunda Guerra Mundial, numa pequena comunidade dos Estados Unidos. O mestre das marionetes, por sua vez, é uma narrativa que tem como cenário o Japão tradicional, região onde a autora viveu por quatro anos. À primeira vista parecem apenas mais dois livros voltados para o público juvenil. Mas isto seria muito pouco para falar do texto de uma autora que já recebeu vários prêmios Hans Christian Andersen, o máximo da literatura infanto-juvenil. Em nenhum momento ela se perde, buscando sempre envolver o jovem leitor em histórias ricas de detalhes. O eixo de *Duas vidas, dois destinos* é a personagem Louise em busca de seu lugar no mundo. Sua identidade está na confluência entre seu passado e as conquistas presentes. Já a originalidade do texto de *O mestre das marionetes* encontra-se no personagem principal, Jiro, que vive da produção artesanal de bonecos de marionetes - uma arte sofisticada que envolve a manipulação destes bonecos, transformando-os em personagens numa trama narrada por um cantor e acompanhada por música.

MARTINS, Eduardo. Com todas as letras – o português simplificado. 1999. 151p. Basta uma primeira passada de olhos pelo novo livro do jornalista Eduardo Martins para constatar que é um lançamento de sucesso garantido. Depois de escrever o Manual de Redação e Estilo do jornal *O Estado de S. Paulo*, Martins juntou uma boa parte de seus artigos publicados no suplemento infantil com textos inéditos para lançar *Com todas as letras – o português simplificado*. O livro realmente justifica o título por priorizar mais o caminho das palavras usando uma linguagem bastante simplificada do que sua terminologia gramatical. Possui cerca de 140 artigos explicando os erros mais comuns cometidos pelas pessoas como o uso da crase, concordância, verbos, acentos, pronúncia e até a questão da invasão de palavras em inglês que estão quase incorporadas no dia-a-dia das pessoas. Por exemplo, o livro responde, na página 93, o que é mais apropriado escrever: Marginal do Tietê ou Marginal do Rio Tietê? E o parque é Parque Ibrapuera ou Parque do Ibrapuera? E assim por diante. O livro possui um projeto gráfico arrojado, impresso em duas cores e bastante ilustrado. Sem dúvida, é uma obra que torna a língua portuguesa mais acessível para todo mundo. A propósito, o livro de Martins lembra que soteropolitano é quem nasce em Salvador, capital da Bahia.

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rua Argentina, 171
20921-380 – Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (021) 585 2047 / 585 2000 r. 2470
Fax: (021) 580 4911

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. O rito e o tempo. Ensaio sobre o carnaval. 1999. 111p. Escritos antes, durante e depois do livro *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile* (Punarte/UFRJ, 1994), os artigos de *O rito e o tempo* vêem o desfile como um processo ritual datado, dinâmico e aberto às transformações trazidas pelo movimento da sociedade que o promove. Todos, cada um a seu modo, enfatizam a dimensão simbólica e artística dessa festa espetacular e abordam temas como a arte como ação coletiva; o carnavalesco como mediador cultural; a construção social das temáticas dos enredos e sambas-enredo; o sentido do mecenato e da patronagem na cultura popular. O último artigo reflete sobre a relação dos rituais com a passagem do tempo no contexto da evolução do carnaval no Rio. São análises antropológicas propostas em linguagem sim-

ples, que sugerem novas possibilidades de abordagem do carnaval carioca.

CORTÁZAR, Julio. Histórias de cronópios e de famas. Tradução Gloria Rodriguez. 6ª edição. 1998. 127p. “Nas quatro partes do livro estão presentes o gosto pelo inóclito, o humor levemente melancólico e a poesia de uma inocência quase infantil que caracterizam as principais obras de Cortázar. O autor lança um olhar puro sobre as coisas à sua volta, promovendo uma espécie de reinvenção do mundo. Os cronópios são criaturas verdes e úmidas, que gostam de cantar e recitar versos mas, muito distraídas, vivem perdendo o que têm nos bolsos, são atropeladas e choram. Muito diferentes são os famas, organizados e práticos, o que não impede que sejam os cronópios a sentirem por eles uma compaixão infinita. As esperanças, por sua vez, são sedentárias e “deboçam-se viajar pelas coisas e pelos homens”. Completam o volume as seções “Manual de instruções”, “Ocupações estranhas” e “Matéria plástica”. Na primeira, Cortázar é uma espécie de precursor e crítico involuntário dos livros de autoajuda. Ali ele dá conselhos práticos ao leitor sobre, entre outros temas, como chorar, como cantar, como sentir medo, como matar formigas em Roma e como subir uma escada. Não ria, leitor: Cortázar é viciado em descobrir verdades inóclitas por trás de realidades aparentemente banais, e é difícil evitar que a leitura deste livro também o arraste para esse vício” (Luciano Trigo).

CORTÁZAR, Julio. *Obra crítica*/1. Organização de Saúl Yurkievich. Tradução Paulina Wacht e Ari Roitman. 1998. 102p. Enquanto escrevia sua obra de ficção, Julio Cortázar produziu um considerável conjunto de textos críticos de grande valor, tanto pela acuidade interpretativa como pelo atraente brilho de sua prosa. A presente compilação dos textos críticos de Cortázar organiza-se em três volumes, a cargo de três especialistas que unem à condição de eruditos a muito invejável condição de amigos pessoais do autor: Saúl Yurkievich é o responsável pela *Teoria do túnel*, de 1947; Jaime Alazrazi cuidou da produção crítica anterior a *O jogo da amarelinha*, de 1963; e Saúl Sosnowski organizou os textos escritos a partir dessa data. *Teoria do túnel*, primeiro volume da *Obra crítica*, passa em revista as orientações do romance moderno – da novela burguesa e romântica até o existencialismo. Nesta revisão, o autor fundamenta suas próprias opções, situando-se em relação às tendências mais avançadas e enunciando

seu programa pessoal. Para servir como ponto de reencontro entre o homem e seu reino, para expressar todas as possibilidades humanas, o romance deve fundir o surrealismo com o existencialismo e a poesia com a prosa. Tal projeto encontrará expressão na obra de Cortázar em *O jogo da amarelinha*. Teoria do túnel é um exemplo de como a prática do gênero romance foi precedida, no caso deste autor, de uma minuciosa formulação teórica.

WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*. Tradução Lígia Junqueira. 2ª edição. 1998. 251p. "[...] O retrato de Dorian Gray não é um livro original, em plano e essência. Balzac, em *Le Peau de Chagrin*, e Stevenson, em *Dr. Jekyll e Mr. Hyde*, fizeram obras semelhantes e - pelo menos no caso de Balzac - maiores. Mas a obra wíldiana consegue viver à própria custa, graças aos estonteantes recursos de inteligência de seu autor. O leitor mais amadurecido talvez se cante dos paradoxos forçadamente brilhantes de Lord Henry, um Conselheiro Acácio às avessas, inglês e não português, inteligente e não estúpido, como o personagem de Eça. E a fantástica aventura do jovem londrino que encontrou em sua beleza a sua própria miséria, se tem, por um lado, um aspecto moral muito óbvio para merecer a categoria de símbolo, por outro lado tem a força de um libelo. Libelo contra as sociedades que geram, em seus monturos de mitos e modas, o monstro repugnante do qual *Dorian Gray* é um retrato inapelável e cruel" (Carlos Heitor Cony).

LANCASTRE, Maria José de. *Fernando Pessoa: uma fotobiografia*. 1998. 316p. "Volto a publicar o meu livro *Fernando Pessoa: uma fotobiografia*, publicado pela primeira vez em Portugal em 1981 numa coedição da Imprensa Nacional e do Centro de Estudos Pessoaanos. Depois de várias edições, a fotobiografia de Pessoa encontrava-se esgotada, e pensei transformá-la num livro mais ágil e economicamente mais acessível ao grande público. O material iconográfico é essencialmente o mesmo, visto que não apareceram entretanto outras imagens de relevo que digam respeito à vida de Pessoa. Acrescentei, porém, algumas fotografias que enriquecem a primeira edição, eliminando ao mesmo tempo outras, poucas, de quadros de autores portugueses, tendo em vista a iconografia pictórica pessoana ter-se tornado tão

vasta, que me pareceu incorreto privilegiar este ou aquele artista. Alguns textos, por razões de espaço, foram condensados. Em compensação, encontram-se outros que não apareciam na primeira edição. Renovo os meus agradecimentos a todos aqueles que então me ajudaram na realização desta fotobiografia e que são nomeados nas edições anteriores" (a Autora).

PONTES, Paulo. *Teatro de Paulo Pontes*. Volume 1. Brasíleo, profissão esperança. Um edifício chamado 200. Dr. Fausto da Silva. 1998. 190p. "Com a oportuna publicação do *Teatro de Paulo Pontes*, a *Civilização Brasileira* a um só tempo redime o mercado editorial do país, reoloca em cena a obra de um dos seus mais vigorosos autores e projeta indispensável foco de luz sobre fase memorável da moderna dramaturgia brasileira. Com efeito, o trabalho de Paulo Pontes, em parte publicado neste volume, consagra à perfeição a efervescência de período transformador do teatro brasileiro contemporâneo, quando uma combativa geração de autores, a despeito da censura militar e sem abrir mão da busca de valores essenciais à natureza da arte, fez eleger o povo brasileiro como centro de suas preocupações criativas. Dentro desse contexto vale ressaltar a figura de Paulo Pontes como a de um líder nato, cuja aceitação firmava-se pelos dotes de extraordinária inteligência e rara lucidez. Mesmo atuando na vida teatral por breve espaço de tempo, notadamente entre os anos 70 e 76, quando veio a falecer, marcou presença indelével na vida artística nacional, quer como autor dramático quer como agitador intelectual e formulador de um pensar crítico sistemático, sobejamente evidenciado por mais de uma dezena de peças, incontáveis debates culturais e expressivo número de escritos teóricos que registram densa reflexão sobre a atividade teatral no país neste problemático fim de século. [...] Passados mais de vinte anos da morte de Paulo Pontes, seu teatro continua atual e excepcionalmente vivo, embora o mérito do seu trabalho ainda não tenha sido devidamente analisado por quem de direito nem tampouco sua ausência completamente assimilada nos bastidores da vida teatral brasileira. Faço votos de que a publicação de suas peças venha preencher a lacuna deixada e sirva para se compreender melhor a magia dramática do autor e seu tempo, coincidentemente o nosso" (Isabel A. Salatini).

ANTHONY, Maggy. As mulheres na vida de Jung. Tradução Constantino Kouzmin-Korovaeff. Coleção mito e psicologia; 1. 1998. 204p. O livro é escrito a partir de um grande número de entrevistas realizados por Maggy Anthony com pessoas que participaram do círculo junguiano inicial ou que conheceram e conviveram estreitamente com C.G. Jung. Nomes como Jolande Jacobi, Liliane Frey-Rohn, Lucile Elliot, Elizabeth Ostermann, Michael Fordham entre outros, fazem parte de uma extensa lista de informantes que a autora se utilizou para produzir um livro sobre Jung a partir de suas colaboradoras. De Emilie Preiswerk, sua mãe, passando pela prima médium, Helene, seguindo em direção à esposa Emma, lembrando-se em Toni Wolf, a amante oficial, até chegar à intelectual mais produtiva de seu círculo Marie Louise von Franz, são mais de dez mulheres cujas vidas foram completamente dedicadas à defesa e à difusão de seu pensamento. Mas houve época em que essa mítica feminina quase o arruinou... Os documentos revelados no livro foram descobertos por mero acaso pelo analista junguiano de Roma, Aldo Carcenuto, e, graças a este golpe de sorte, podemos saber hoje que por trás dos lampejos de genialidade do mestre de Zurique, escondia-se uma mulher que antes fora sua paciente, tornara-se sua amante e fora, simultaneamente, colaboradora e fonte inspiradora de seus conceitos mais fundamentais.

BARBARAS, Simone. Romper para viver. Como as rupturas amorosas, familiares e profissionais podem ser libertadoras e se tornar forças de renovação e criatividade. Tradução Carlos Araújo. 1998. 169p. Romper, descontinuar, quebrar, mudar. A dureza da ruptura, seu caráter quase brutal, quase sempre inesperado, e suas cruéis consequências para a própria pessoa e para os outros fazem esquecer que romper é um gesto de autoproteção de um equilíbrio interior ameaçado, sendo também, às vezes, um ato de sobrevivência. A ruptura é um ato de liberdade. É uma das vias para conseguir a autonomia. Em Romper para viver a autora encara a ruptura como força de renovação, de criatividade, como uma possibilidade de recomeço, como um processo vivo de organização, de desorga-

nização e de reorganização permanentes, e portanto de ajustamento. É uma das funções mais úteis e criativas da vida humana. Simone Barbaras é consultora independente para firmas francesas e européias, especialista em relações humanas.

FIRESTONE, Linda A., Ph.D. O despertar de Minerva. Um estudo sobre a criatividade das mulheres. Tradução Constantino Kouzmin-Korovaeff. 1998. 268p. A criação feminina confunde-se com a imagem da mulher criadora de filhos e não de idéias. O próprio conceito de criatividade, usado em nossa sociedade, é masculino, pois valoriza o vigor físico, a orientação e rapidez de ação e a realização. Dessa forma, ou as mulheres se igualam aos homens para serem consideradas criativas, ou repensam o que é a criatividade feminina. O despertar de Minerva é um estudo sobre a criatividade da mulher. Ao buscar um arquétipo que inspirasse sua tese, Linda A. Firestone encontrou Minerva, deusa grega que personifica a sabedoria, a força, a beleza e o amor. Segundo a autora, Minerva é a corporificação da possibilidade, ou seja, representa o potencial criativo feminino. Entretanto, no livro não se trata de uma teoria acadêmica. Trata-se de uma abordagem muito direta e descomplicada do tema, em que através das histórias de mulheres comuns e mitológicas, a criatividade feminina é desvendada, com o objetivo de torná-la acessível a todas as mulheres do mundo.

FOSTER, Barbara; FOSTER, Michael & HADADY, Letha. Amor a três. Dos tempos antigos aos dias de hoje. Tradução Magda Lopes. 1998. 488p. De Adão, Eva e a Serpente a Warren Buffett, Susie Buffett e Astrid Menkes, o *ménage à trois* tem feito parte da história do amor humano. Explorado na literatura e no cinema, esse tipo de amor é um tabu para alguns e um sonho secreto para muitos outros. Devemos lembrar, entretanto, que o relacionamento a três tem sido a realidade amorosa de um número considerável de pessoas através da História e também nos dias atuais. O *ménage à trois* é bastante diferente de um triângulo amoroso. Em geral, este se origina de uma relação de adultério, e um dos três é excluído. Por outro lado, no *ménage*, os três participantes têm status igual, e a relação se inicia a partir de um consenso de todos. Amor a três é importante para aqueles que se interessam pela sexualidade humana, pela ética sexual ou pelo futuro da relação homem/mulher. Ele repensa os valores familiares, redimensionando a unidade familiar como um todo. A partir de uma extensa pesquisa,

tanto histórica como literária, os autores revelam a verdade sobre integrantes de "trios" famosos no mundo inteiro, desde o patriarca bíblico Abraão, sua esposa Sara e a criada Agar; passando por Henry, June Miller e Anais Nin; e ainda o escritor Jack Kerouac e sua vida com Neal e Carolyn Cassady.

CAROLINA EDITORIAL PORTO ALEGRE

Av. Érico Veríssimo, 307

90160-181 - Porto Alegre-RS

Tel.: (051) 221 6622

Histórias de trabalho 1996/1997. 1998. 269p.

"[...]O projeto *Histórias de trabalho* é uma instigante iniciativa que procura romper com essas situações, estimulando a recuperação e a divulgação da infinidade de experiências dos trabalhadores. O resultado das suas quatro edições é surpreendente. Desde 1994, a cada ano, centenas e centenas de depoimentos, relatos, reflexões nas mais diferentes formas literárias, revelam o concreto do trabalho humano, a sua parte de pesadelo e a sua parte de sonho. A cada edição do concurso surgem os mais diversos relatos, pungentes, patéticos, instigantes, as análises perscrutantes, com base científica ou fundamentadas na sensibilidade do autor. Temos, assim, uma produção intelectual sem intermédios, o resgate da memória, o registro da atualidade que constroem um referencial para a sociedade do futuro, desejada por todos os autores, como mais justa, mais solidária, mais libertária. [...] *Histórias de trabalho* é, agora, um empreendimento coletivo, que conta com a participação dos próprios secretários, Margarete Moraes, José Clóvis de Azevedo, do Coordenador do Livro e Literatura, Charles Kiefer e de uma equipe entusiasta e abnegada: Lia Scholze (SMED), Maria Aparecida Simões, Márcia de Borja Alves (CLL-SMC), além de mais de duas dezenas de jurados das diferentes comissões julgadoras. Seu raio de abrangência ultrapassou rapidamente as fronteiras de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, recebendo, na última edição, trabalhos de vários Estados do país" (Antonio David Cattani). São autores da presente edição: Adauto Sampaio Santos, Almir Teóssira Ferraz, Ana Alice Dalcin Zorzi, Ana Caroline de Albuquerque Machado, Ayrton José de Souza Centeno, Carlos Alberto de Almeida Machado, Carmen Ligia Iochims Grisci, Celia Maria Albino Maciel, Davison da Silva Lampert, Edilson Amaral Nabarro, Eleanor Stange Ferreira, Eugênio de Faria Neves, Fábio Gomes, Fernando Neubarth, Gerson Moreira dos

Reis, Gerson Sakdánha Costa, Heloisa de Angelis, Ivette Centeno Rodrigues, Jorge André Diehl, Josane Almansa Nunes, José Angelo Dedavid, Lacyta Trizotto Maia, Lila Ribeiro Mota, Lizia Pessin Adam, Luis Carlos Rodrigues Siqueira dos Santos, Marcel Ciro de Azevedo, Maria Carmela Buonfiglio, Maria Constância Mendonça, Maria de Lourdes Prata Garcia, Maria de Lourdes Taffarel, Marilice Costi, Mathias Cramer, Mauro Luiz Klafke, Paulo Lisandro Amaral Marques, Paulo Roberto Cardoso Azevedo, Pedro Dintz de Araújo Franco, Ramiro Lopes Bicca Júnior, Renata Menasche, Roberto Verdum, Ronaldo Cunha Dias, Rosa Maria Almansa Nunes, Salvatore Santagada, Tânia Ávila Barros, Valter Morigi e Vitor Dalavia.

BACKES, Marcelo. Org. Bertolt Brecht. Cadernos Porto & Virgula, 16. 1998. 123p. Títulos do Sumário: 1. Brecht, por ele mesmo; 2. Suma Brechtiana ou Brecht em "Ísis riscados"; 3. Brecht comentado: atualidade, estética e obra; 4. Arredores de Brecht; 5. Brecht à posteridade; 6. Adendos: Cronologia da vida e da obra; Bibliografia de e sobre Brecht.

DIDAQUÊ

Caixa Postal 22

Rua Maria Olinda, 22

36790-000 - Manhumirim-MG

Tel./Fax: (033) 341 1572

Didaquê - a serviço do Reino é uma entidade que edita opúsculos de formação cristã. Publica *Estudos bíblicos*, uma série de temas apresentados com a seguinte seqüência: Leitura diária, Introdução, Visão bíblica, Colocação do problema, Lições práticas e Discussões. Entre outros, já foram publicados: E a família, vai bem? Profetas falam hoje; Expressões da religiosidade; Gênesis; Entre lágrimas e sorrisos; Encarando a vida de frente; Fé e vida; Crescendo juntos; A Igreja do 3º milênio; A espiritualidade do 3º milênio; Apocalipse - denúncia, resistência, esperança; Às Igrejas com carinho e A vida passada a limpo.

Outra coleção de publicações leva o nome de *Adolescentes: descobertas & desafios* e consta de 12 títulos: vol. 1 Minha vida pessoal; vol. 2 Minha vida de fé; vol. 3 Minha vida emocional; vols. 4 e 5 O passado a serviço do presente (Parte 1 e Parte 2); vol. 6 Minha vida social; vol. 7 Conhecendo a Jesus; vol. 8 Conhecendo a Igreja; vols. 9 e 10 Heróis da fé (Parte 1 e Parte 2); vols. 11 e 12 Desafios atuais (Parte 1 e Parte 2).

DOUGLASS, Jane Dempsey. *Mulheres, liberdade e Calvino. O ministério feminino na perspectiva calvinista*. Tradução Américo J. Rúbetro. 1995. 156p. "[...] A estrutura do livro segue a estrutura sistemática da doutrina de Calvino sobre a liberdade cristã. O capítulo 1 esboça esta estrutura em suas três partes, e trata rapidamente da mais familiar, ou seja, da liberdade do juízo da lei, através da justificação só pela graça. Os capítulos 2 a 5 ocupam-se da parte menos discutida da doutrina de Calvino, isto é, da liberdade em "coisas indiferentes", coisas que não são nem ordenadas nem proibidas por Deus. O exemplo escolhido como caso para estudo é a colocação feita por Calvino do silêncio das mulheres na Igreja no contexto de ordem e de decoro da Igreja, coisas que são "indiferentes" e, portanto, sujeitas a mudanças. O capítulo 2 lança o fundamento para uma discussão mediante a explicação do conceito de ordem de Calvino. O capítulo 3 coloca a discussão no contexto mais amplo do ensino de Calvino sobre o papel público das mulheres. Os capítulos 4 e 5 voltam-se para os contextos do pensamento medieval da Renascença e da Reforma, sobre os papéis públicos das mulheres, a fim de ver onde Calvino os reflete e onde faz contribuição nova. Depois, o capítulo 6 retorna a terceira parte da liberdade cristã que trata da liberdade para servir a Deus em obediência à sua vontade; o ponto focal é sobre servir o próximo, a interdependência de todos os seres humanos e a sua mútua responsabilidade de ajudar um ao outro[...] (do Prefácio).

SINCLAIR, John H. John A. Mackay: um escocês com alma latina. Tradução José Dias de Araújo e Nephthal Vieira Júnior. 1995. 192p. "[...] É a história de como o Espírito de Deus realizou sua obra redentora e orientadora através da longa e frutífera vida de um jovem escocês, filho espiritual de uma pequena e rígida denominação presbiteriana. Este é o relato de como este jovem místico e contemplativo chegou a ser um líder missionário de renome mundial, e como deixou suas pegadas no mundo cristão e, particularmente, nas terras ao sul do Rio Bravo. Mackay, estadista do movimento ecumênico deste século, teólogo de "O Caminho" e "A Fronteira", foi missionário até as pestanas. Mackay combinou em sua pessoa o cristão místico e o teólogo criador, o militante pela justiça social e uma pessoa completamente dedicada ao bem-estar da igreja institucional[...] (Do Prefácio).

IBRASA

Rua 13 de Maio, 367
01327-000 - São Paulo-SP
Tel./Fax: (011) 3107-4100

MORAIS, Vamberto. *A luz no fim do túnel. A transcendência da morte*. Biblioteca parapeologia; v.23. 1998. 25P. A crença na vida eterna é muito antiga. No *Upanishad* nome genérico das antigas escrituras sagradas do hinduísmo indiano, um jovem é levado para o deus da morte Yama e pede-lhe para explicar o mistério supremo. "Quando uma pessoa morre há esta dúvida: ele existe dizem uns, ele não existe, dizem outros. Gostaria que me dissesse a verdade sobre isso". Yama então lhe dá instrução sobre a prática da Yoga e o Atman, o espírito imortal e indestrutível, que pode ser alcançado pelos que praticam a sabedoria e meditação, e cujo símbolo é o mantra sagrado OM: "O espírito que sabe nunca nasce nem morre. Não surgiu de coisa alguma e nada surgiu dele. É eterno, primordial e não perece com o corpo". Alguns séculos depois, Platão, em Atenas não tinha nenhuma dúvida: toda alma é imortal, diz ele no diálogo *Fedro*. A crença na vida depois da morte é talvez a mais antiga e generalizada das crenças religiosas e se encontra em praticamente todas as sociedades e épocas.

SALVI, Luís A. Weber. *Tushita: o reino da felicidade. O Dharma do arco-íris da Maitreya Buda*. Coleção Agartha; 2. 1998. 289p. "A presente obra tem por finalidade apresentar a natureza da grande Doutrina plenária formulada pelo Cristo em seu advento ao final deste ciclo histórico, valendo-se em parte de elementos orientais a título de homenagem à excelência da espiritualidade do Oriente e da língua sinécritica, assim como por sua importância na formação da cultura universal no ciclo que termina - à parte demonstra que já não há lugar para preconceitos no Novo Mundo, para cuja formação a herança do Oriente tem sido sempre tão vital. É também no Oriente onde radicam-se as mais transparentes formulações de conhecimento cabal elaborado pela humanidade: *Sansar Dharma*, o "Testemunho Eterno" de Maitreya, já teve formulações similares através do Hinduísmo. Todavia, deve parecer tranquilizador que, na elaboração deste novo Dharma ou Lei espiritual mundial, participem elementos de todas as grandes culturas e civilizações, devido ao momento de síntese universal chegado, além da capital contribuição trazida pelos precursores deste novo Dharma, que têm chegado em abundância desde há cer-

ca de um século e que têm contribuído igualmente na sua preparação. O Dharma de Maitreya é feliz e positivo, simbolizado pela face sorridente e a posição como o novo Buda costumava ser representado na iconografia oriental" (Agartha).

SUMMUS EDITORIAL LTDA.

Rua Cardoso de Almeida, 1287

05013-001 - São Paulo-SP

Tel.: (011) 3872 3322 - Fax: (011) 3872 7476

<http://www.summus.com.br>

E-mail: summus@summus.com.br

CHINEN, Allan B. Além do herói. Histórias clássicas de homens em busca da alma. Tradução Beatriz Sidou. 1998. 285p. Entre as numerosas figuras míticas masculinas, o herói tem sido a imagem dominante entre os homens na cultura ocidental. O cenário da vida como uma batalha interminável, a luta muitas vezes inglória do cotidiano e o anseio pelo reconhecimento das proezas são sinais inequívocos do poder dessa imagem e contribuem decisivamente para a sua perpetuação. Existe, porém, uma infinidade de outros papéis possíveis. E são exatamente essas outras alternativas que Allan B. Chinen nos apresenta neste livro, por meio de uma série de relatos folclóricos de diversos povos. O mestre, o sábio, o curandeiro, o malandro nos são revelados e seus comportamentos oferecem alternativas para uma nova visão do masculino. Assim, o herói cansado poderá perceber a importância da comunhão em lugar da conquista, do cultivo em lugar da exploração. Será capaz de entender que coragem não é sinônimo de violência, que independência não significa solidão, que defender é também acolher. Enfim, verá aspectos que o tornem capaz de romper a couraça de competitividade e endurecimento que a nossa cultura forjou, tornando-se mais suave, generoso e solidário.

ARMES, Roy. On video - o significado do vídeo nos meios de comunicação. Tradução de George Schlesinger. 1999. 267p. Nos últimos anos o mundo assistiu a uma explosão da tecnologia do vídeo: os equipamentos se tornaram mais compactos e fáceis de manusear, os preços caíram, a definição das imagens foi multiplicada, os recursos digitais e a informatização tornaram a edição de sons e imagens uma atividade mais rápida e eficiente. Porém, não existe quase nenhuma literatura sobre o assunto, especialmente do ponto de vista histórico e conceitual. Geralmente o vídeo aparece como simples apêndice ou nota de rodapé para textos

referentes ao cinema ou à televisão. É esse vazio que o professor e conceituado Roy Armes se propõe a preencher. Com a bagagem de estudioso da história da tecnologia, ele busca entender os vários meios de produção e transmissão de sons e imagens surgidos nos últimos 150 anos no seu contexto histórico, econômico e social específico. Podemos entender com facilidade por que certos equipamentos e recursos deram certo, enquanto outros foram relegados ao esquecimento. E percebemos também que muitas vezes os motivos dessa escolha nem sempre estão diretamente relacionados com a eficiência do meio do ponto de vista tecnológico, e sim com a facilidade de manuseio, os custos de produção e comercialização e o acesso ao público consumidor. Essa compreensão é aplicada ao estudo do vídeo e nesse contexto fica estabelecida a sua especificidade como produto e como linguagem. A partir daí definem-se os seus componentes estéticos, sua narrativa, relações som-imagem e forma de se dirigir ao espectador. Armes ressalta que o vídeo deve ser encarado como um meio em si. Um meio que, devido à sua flexibilidade e facilidade de manipulação, ocupa uma posição central na comunicação, sendo o recurso criativo e educativo ideal para a era do computador.

EDITORA RECORD

Rua Argentina, 171

20921-380 - Rio de Janeiro-RJ

Tel.: (021) 585-2000 r. 2470

Fax: (021) 580 4911

HIGGINS, Jack. O ano do tigre. Tradução Alves Calado. 1998. 189p. Paul Chavasse, chefe de uma seção pouco conhecida do Serviço Secreto Inglês, representou um papel importante na famosa fuga do Dalai Lama em 1959 e foi o responsável por resgatar das mãos dos chineses um cientista cujas descobertas eram vitais para o Ocidente. Em 1961, após um voo arrepiante através do Himalaia e o encontro com guerreiros tibetanos, Chavasse é capturado pelo exército chinês. Fascinado pela linda e enigmática assistente do cientista e atormentado pelo implacável e gentil comandante chinês, o coronel Li, que está decidido a convertê-lo à sua ideologia, Paul finalmente aproveita a oportunidade de fugir. Mas sabe que pode estar levando consigo a semente de sua própria traição. Uma aventura com inesperados reflexos no presente, que podem mudar a vida de Chavasse. O ano do tigre é mais um romance empolgante do autor de *A filha do presidente* e *Um drinque com o demônio*.

SABINO, Fernando. O galo músico. Contos e novelas da juventude à maturidade, do desejo ao amor. 1998. 221p. Aos 12 anos Fernando Sabino inicia sua carreira literária com a publicação de um conto policial. Aos 14 anos é premiado no curso de uma revista carioca, com "Uma ameaça de morte". Aos 18 conquista com "O companheiro" a admiração de Mário de Andrade. Já o galo músico só faria infernizar a sua noite insone. E uma adolescente mal consegue conter a paixão que lhe inspira o outro pai. A vida adulta se inaugura sob o signo do desejo, nos amores de um estudante e na primeira louca, com seu repertório de requintes na cama. O marido fiel é aquele que encerra a noite de farras nos braços de sua própria mulher. E a menina de Búzios vem a ser uma ninfa, cuja lascívia o próprio Petrólio jamais imaginaria pudesse inspirar-se no menino do seu *Satyricon*. O que há de mais noturno na vivência do autor remete-o de novo aos 18 anos, ante visão sinistra de um rosto através da vidraça. A noite é uma criança - uma criança a fugir dos homens. Mas depois da infernal experiência de maconha, como no verso do poeta, "esta noite de amor é uma noite única". Da juventude à maturidade, do desejo ao amor - contos e novelas concebidos em diferentes épocas com a maestria literária de Fernando Sabino.

EDITORA AGORA LTDA.

Rua Itapicuru, 613 - cj. 82

05006-000 - São Paulo-SP

Tel.: (011) 3871-4569 - Fax (011) 3872 1691

<http://www.editoraagora.com.br>

E-mail: agora@editoraagora.com.br

HOLMES, Paul; KARP, Marcia & WATSON, Michael (Orgs.). O psicodrama após Moreno. Inovações na teoria e na prática. Tradução de Eliana Araújo Nogueira do Vale. 1998. 366p. Este livro é o maior tributo que se pode prestar a J. L. Moreno, criador do psicodrama, pois apresenta uma reavaliação de sua influência no desenvolvimento da psicoterapia de grupo em geral e mostra a originalidade de suas idéias. Artigos de vários psicodramatistas famosos internacionalmente, alguns formados pelo próprio Moreno, estão aqui reunidos. Eles discorrem sobre suas práticas profissionais e refletem sobre as teorias morenianas. Descrevem como cada conceito lhes serve de inspiração, permitindo ao leitor a compreensão clara de como podem ser aplicados no trabalho terapêutico. Estimulante e informativa, essa obra demonstra, também, que os psicodramatistas atuais prosseguem no desenvolvimento do pensa-

mento moreniano e que continuam conduzindo o psicodrama para novos territórios, bem ao estilo do mestre. Pela amplitude de sua abordagem, O psicodrama após Moreno é um livro de grande valor não apenas para psicodramatistas, mas para todo profissional que trabalha com grupos ou na área de saúde mental. O prefácio é de Zerka T. Moreno.

AGUIAR, Moysés. Teatro espontâneo e psicodrama. 1998. 221p. O teatro espontâneo tem sido visto, ao longo dos tempos, como uma atividade maior do campo psicodramatista, até mesmo pelo seu caráter lúdico. O autor, um dos grandes seguidores e divulgadores do teatro espontâneo, não pensa assim. Para ele, ambos, teatro espontâneo e psicodrama, se interpenetram o tempo todo e um não existe sem o outro. Nesse novo livro, o autor apresenta uma revisão dos conceitos psicodramáticos à luz das recentes pesquisas, enriquecidas pela sua própria experiência. É importante esclarecer, porém, que a abordagem é nova e se diferencia do que se considera o psicodrama "oficial". O livro é indicado para estudantes, que estão se iniciando em psicologia e em psicodrama, em particular; para os psicodramatistas sempre abertos para o novo e o polêmico; e para profissionais que lidam com teatro. Moysés Aguiar é psicólogo, psicoterapeuta e socioterapeuta com especialização em psicologia da arte e em psicodrama. É responsável pela direção da Companhia de Teatro Espontâneo.

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SCS Q.02 - Bloco C, nº 78 - Ed. OK

70300-500 - Brasília-DF

Fax: (061) 225 5611

SHOKRANIAN, Salshoddin; SOARES, Marcus & GODINHO, Hemar. Teoria dos números. 2ª edição. 1999. 325p. "[...] A leitura deste livro não exige nenhum pré-requisito específico e todos os assuntos tratados aqui são explicados em linguagem clara, na tentativa de tornar este trabalho acessível a todos. Assim, mesmo um estudante no início de seu curso superior poderá fazer bom uso deste livro. Esta obra é uma introdução à Teoria dos Números num nível elementar, mas abordamos também alguns métodos mais modernos que têm se provado úteis em todas as áreas dessa teoria. Os primeiros quatro capítulos são introdutórios e fundamentais, podendo ser usados como texto para um curso básico de graduação de um semestre. Os últimos três capítulos apresentam assuntos mais avançados, formando uma boa

base para futuros estudos em pós-graduação. Estes três últimos capítulos são independentes entre si, e a leitura de qualquer um pode ser iniciada após o capítulo 4 [...] (do Prefácio).

EDITORA MERCADO ABERTO LTDA.

Rua Dona Margarida, 894
90240-610 - Porto Alegre-RS
Tel.: (051) 337 4833 - Fax: (051) 337 4905
http://www.mercadoaberto.com.br
e-mail: mercado@vianet.com.br

URBIM, Carlos (Coord.) e Lucia Porto, Magda Achutti e Emiliano Urbim. Rio Grande do Sul: um século de história. Vol. 1. 1999. 337p. "A obra começou a ser apresentada aos telespectadores em 11 de maio de 1998. O que o público tem visto na televisão é a cuidadosa produção da TVI, dirigida por Laine Milan e apresentada por Paulo Goulart e Paulo José. Até dezembro de 1998, foram ao ar 206 capítulos inéditos e 28 replays de "melhores momentos". Este primeiro volume contém os textos que deram origem a cada capítulo diário. É um trabalho de pesquisa e redação que vem sendo desenvolvido por uma equipe de repórteres gaúchos, enviados especiais para cobrir eventos em anos longínquos e em lugares que, em alguns casos, ainda não estavam no mapa. Percorremos bibliotecas, museus, arquivos, jornais, revistas, toda a biografia ao nosso alcance. Procuramos, como devem fazer os bons repórteres, manter a capacidade da surpresa, do espanto e da vibração com o resgate de alguma cena quase esquecida. E temos consciência da responsabilidade de, durante o projeto que se estenderá a 31 de dezembro de 1999, redigir reportagens diárias sobre os grandes fatos da vida gaúcha no século 20" (Carlos Urbim).

EDITORA SINODAL

Rua Amadeo Rossi, 467
Caixa Postal 11
93030-220 - São Leopoldo-RS
Tel.: (051) 590 2366 - Fax: (051) 590 2664

LIENHARD, Marc. Martim Lutero: tempo, vida e mensagem. Tradução de Walter Altmann e Roberto H. Pich. 1998. 409p. Afinal, quem foi Martim Lutero? Como se inseriu sua obra em seu tempo? Quais foram as mudanças que se operaram no século XVI nos campos cultural, político, econômico e social e qual o papel da Reforma religiosa nesse contexto? Como se posicionou Lutero em relação à Igreja Católica? Como encarou o Papado? Quais as divergências que surgiram no seio do movimento da Reforma? Qual a natureza do conflito que teve

com Erasmo de Roterdã ou com os camponeses sublevados? Que postura teve em relação aos judeus? Quais as reformas que levou adiante na Igreja e quais advogou para a sociedade? Qual é o conteúdo de suas principais obras? As respostas a todas essas perguntas - e muitas mais - são encontradas neste livro, escrito simultaneamente com erudição e simplicidade, objetividade e pábulo.

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

Rua Irmã Armanda, 10-50
17044-160 - Bauru-SP
Tel.: (014) 235-7111 - Fax: (014) 235-7219
e-mail: educ@uasc.br

MARQUES, Reinaldo Monteto. Clínica de fisioterapia: como implantá-la. Boletim Cultural; 27. 1998. 86p. "O presente trabalho se destina a todo profissional fisioterapeuta cujo intuito, em toda a sua extensão, visa não somente um levantamento bibliográfico, mas, também, a descrição dos passos a seguir para a abertura, construção e as normas de instalação de serviços de fisioterapia, de maneira simples, eficiente e didática. A vantagem deste manual, entre outras, é a de trazer para o profissional, seja ele recém-formado ou já militante há muito, dados atualizados sobre as normas para abertura e padrões de construções e instalações de um serviço de fisioterapia, contendo conclusões importantes a serem transmitidas aos leitores" (Ms. Jorge Antônio de Almeida, fisioterapeuta).

EDITORA MELHORAMENTOS

Caixa Postal 8120
01065-970 - São Paulo-SP
Tel.: (011) 3874-0641 - Fax: (011) 3874-0698

EHLERS, Edel Helga Kick & EHLERS, Gunter. Michaelis tech - Dicionário de Economia e Direito Alemão-Português/Português-Alemão. 1995. 559p. Mais de 64.000 verbetes compõem o Michaelis, tornando-o uma obra fundamental para quem faz traduções e versões nas áreas jurídicas e econômicas e, principalmente, uma obra de referência para traduções juramentadas em que a exatidão dos termos empregados se faz ainda mais importante. O dicionário é uma versão revista, atualizada e reformulada do já consagrado dicionário técnico de Edel Helga Kick-Ehlers e Gunter Ehlers. Além de oferecer a atualização, a nova edição da Melhoramentos apresenta o conceituado dicionário em apenas um volume e com uma organização e diagra-

mação que facilitam a consulta. Para facilitar a consulta, o *Michaelis tech - Dicionário de Economia e Direito* traz os verbetes principais e os subverbetes compostos e derivados destacados em negrito. Indica também a categoria gramatical e a área de conhecimento de cada verbete tanto no português como no alemão. Ainda na linha de dicionários técnicos *Michaelis Tech*, a *Melhoramentos* oferece outras duas obras: *Michaelis Tech Dicionário Visual - Inglês-Português-Francês-Espanhol*. Este dicionário permite identificar e descrever objetos e acontecimentos por meio de imagens. São 3.500 ilustrações coloridas que cobrem 28 temas diferentes, ilustrando 25.000 termos que abordam 600 assuntos da atualidade. É uma excelente obra de referência que permite aumentar o vocabulário para comunicar-se com eficiência e precisão em quatro línguas diferentes. A obra possui 960 páginas, formato 18,5 x 27,5 cm e acabamento cartonado. *Michaelis Tech Multilíngue - Inglês-Português-Francês-Alemão-Italiano-Espanhol*. Essencial para estudantes, tradutores, pesquisadores e outros profissionais das áreas de ciências e tecnologia. O dicionário contém cerca de 20.000 verbetes, distribuídos em 43 áreas do conhecimento. Cada termo é traduzido do inglês para cinco línguas - português, francês, alemão, italiano e espanhol - resultando num dicionário com 120.000 verbetes. Na Segunda parte estão dispostos índices remissivos nos idiomas, português, francês, italiano, alemão e espanhol. O livro possui 1.296 páginas, formato 18,5 x 25,5 cm e acabamento cartonado.

PAULUS

Rua Francisco Cruz, 229
04117-091 - São Paulo-SP
Tel.: (011) 5084-3066 - Fax: (011) 570-3627
<http://www.paulus.org.br>
dir.editorial@paulus.org.br

NOUWEN, Henri J. M.; McNEILL, Donald P. & MORRISON, Douglas A. *Compaixão - reflexões sobre a vida cristã*. Tradução Attilio Brunetta. Ilustrações de Joel Pflárgta. 1998. 168p. Neste estudo estimulante a respeito desta virtude menos compreendida, a compaixão, os autores desafiam a si mesmos e a nós todos com as seguintes perguntas: Onde situamos a compaixão em nossa vida? É suficiente viver uma vida na qual nos martirizamos o menos possível? O nosso ideal normativo é uma vida de satisfação

máxima e de sofrimento mínimo? A compaixão nos responde que não. Após anos de estudo e de reflexão que mantiveram entre si mesmos, com outros religiosos e com homens e mulheres situados no centro da política nacional, os autores visualizam a compaixão de uma nova e muito forte perspectiva. Eles situam a compaixão no centro da vida cristã, num mundo governado há muito tempo pelos princípios do poder e do controle destruidor. A compaixão, que não constitui mais uma dissolução dos erros humanos, é uma força de criação e de ação - a expressão do amor de Deus para conosco, do nosso amor para com ele e do amor de uns para com os outros. *Compaixão* é um livro que diz não a uma compaixão de culpa e de fracasso e sim a um amor compassivo que penetra no nosso espírito e nos leva à ação.

DIFEL

Av. Rio Branco, 99/20ª
20040-004 - Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (021) 263-2082 - Fax: (021) 263-6112

DADOUN, Roger. *A violência. Ensaio acerca do "homo violens"*. Tradução Pilar Ferreira de Carvalho e Carmen de Carvalho Ferreira. Coleção Enfoques. Filosofia. 1998. 111p. É o segundo título da coleção, do selo Difel, que retorna às livrarias de todo o país com um catálogo composto por obras de referência, dicionários e livros para o público universitário. Onipresente, a violência nos atinge e nos toca com os mais diversos nomes: crimes, guerras, massacres, extermínios, infanticídios, terrorismo, torturas, crimes juvenis, estupro sistemático, terror mafioso etc. Não seria conveniente admitir que por isso ela está na própria raiz do ser humano? Seria necessário então ter a coragem de pensar, a partir do *homo sapiens* ou *homo politicus*, este *homo violens*. Na obra em questão, o autor questiona sobre os mais variados tipos de violência nocivos à sociedade. À luz da moral e da filosofia, o tema nos suscita diversas e profundas indagações. A análise do ser humano, como alguém estruturado intrinsecamente e fundamentalmente pela violência, é abordada através da alusão ao *Gênesis*, onde o texto bíblico evidencia a violência e o ódio entre os irmãos Caim e Abel. Ao longo do ensaio, o psicanalista francês traça uma trajetória dos mesmos na vida do ser humano - nascimento, infância, adolescência. Finalmente, o autor explicita dois mecanismos de violência muito presentes no cotidiano: o terror e o totalitarismo.

EDITORA MERCURYO LTDA.

Alameda dos Guaramomias, 1267

04076-012 - São Paulo-SP

Tel.(011) 531 8222 - Fax: (011) 530 3265

E-mail: mercuryo@uol.com.br

<http://www.mercuryo.com.br>

MARTÍN, Santiago. O Evangelho secreto da Virgem Maria. Um manuscrito até agora desconhecido que derreda aspectos inéditos da vida de Cristo e que reúne as experiências mais íntimas de sua Mãe. Tradução Yolanda e Hilton Amaral. Co-edição Editora Paulus. 1999. 223p. Baseado no *Evangelho Apócrifo da Virgem Maria*, encontrado por uma monja no final do século IV durante uma viagem que empreendeu à Terra Santa, este livro reconta a vida de Cristo sob o ponto de vista de sua mãe que, já no final da vida, teve suas recordações a João, o discípulo amado de Cristo, quem Ele encarregou de cuidar de Maria. Com sua leitura, vai surgindo a imagem de uma mulher corajosa, que amou e sofreu muito, viu matarem seu Filho e foi capaz de resistir à prova sem perder a fé nem a esperança. Mostra-nos as desconhecidas experiências e dificuldades que ela teve de atravessar para cumprir a missão de ser mãe, educadora e fiel discípula de Cristo. E, principalmente, nos mostra o lado feminino da mensagem de Cristo que, para ser plena, precisa ser integrada à sua imagem masculina. Parafraseando o que ela mesma diz, os homens pensam em grandes feitos e não percebem que o amor, para ser completo, deve se manifestar também nas pequenas coisas.

T. A. QUEIROZ, EDITOR, LTDA.

Rua Joaquim Floriano, 733 - 9º

04534-904 - São Paulo-SP

BALLARIN, Oswaldo. Um "rei brasileiro" na África. 1998. 99p. Este novo livro de Oswaldo Ballarin é uma história de incomum interesse, capaz de arrebatá-lo leitor logo nas primeiras páginas. Parece uma história fictícia, chega a parecer um conto de fadas com cenário e figurantes modernos. Mas é uma história com fundamento na realidade: as pesquisas do autor o levaram a descobrir eventos interessantíssimos na vida de escravos para o Brasil. Essas ocorrências orientam o desenvolvimento da história, romanesca, que nos leva à Bahia de princípios do século e nos revela a surpreendente vida do filho de uma descendente de escravos, que acaba sendo criado no seio de uma família francesa, cujo chefe fora contratado por um

senhor de engenho para dirigir a parte técnica do empreendimento. Esse menino, cuja mãe fora a "mãe preta" dos filhos desse casal francês, nascido na Bahia, foi educado com todos os cuidados e atenções, a ponto de dominar perfeitamente o francês e as regras da boa educação. O leitor acompanhará o crescimento desse menino e seus caminhos até chegar à adolescência, já entregue à própria sorte após o assassinato de seu pai de criação e o retorno da família à França, até que o destino acaba por levá-lo, através de proezas cheias de aventuras, ao continente africano, onde localiza ancestrais e até um rei, seu parente próximo, cujo pai havia sido escravo no Brasil e de onde retornou após a libertação. As peripécias da história, seu desenrolar quase ficcional, os personagens, o ambiente no continente negro e a revelação de fatos por muitos até hoje desconhecidos, tornam a leitura de Um "rei brasileiro" na África um gostoso e instrutivo entretenimento, com tudo para agradar jovens e adultos.

EDITORA ULTIMATO LTDA.

Caixa Postal 43

36570-000 - Viçosa-MG

Tel.(031) 891 3149 - Fax: (031) 891 1557

E-mail: ultimato@homenet.com.br

GOMES, José. Da tragédia para Cristo. Da agonia à coragem para lutar. Do ateísmo à coragem para crer. 1998. 183p. "Ali dentro da água, gritei: Ai... Tropecei, quem vai me ajudar?" Um grito de socorro. A tragédia e o apelo de alguém que não acreditava em Deus. Assim é a comvente história da conversão de um jovem escritor angolano. Uma leitura eletrizante e desafiadora. Cada página de seu depoimento foi escrita letra a letra com a caneta presa à boca. A tetraplegia, a dor e a solidão não o fizeram desistir de lutar pela vida. No sofrimento, ele encontrou Aquele a quem não conhecia e, em meio à dor, experimentou a fé".

EDITORA VIDA CRISTÃ

Rua Carlos Meira, 396 - Penha

03605-010 - São Paulo-SP

TeleFax: (011) 217-0522 ou 6941-7788

E-mail: editora@vidacrista.com.br

<http://www.vidacrista.com.br>

BOST, Jacqueline Foster. De mãe para filha - Cartas a Barbara. 1997. 108p. É uma coleção de cartas da autora para sua filha, contendo uma série de conselhos e informações práticas sobre a educação e disciplina dos filhos. As cartas

abordam uma variedade de assuntos essenciais na vida de qualquer mãe que tem o desejo de educar bem seus filhos: auto-estima, boa comunicação, obediência, castigos, orientação sexual, desenvolvimento espiritual, adolescência, e muitos outros. Os conselhos, sempre com uma base espiritual, vêm de muitos anos de experiência da autora como pedagoga, mãe e conselheira. O formato deste livro torna sua leitura agradável com seu estilo carinhoso de mãe para filha. Jacqueline Foster Bost é autora de dois outros livros publicados pela Editora Vida Cristã: *Você pode ser bonita* (1989) e *Praticantes da palavra* (1993).

EDITORA E DISTRIBUIDORA CANDEIA

Rua Belarmino Cardoso de Andrade, 108
Interlagos
04809-270 - São Paulo-SP

GRENZ, Stanley J. *Mulheres na Igreja. Teologia bíblica para mulheres no ministério*. Tradução Neyd Siqueira. 1998. 296p. "[...] Concentramos deliberadamente nossas reflexões neste livro no exercício do ministério ordenado pelas mulheres. Este foco estreito deve-se à situação atual na igreja, a saber, que só está em questão a propriedade de mulheres exercerem a liderança na igreja. Nosso objetivo é cobrir este assunto específico. Assim sendo, não tentamos desenvolver uma teologia de ministério pastoral e liderança na igreja em geral. Nem queremos saber estabelecer uma apologética para a ordenação como um todo. Pelo contrário, buscamos apenas expressar o que julgamos ser aplicável à inclusão de mulheres em todos os aspectos da vida da igreja, inclusive o ministério pastoral e a liderança e, portanto, à ordenação de mulheres. Todavia, compreendemos que a sua inclusão contém implicações relativas à maneira como vemos o cargo pastoral. Além disso, abordamos esta questão de um ponto decididamente evangélico. Como participantes da ala evangélica da igreja cristã, confirmamos prontamente a autoridade central da Escritura quanto à crença e à prática - isto é, nossas convicções devem ser bíblicamente apoiadas e teologicamente firmadas. Não defendemos o cancelamento da linguagem bíblica sobre Deus como o Deus Trino que é Pai, Filho e Espírito..." (da introdução).

UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO -

Instituto de Investigaciones Sociales
Circuito Mario de la Cueva S/N
Ciudad Universitaria - C.P. 04510
México, D.F.

AZUELA, Antonio & TOMAS, François (Coord.).

El acceso de los pobres al suelo urbano. Coedición Programa Universitario de Estudios sobre la Ciudad. 1997. 321p. Los temas y las tesis que se desarrollan en esta obra constituyen, en numerosos aspectos, un estado de la reflexión sobre las políticas habitacionales y la integración de las colonias populares a la ciudad, con especial énfasis en el problema del acceso al suelo. Esta reflexión es particularmente rica en enseñanzas, no solamente porque se centra en una de las regiones del mundo donde la tasa de urbanización es de las más elevadas, sino también por que da cuenta, simultáneamente, de la diversidad de las situaciones observadas, de las respuestas dadas en el transcurso de las últimas dos décadas, de sus éxitos y de sus límites; de esta manera, permite observar y seguir la profunda mutación que actualmente experimentan las políticas de la vivienda urbana en general, y las políticas del uso del suelo en particular. Los estudios de caso que aquí se analizan conciernen a las ciudades de Lima, Córdoba, Recife, São Paulo y la ciudad de México.

PARÉ O., Luisa et al. *La reserva especial de la biosfera, Sierra de Santa Marta, Veracruz: diagnóstico y perspectiva*. 1ª edición. 1997. 118p. Debido a su importancia biológica e hidrológica, en 1980 la Sierra de Santa Marta fue declarada Zona de Protección Forestal y Refugio de la Fauna Silvestre; en 1988 fue reclasificada por la Sedue como Reserva Especial de la Biosfera. Sin embargo, no se han tomado medidas oficiales para lograr detener la constante destrucción de las zonas forestales de la reserva, la degradación de los suelos y un aprovechamiento no sustentable de los recursos naturales en las 82.300 hectáreas que la conforman. A partir de 1990, trabaja en la Sierra un grupo de investigadores de distintas disciplinas, reunidos en torno al Proyecto Sierra de Santa Marta (PSSM), el cual opera en el marco de las actividades de tres instituciones: el Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM, la Univer-

sidad de Carleton y el Centro de Investigación para el Desarrollo Internacional, de Canadá. La intención de este documento, auspiciado por la Semarnap y el IIS de la UNAM, es aportar un diagnóstico general de las condiciones naturales y socioeconómicas de la zona, así como exponer las acciones y posibilidades de un desarrollo rural basado en la sustentabilidad, a partir de la experiencia concreta en esta Reserva Especial de la Biosfera.

BARCELÓ, Raquel; PORTAL, María Ana & SÁNCHEZ, Martha Judith (Coords.). *Diversidad étnica y conflicto en América Latina. Organizaciones indígenas y políticas estatales*; vol. I. Colección Plaza y Valdés Editores. 1995. 253p. En la actualidad, uno de los temas que se presenta como especialmente acuciante en diferentes países es el análisis de la etnicidad. Dicho tema, que en América Latina se refiere esencialmente al análisis de lo indígena, cobra una importancia inusitada debido a las crecientes denuncias sobre la continuación de formas de opresión económica, social y cultural en que viven estos grupos. Abordamos este análisis desde algunas de las manifestaciones de las organizaciones indígenas y las políticas estatales en México y Guatemala. Con respecto a estas políticas, se analizan las de ambos países en los que a pesar de las diferencias, es constante la falta de inclusión de los indígenas desde sus propios planteamientos y necesidades en los proyectos políticos nacionales. La respuesta de los indígenas frente a lo anterior es diversa; encontramos desde la constitución de organizaciones indígenas formales, hasta la formulación por parte de algunos sectores y grupos de indígenas de propuestas y denuncias aisladas. Desde un marco más global, están las propuestas de organizaciones indígenas, estudiosos y organizaciones no gubernamentales, presentadas a discusión para ser avaladas como normas internacionales por las Naciones Unidas. Por otro lado, presentamos el análisis de situaciones específicas tales como la organización de los indígenas guatemaltecos para defender tanto sus derechos en su país como los de los refugiados en la frontera sur de México. Se analizan también las organizaciones y propuestas de las mujeres indígenas, sea en organizaciones propiamente indígenas o campesinas. Finalmente, se incluye un análisis de los derechos humanos de los indígenas en Chiapas durante 1992, periodo previo al conflicto chiapaneco actual.

BARCELÓ, Raquel & SÁNCHEZ, Martha Judith (Coords.). *Diversidad étnica y conflicto en América Latina. Migración y etnicidad. Reflexiones teóricas y estudios de caso*; vol.III. coedición 253p. La migración, tan antigua como la humanidad, cambia, se modifica y adapta según las circunstancias económicas, sociales y políticas de los países emisores y receptores. En América Latina, en las últimas décadas del siglo XX, las crisis sociales y económicas propiciaron el incremento de los movimientos migratorios, a tal grado que los gobiernos han manifestado su preocupación por las altas tasas de migración rural-urbana y han introducido políticas encaminadas a influir sobre el flujo de los migrantes. El ir y venir de los campesinos, en su mayoría indígenas, y de los obreros pobres que se desplazan en busca de trabajo, constituye un fenómeno de enormes proporciones. En los países industrializados, la migración internacional ha cobrado nuevas formas, al convertirse en un proceso dinámico y autosostenido. Un buen número de inmigrantes optan por quedarse y establecerse definitivamente en el país de destino y las autoridades se quejan por los gastos en vivienda, educación y salud; y el crecimiento significativo de inmigrantes ilegales propicia gastos en las medidas necesarias para reforzar la seguridad. Los países receptores han creado políticas restrictivas para evitar gastos al erario público, y al no poder solucionar el problema surge el racismo como una respuesta a la permanencia de inmigrantes. Estos cambios, sobre todo la menor rotación y mayor continuidad que ya se puede calificar como una pauta comprobada de las migraciones del fin de siglo, han reforzado la ideología negativa de los autóctonos respecto de la inmigración.

LOYO; Aurora (Coord.). *Los actores sociales y la educación. Los sentidos del cambio (1988-1994)*. 1997. 305p. Este libro explora una vía poco transitada cuando se estudian las políticas educativas, al poner en el foco de atención no a la acción gubernamental, sino a la acción de los sindicalistas, diputados, jefes de la Iglesia Católica, dirigentes empresariales y aun de los expertos del Banco Mundial que articularon posiciones, ejercieron presión, entraron en negociaciones o simplemente hicieron públicos sus puntos de vista sobre la educación básica, participando de esta manera en los importantes cambios que tuvieron lugar durante los años de 1988-1994 en México. «Estábamos realmente en el inicio de un proceso de "modernización" en

la educación? ¿Cuál era el carácter de los cambios? Y, sobre todo, ¿cuáles eran los sentidos que éstos tenían para los diferentes actores sociales? Un grupo de investigadores universitarios inició una indagación colectiva para dar respuesta a estas interrogantes. De ahí los fragmentos de historia reciente en los que, desde la sociología política, se busca analizar la lógica que subyace a la creciente participación de viejos y nuevos actores sociales.

UNIVERSIDADE DE DEUSTO

Apartado 1

48080 - Bilbao-España

ARTOLA, S. J. Juan de Plazaola. Razon y sentido del arte cristiano. Cuadernos de Teología Deusto; 18. 1998. 53p. Los Cuadernos de Teología Deusto pretenden tratar con rigor y de una manera accesible a un público amplio, temas candentes de la teología actual. La serie está promovida por la Facultad de Teología de la Universidad de Deusto, pero cada número se debe a la responsabilidad y libertad de su autor. Estos cuadernos son flexibles y abiertos a una problemática muy amplia, pero tienen una especial preocupación por hacer presente la reflexión cristiana en lo más palpitante de la vida eclesial y social de nuestro tiempo. "[...] La arquitectura cristiana nació, como veremos, si no por exigencia esencial del culto cristiano, sí por razones de gran utilidad y conveniencia. Igualmente, el arte figurativo cristiano, el arte del icono, nació también espontáneamente por imperativos de orden catequético, afectivo, devocional y litúrgico. De ahí que quienes hoy intentan orientar religiosa y pastoralmente la contemplación e interpretación de lo que se denomina patrimonio histórico-artístico de la Iglesia Católica no hacen más que reconocer el respeto que merecen tales obras por sí mismas, e intentar justamente revitalizarlas a la luz del pensamiento y el corazón de aquellos que las crearon..." (el Autor).

OFORTO, Santiago Gujjarro; PIKAZA, Xabier & POSE, Eugenio Romero. El Espíritu Santo en los orígenes de la Iglesia. Cuadernos de Teología Deusto; 16. 1998. 83p. "[...] En este número, Santiago Gujjarro presenta el origen y evolución de la experiencia del Espíritu en Jesús y los discípulos, y después en las dos primeras generaciones cristianas tal como aparece en el Nuevo Testamento. Xabier Pikaza profundiza en la dimensión carismática de Jesús tal como es presentada por la exégesis actual. Monseñor Eugenio Romero Pose presenta el inicio de la

rica reflexión sobre el Espíritu en los primeros padres de la Iglesia, especialmente en San Ireneo" (Prólogo).

BLÁZQUEZ, Ricardo; ALEXANDRE, Dolores & ALCÁIN, José Antonio. La vida cristiana bajo el impulso del Espíritu. Cuadernos de Teología Deusto; 17. 1998. 85p. "[...] En este número, Monseñor Ricardo Blázquez estudia los diversos aspectos de la relación entre el Espíritu Santo y la Iglesia. Dolores Alexandre presenta un variado y sugerente muestrario de Experiencias del Espíritu en nuestros días. Finalmente una amplia y ordenada bibliografía, preparada por José Antonio Alcáin, sobre la literatura existente en Castellano sobre el Espíritu puede prestar un buen servicio para quien desee ampliar el estudio sobre el tema en cualquiera de sus diversos aspectos" (Prólogo).

MEANA, J. J. & PANTOJA, L. Derivados del cannabis: ¿drogas o medicamentos? Avances en farmacología de drogodependencias. Serie drogodependencias; vol.8. 1998. 185p. ¿Cuáles son las acciones farmacológicas de los derivados del cannabis?, ¿para qué sirven los cannabinoides endógenos y sus receptores en los humanos?, ¿se altera el sistema cannabinoide en alguna enfermedad?, ¿sería eficaz en esas condiciones la administración de agonistas o antagonistas cannabinoides?, ¿justificaría esa eficacia una hipotética comercialización de cannabinoides a pesar de los efectos adversos?, ¿existe realmente algún hueco terapéutico sin alternativas y que los derivados del cannabis podrían cubrir?

EDITORIAL AUGUSTI NUS

General Dávila, 5, bajo D

28003 Madrid

Tel: 91/534 2070

AYAPE, Eugenio. Semblanza de San Ezequiel Moreno. 1994. 140p. "El padre Eugenio Ayape, viejo amigo de san Ezequiel y propulsor incansable de su devoción, ofrece a sus devotos un nuevo libro sobre el santo. Porque nuevo es este libro, por más que su título y parte de su contenido puedan sonar a más de uno de sus lectores. Merece el calificativo de nuevo porque nuevas son gran parte de sus noticias y nuevas son también muchas de las reflexiones y comentarios que en él se tejen sobre san Ezequiel, sobre la orden a que perteneció y los lugares en que trabajó. Pocos escritores están tan capacitados como el padre Ayape para aprisionar en unas breves páginas la rica personalidad de san Ezequiel" (Prólogo).

PPC, EDITORIAL Y DISTRIBUIDORA SA.

Joaquín Turina, 39

28044 Madrid - España

Tel. (91) 508 4241 - 508 4944

Fax: (91) 508 3366

QUINTÁS, Alfonso López. La revolución oculta.

Manipulación del lenguaje y subversión de valores. 1998. 358p. El libro comienza con tres lemas sumamente expresivos. En el primero, Heidegger nos advierte que "las palabras son a menudo en la historia más poderosas que las cosas y los hechos". Este libro confirma esta idea a través de buen número de ejemplos y análisis sutiles. En los lemas 2º y 3º, Bernanos y Jaspers proclaman la necesidad de fomentar a la auténtica libertad interior de las gentes, pues "el mundo no se salvará más que por los hombres libres". Ser libre significa que uno es capaz de pensar por propia cuenta y superar las opiniones vulgares. López Quintás pone al descubierto con toda claridad que la manipulación halaga al pueblo pero anula su capacidad de pensar con rigor, lo encoquece para los grandes valores y amengua al máximo su poder creativo. Afirma el autor que es urgente delatar los malentendidos y confusiones que se han inoculado en la vida intelectual de los pueblos y hacen imposible un recto planteamiento de las cuestiones decisivas para su vida. Afirma insistentemente que se debe prestar ayuda a las clases más menesterosas. Esta justa exigencia no se cumple cuando de propósito, y por afán de convertir al pueblo llano en *masa* para mejor y más fácilmente dominarlo, se siembra su mente de confusión y se le impide ordenar como es debido la "escala de valores". Esta obra es de lectura obligada para todo el que desee orientarse en la sociedad actual, aprender a pensar de modo aquilatado, no dejarse engañar fácilmente y adquirir un alto poder de discernimiento que le permita distinguir, en el aluvión informativo que nos inunda, lo veraz y lo falaz, lo auténtico y lo espurio. Se trata de una obra informativa y formativa. Una de las tareas ineludibles de toda democracia es formar bien a sus gentes, dotadas de una personalidad capaz de discernir y decidir con acierto, prepararlas para abordar los problemas con lucidez y decisión. Obras como *La revolu-*

ción oculta contribuyen a ello de forma muy eficaz. El autor es catedrático de Filosofía en la Universidad Complutense (Madrid) y miembro de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas.

LAS - LIBRERIA ATENEOS SALESIANO

Piazza dell'Ateneo Salesiano, 1

00139 - Roma

Tel. 06/8729 0626 - Fax: 06/8729 0629

e-mail: las@ups.urbe.it

GAMBA, Giuseppe Giovanni. Vangelo di San

Matteo. Una proposta di lettura. Parte prima:

Mt 1, 1-4,16: chi è Gesù Cristo. Biblioteca di

Scienze Religiose; 137. 1998. 326p. Scrivere sui

Vangeli há oggi soprattutto valore di testimo-

nianza. È infatti praticamente impossibile do-

minare l'enorme letteratura esistente ed entrare

con essa in un soddisfacente ed esauriente

dialogo "critico". Riesce però sempre utile una

voce nuova, che stimoli ad un confronto perso-

nale con testi così lontani nel tempo e ancor

sempre carichi di mistero e di problemi. Di qui

il titolo della presente monografia, che vuole

offrire, limitatamente ai primi capitoli (1, 1-

4,16), una "preparazione" filologicamente fon-

data per una lettura ragionata del testo origi-

nale greco del Vangelo di Matteo, in base ai

canoni del bello scrivere e delle leggi di com-

posizione propri dell'arte retorica del tempo.

Pur mantenendosi sostanzialmente nelle linee

dell'esegesi tradizionale, il volume suggerisce

considerevoli novità di metodo e di contenuto.

Il Vangelo di Matteo, infatti, dovuto ad un

unico autore, vero e proprio "rabbino" cristiano,

si rivela testo "poetico", costruito nel senso più

ricco del termine, al punto da costituire una

unità organica compaginata in tutte le sue parti

maggiori e minori, libro "segreto" o manuale di

fede destinato agli "iniziati", e cioè agli evan-

gelizzatori e responsabili delle comunità cristi-

ane della primissima ora (anni 40-45 d.Cr.), per

garantire, nel momento della "dispersione" e

della "evangelizzazione" al mondo, una ben

definita e chiara unità di credo. Proprio per

questo, oggi come allora, esso riesce ai "non-

iniziati", culturalmente impreparati o superficia-

li, di non facile lettura.